

II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco

[Projeto de Resolução n.º 1965/XIII/4.^a (CDS-PP, PSD, PS e BE)]

Reunião n.º 24

(Sem revisão final)

28 de maio de 2019

(9h46 – 15h20)

Ordem do dia: Audição do Sr. Dr. Manuel Matos Gil

Presidente da Comissão: Luís Leite Ramos

Deputados oradores:

Duarte Pacheco (PSD)

Fernando Virgílio Macedo (PSD)

Constança Urbano de Sousa (PS)

Mariana Mortágua (BE)

Cecília Meireles (CDS-PP)

Duarte Alves (PCP)

O Sr. **Presidente** (Luís Leite Ramos): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito bom dia a todas e a todos.

Vamos dar início a mais uma audição.

Eram 9 horas e 46 minutos.

Temos hoje connosco o Sr. Dr. Manuel Matos Gil, que vem acompanhado pelo Sr. Dr. Nuno Lumbrales, seu advogado.

Nesta audição da II Comissão Parlamentar de Inquérito, a exemplo do que tem acontecido nas restantes, gostaria de lembrar, para que todos tenhamos bem presente, o objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é, entre outros, o apuramento das práticas de gestão de crédito e outras modalidades de financiamento da Caixa Geral de Depósitos desde o ano 2000 e a apreciação da atuação dos seus órgãos societários, incluindo os de administração, fiscalização e auditoria, dos diretores, dos auditores externos, dos governos, bem como dos supervisores financeiros.

Gostaria, ainda, de relembrar que, à luz do regime jurídico, as comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação próprias das autoridades judiciais e são instrumentos qualificados do controlo parlamentar, recolha de informação e esclarecimento de factos, através dos quais o Parlamento exerce as suas funções gerais de fiscalização e controlo do governo e da Administração Pública, em defesa do cumprimento da Constituição e das leis.

Segundo o regime jurídico aplicável e o Regulamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, esta Comissão pode convocar qualquer cidadão a depor sobre os factos relativos ao inquérito. A forma dos depoimentos rege-se pelas normas aplicáveis do Código de Processo Penal sobre prova testemunhal e o depoimento e a inquirição seguirão a grelha dos tempos habitual. Isto é, uma primeira intervenção do depoente até 15

minutos; uma primeira ronda de pergunta-resposta de 8 minutos e uma segunda ronda de 5 minutos, nos mesmos moldes. Se for essa a intenção e vontade das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados, haverá uma terceira ronda, com perguntas até 2 minutos e a resposta final conjunta.

A audição será pública. No entanto, se houver perguntas e, sobretudo, respostas que exijam alguma informação sob reserva, podemos considerar uma ronda final não pública para o efeito, mas, como tenho sublinhado desde o início, sempre em condições excecionais e desde que bem fundamentada e justificada, uma vez que o nosso entendimento é o de que a exigência de transparência e a prevalência do interesse público não podem prejudicar os objetivos e os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Assim sendo, vou dar a palavra ao Sr. Dr. Manuel Matos, para proferir a sua intervenção inicial.

Faça favor.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, permitam-me que apresente a VV. Ex.^{as} os meus melhores cumprimentos e manifeste o meu profundo respeito por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e, em termos mais gerais, pela Assembleia da República.

Como é meu dever, estou aqui para contribuir, tanto quanto me for possível, para o esclarecimento de questões relacionadas com o objeto da Comissão de Inquérito. Mas esta é também uma oportunidade, que muito valorizo, para tentar colocar um ponto final em erros, imprecisões e até falsidades que têm vindo a ser divulgadas no espaço público e que põem em causa o bom nome, tanto de mim próprio, como do grupo empresarial a que tenho a honra de presidir.

Embora a convocatória não refira os motivos da minha presença, a comunicação social tem feito eco deles: a intervenção do grupo IMG no processo relativo às empresas La Seda e Artlant e, nesse contexto, os termos e condições das relações estabelecidas com a Caixa Geral de Depósitos.

Por isso, creio que será de todo o interesse que, nesta declaração inicial, descreva brevemente os contornos dessa intervenção.

Previamente a isso, julgo que será igualmente importante, para entender o racional do envolvimento da IMG, deixar-vos algumas notas muito sucintas sobre o grupo.

A primeira unidade industrial do grupo, pioneira na produção de filme especialmente desenvolvido para embalagens alimentares, foi estabelecida em Santo Tirso, em 1959.

Vinte e cinco anos passados, em 1984, o grupo apostou num processo de expansão internacional com a criação de novas unidades industriais na Europa e de uma rede de empresas subsidiárias, em ordem a alavancar uma forte vertente exportadora. Essa vocação internacional acentuou-se a partir de 1992, com a abertura de novas unidades fabris — duas em Espanha, na Holanda, na Áustria, no Brasil e no México — e, nos finais da década de 90, com uma estratégia de expansão sustentada no continente americano.

No início deste século, alienado o negócio tradicional na Europa a um grande grupo industrial alemão, a IMG optou por uma estratégia de diversificação dos negócios ao longo da cadeia de valor petroquímica.

Para o efeito, reuniu no capital de uma sociedade diversos participantes, fundamentalmente *private equities*, tendo assumido cerca de um terço do capital social da mesma, que mais tarde se viria a denominar Selenis SGPS e, depois, Jupiter.

Em 2002 e 2004, essa sociedade adquiriu fábricas de produção de polímero PET, material plástico utilizado, por exemplo em garrafas, embalagens e em fios para tecelagens, que atuavam sob a marca Selenis.

Em 2008, aproveitando o seu *know-how* tradicional, o grupo voltou ao setor da embalagem alimentar, investindo em Portalegre mais de 30 milhões de euros, desta feita sob a marca Evertis.

Em 2011, no seguimento das dificuldades vividas pelo grupo La Seda, a IMG adquiriu 100% do capital da atual Selenis Portugal, preservando uma empresa que se encontrava desativada e em situação de pré-insolvência e salvaguardando os respetivos postos de trabalho.

Hoje, a IMG encontra-se presente em seis países da Europa e da América, empregando cerca de 600 colaboradores e gerando um volume de negócios em torno dos 400 milhões de euros anuais e, digo-o com orgulho, mais de metade dos seus trabalhadores e cerca de 160 milhões de euros de faturação situam-se nas fábricas de Portalegre, que são o maior empregador direto da região e cuja produção se destina, em mais de 95%, à exportação.

Ou seja, a vocação principal do grupo IMG foi sempre e continua a ser de natureza industrial, visando a criação de riqueza e de emprego, assim contribuindo também para o desenvolvimento da economia portuguesa.

Em 2003, a IMG, adquiriu cerca de 10% do capital social da empresa espanhola La Seda. Aproveito para sublinhar, desde já, que a IMG nunca teve o controlo de gestão da La Seda e que, num conjunto de 17 administradores, havia apenas dois que, apesar de independentes, se relacionavam com ela.

Os motivos daquela aquisição são facilmente explicáveis.

A La Seda era uma empresa petroquímica que chegou a ser líder europeia no fabrico de PET, pelo que fazia pleno sentido, na lógica da diversificação ao longo da cadeia petroquímica a que aludi, a detenção dessa posição acionista.

Realço que a participação societária direta do grupo IMG, quer a inicial, quer a que resultou de aumentos de capital, nunca contou com qualquer financiamento da Caixa Geral de Depósitos.

Em 2005, tendo em conta a necessária consolidação do mercado europeu, composto à época por cerca de 15 empresas, a La Seda avançou com um projeto estratégico de crescimento por aquisição.

Nesse contexto, tinha todo o sentido a aquisição das unidades industriais da Selenis SGPS, empresa que, como referi, reunia uma dezena de investidores e na qual a IMG detinha uma participação de cerca de um terço do capital social.

Uma aquisição desta natureza está sujeita, naturalmente, a adequadas avaliações e *due dilligence*. Mas como a IMG detinha uma participação relevante na Selenis SGPS e ambas eram acionistas da La Leda, foi colocado um particular cuidado no processo, em ordem a garantir a sua total transparência. Por essa razão, a avaliação e a *due dilligence* foram realizadas não por uma mas por duas entidades externas: o Banco Santander Investimentos e a Horwath, auditora.

Além disso, foi constituída uma comissão técnica interna de apreciação, integrada por administradores executivos e quadros da própria La Seda.

Adicionalmente, os administradores não executivos independentes, mas relacionados com a IMG e com a Selenis SGPS, não participaram nas discussões nem nas deliberações relacionadas com esse processo. A propósito de tais aquisições, já foi afirmado que a transação teria sido paga com dinheiro proveniente da Caixa Geral de Depósitos.

Trata-se de uma completa falsidade. Tanto quanto é do meu conhecimento, o envolvimento direto da Caixa Geral de Depósitos com a La Seda só teve lugar em junho de 2006, quando esta recebeu um empréstimo para renegociação da sua dívida bancária de cerca de 400

milhões de euros, concedido por um consórcio liderado pelo Deutsche Bank, em que o banco português participou com 70 milhões de euros.

Ora, quer a contratualização do negócio, quer o pagamento da grande maioria dos valores envolvidos, ocorreram entre o ano de 2005 e fevereiro de 2006, registando-se em julho e agosto de 2006 apenas a liquidação do remanescente.

Feito este pequeno desvio, que me parece absolutamente justificado, permitam-me que regresse à enunciação dos factos.

Em agosto de 2006, foi realizado um aumento de capital da La Seda, em que a Selenis SGPS participou e no qual se envolveram, igualmente, a Caixa Geral de Depósitos e a Caixa Capital, o que veio permitir, três meses depois, a entrada de um representante da Caixa no Conselho de Administração da empresa.

Um novo aumento de capital da La Seda veio a ocorrer em julho de 2007. Para efeitos de participação nesse aumento, a Selenis SGPS, a Caixa Geral de Depósitos e a Caixa Capital celebraram um contrato de financiamento visando a abertura de uma linha de crédito até ao limite de 115 milhões de euros.

A este respeito, gostaria de sublinhar um conjunto de pontos extremamente relevantes: o empréstimo foi concedido à Selenis SGPS, na qual, reitero, a IMG detinha apenas cerca de um terço do capital social, pertencendo o restante a reputados investidores; da linha de crédito autorizada só foi utilizado um total de 97,2 milhões de euros; como garantia do empréstimo, foi constituído um penhor sobre 10,9% das ações da La Seda; em 20 de dezembro de 2007, as ações deixaram de garantir um rácio de cobertura de 135%, facto notificado em 9 de janeiro de 2008, por carta do CaixaBI; apesar de não ser essa a prática dos outros participantes no capital da Selenis SGPS, que eram fundamentalmente *private equities*,

foi proposto à Caixa Geral de Depósitos o reforço concreto dessas garantias, não tendo sido possível chegar a acordo com o banco.

A Caixa Geral de Depósitos detinha, contratualmente, uma opção de venda das ações em caso de insuficiência das garantias, ou seja, insisto, quando o valor da cotação de tais ações fosse inferior ao referido rácio de cobertura de 135%, valor muito acima do que era à época praticado.

Assim, se naquelas datas e de acordo com as melhores práticas de gestão — repito, de acordo com as melhores práticas de gestão —, a Caixa Geral de Depósitos tivesse optado pela venda, teria realizado um encaixe financeiro, respetivamente, de 117 milhões ou de 95,9 milhões de euros, tendo em conta a cotação das ações à época. Isso significa, portanto, que estava nas mãos da Caixa Geral de Depósitos a recuperação total do financiamento concedido.

Por motivos que apenas a Caixa Geral de Depósitos poderá explicar, a execução do penhor só ocorreu em data posterior à maturidade do contrato de financiamento, 13 de julho de 2010, o que se traduziu num encaixe financeiro de cerca de 8 milhões de euros.

Entretanto, começaram a acumular-se divergências com a administração da La Seda, quer quanto à estratégia de atuação da empresa, quer quanto à conduta e às práticas do seu presidente, que vieram a confirmar-se com a sua condenação, em 2015 e em 2017, por crimes de apropriação indevida e de falsificação de documentos.

Foram precisamente essas divergências e suspeitas que levaram a suscitar dúvidas quanto às contas de 2007, expressas em carta subscrita por administradores independentes, mas relacionados com a IMG, bem como à apresentação, em abril de 2008, da declaração de renúncia dos dois administradores independentes, mas relacionados com a IMG, no que foram acompanhados pelo administrador que então representava a Caixa Geral de Depósitos.

Em dezembro de 2008, o envolvimento da IMG na La Seda conheceu um ponto final — repito, em dezembro de 2008 o envolvimento da IMG na La Seda conheceu um ponto final —, com a alienação das ações próprias que ainda detinha.

A origem do denominado projeto Mega PTA, matéria-prima usada, entre outros fins, para o fabrico do PET, data de janeiro de 2006. É outra das falsidades apregoadas e que teria sido eu próprio a apresentar esse projeto ao Governo português. Repito: é outra das falsidades apregoadas e que teria sido eu próprio a apresentar esse projeto ao Governo português.

Ora, essa apresentação foi feita pelo grupo turco Sabanci, através de uma empresa designada Advansa, do que resultou a celebração de um memorando de entendimento entre esta empresa e a Agência Portuguesa para o Investimento (API).

No texto previa-se, nomeadamente, que o projeto em causa envolveria um investimento de 350 milhões de euros e que a unidade a instalar deveria ter uma capacidade de produção anual de 700 000 t de PTA.

Sucedo que, poucos meses passados, em julho de 2006, a La Seda anunciou que havia chegado a acordo para a aquisição das unidades industriais da Advansa.

Foi esse facto que esteve na base da constituição, em setembro seguinte, da empresa Artlant — à época designada Artenius Sines —, cujo conselho de administração integrei.

Em novembro de 2006, a La Seda comunicou ao mercado que estava a negociar com o Governo português a instalação de uma fábrica de PTA em Sines. Nessa medida, creio ser útil deixar aqui uma breve referência ao racional explicativo dessa iniciativa.

A La Seda produzia, no seu conjunto, 1 milhão e 100 mil t de PET, o que correspondia a uma necessidade de consumo de PTA de 900 000 t

acima, ou seja, superior, à capacidade prevista para o projeto Artlant. Lemos aos Srs. Deputados que eram 700 000 t no projeto Mega PTA.

Como a fábrica de Sines teria como mercado cativo as diversas unidades do grupo La Seda instaladas em diversos países da União Europeia e na Turquia, ficava assegurado o escoamento de toda a produção e a sustentabilidade do projeto. Repito: ficava assegurado o escoamento de toda a produção e a sustentabilidade do projeto.

Por isso, o projeto foi classificado como PIN e, em junho de 2007, foi celebrado um contrato de investimento entre a La Seda, a Artlant e a API.

Mas também por isso é que a conceção inicial do financiamento do projeto passava por uma forte componente de capitais próprios, assegurados pela La Seda, e por uma parte de capitais alheios, a obter através de um sindicato bancário internacional e não, como veio a suceder, através de um só banco. Repito: por um sindicato bancário internacional e não, como veio a suceder, através de um só banco — Caixa Geral de Depósitos.

O já referido acentuar das divergências e das suspeitas da IMG quanto ao modo como a La Seda era gerida levaram-me a recusar participar no lançamento da «primeira pedra» da fábrica de Sines, que teve lugar no dia 13 de março de 2008. Repito: levaram-me a recusar participar no lançamento da «primeira pedra» da fábrica de Sines.

E só acedi a estar presente na cerimónia depois de ter solicitado à Caixa Geral de Depósitos uma reunião urgente para discutir a situação da La Seda.

Porém, nessa reunião e nos contactos posteriores, tornou-se inesperadamente evidente que a IMG e a administração da Caixa Geral de Depósitos tinham visões estratégicas inconciliáveis quanto à La Seda e à

Artlant, desde logo quanto à necessidade de reformular toda a equipa de gestão e o próprio modelo de governo da empresa.

Assim, como já disse, não só a IMG alienou as ações próprias da La Seda que detinha em dezembro de 2008, como terminando nesse mês o meu mandato como administrador da Artlant, informei o presidente da La Seda da minha indisponibilidade para continuar.

Como a designação da nova administração tardava, em maio de 2009 renunciei ao cargo. Esse momento representa, assim, o meu desligamento definitivo de qualquer responsabilidade no projeto Artlant.

Por isso, todos os atos de gestão, a partir daí praticados, são da responsabilidade dos seus acionistas e, sobretudo, dos seus administradores, que a Comissão, certamente, teria vantagem em ouvir.

Não ficaria de bem com a minha consciência se não vos dissesse que não é aceitável que se tenha conduzido à insolvência uma unidade de produção de PTA altamente competitiva, dotada de tecnologia de ponta e cuja capacidade de produção estava totalmente assegurada por contratos de venda a empresas controladas pelo grupo La Seda.

A viabilidade económica de uma fábrica produtora de PTA depende, em larga medida, da capacidade para assegurar a resolução das questões que se colocam a montante e a jusante da cadeia produtiva.

Dito de outra forma, é fundamental assegurar, por um lado, um adequado abastecimento de paraxileno, a matéria-prima utilizada na produção de PTA, e, por outro lado, garantir o escoamento desse PTA para unidades industriais produtoras de PET.

A essa luz é incompreensível — repito, incompreensível — que não se tenha aproveitado a mais-valia que decorria do facto de a Oman Oil deter, desde 2007, de resto por iniciativa da IMG, uma participação acionista em La Seda.

É que, sublinho, a Oman Oil investiu numa unidade de produção de paraxileno que poderia, sem qualquer dificuldade, ter satisfeito as necessidades de abastecimento da fábrica de Sines. Repito: sem qualquer dificuldade em abastecer a fábrica de Sines.

Tal como é incompreensível a decisão da La Seda de vender as empresas que detinha e que poderiam e deveriam tomar a produção da fábrica de Sines, sem assegurar a obrigação contratual de adquirir o PTA aí produzido.

É nesses dois pontos que se encontram as razões principais para o insucesso do projeto e para a insolvência da Artlant, com significativo prejuízo para os seus acionistas e para os seus credores, com destaque para a Caixa Geral de Depósitos.

De resto, a viabilidade do projeto de Sines está hoje evidenciada. É que, tanto quanto é do meu conhecimento, a unidade, integrada agora no grupo tailandês Indorama Ventures, aumentou a produção e estará, inclusivamente, totalmente tomada utilizando precisamente o mesmo modelo de negócio que referi — o mesmo modelo de negócio que referi.

E porque esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos, gostaria ainda de deixar duas notas finais acerca da relação entre a Caixa e a IMG ao longo de todo o processo relativo à La Seda e à Artlant.

Projetos desta natureza e amplitude justificam, diria até que exigem, não só decisões de natureza política, como múltiplos contactos entre acionistas e entre estes e as entidades financiadoras. Recordo que a Caixa Geral de Depósitos esteve presente no projeto La Seda/Artlant nessa dupla qualidade. Nessa medida, como decorre da minha exposição, entre a IMG e a Caixa Geral de Depósitos, tais contactos existiram naturalmente.

Mas queria deixar bem claro que não foi a IMG, nem fui eu próprio, a solicitar à Caixa Geral de Depósitos o seu envolvimento neste processo.

Repito: quero deixar bem claro que não foi a IMG, nem fui eu próprio, a solicitar à Caixa Geral de Depósitos o seu envolvimento neste processo.

Acresce que muitas decisões da Caixa Geral de Depósitos, ao longo deste percurso, seja relativamente à Artlant, seja em termos mais gerais à La Seda, foram assumidas sem que a IMG delas tivesse, ou tivesse de ter, qualquer conhecimento. Mais: as mais determinantes foram adotadas em momentos em que a IMG já se encontrava desligada do projeto.

Destaco, por exemplo, a participação no empréstimo liderado pelo Deutsche Bank, o financiamento e tomada de capital na Artlant ou todo o envolvimento com o novo parceiro industrial.

Peço-vos desculpa pelo tempo que vos tomei, mas creio que os elementos que aqui deixei poderão ser úteis para o trabalho da Comissão.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar início às inquirições dos diferentes grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco, em representação do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Presidente, vou iniciar esta ronda de perguntas mas peço a sua autorização para que seja o Sr. Deputado Virgílio Macedo a concluí-la.

Quero agradecer a presença do Sr. Dr. Matos Gil e as informações que já prestou.

Sr. Doutor, neste processo, direi, à cabeça, que, do que é conhecimento público, procurando recolher diversas informações e preparando-me para esta audição, não é algo muito diferente ou tem algumas similitudes com o caso Berardo, permita-me a expressão.

De facto, estamos a falar de um prejuízo para a Caixa de larguíssimas centenas de milhões de euros, porventura perto de 1000 milhões, de eventuais pressões políticas, de decisões que são tomadas pela Caixa contrárias àquelas que eram as suas posições iniciais, ou seja, a Caixa alterou a sua posição, e de novas falhas jurídicas, nomeadamente com o aval, acerca do qual irei pedir que o Sr. Doutor fale um pouco mais. Portanto, temos aqui algumas similitudes.

Vou, então, começar pelo início, perguntando-lhe o seguinte: reconhecendo a eventual importância deste projeto, o projeto Artlant, para a economia portuguesa, que contactos foram estabelecidos com os membros do Governo para os sensibilizar para a bondade do mesmo durante o tempo em que ele estava a ser preparado?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr. Deputado, se entendi bem, a sua pergunta essencial é saber quais foram os contactos a nível do Governo.

Conforme disse na minha exposição inicial, este projeto é de um grupo turco que se chama Sabanci e a companhia chama-se Advansa, que era um dos maiores produtores de PET e PTA da Europa, que estava a analisar diversos países para fazer um investimento de uma unidade de PTA e entre esses países, recorro a Lituânia, a Espanha, a Turquia, a Inglaterra e Portugal. De memória pode falhar-me algum outro, mas creio que não.

A companhia entrou em contacto com a Agência Portuguesa de Investimentos, tentando aproximar as datas, na segunda metade do ano de 2005, quando os responsáveis da Agência eram o Dr. Miguel Cadilhe e o Dr. Fernando Costa Lima e foi nesse momento que houve os primeiros contactos para o investimento em Portugal.

No final do ano de 2005, a API é fusionada com o ICEP (Instituto do Comércio Externo de Portugal), creio eu, de onde resultou o nome AICEP

(Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) — não estou completamente certo destes nomes —, houve uma mudança nos mandatos e o Dr. Miguel Cadilhe e o Dr. Fernando Costa Lima, creio, terminaram nessa data os seus mandatos e foram substituídos pelo Dr. Basílio Horta, que foi quem deu o seguimento a toda a negociação com o grupo Sabanci.

De facto, e isto está registado e há notícias nesse sentido, eu diria que em 27 de janeiro de 2006 houve uma apresentação em Sines em que o grupo Sabanci veio apresentar o projeto e houve a assinatura de um MoU (Memorandum of Understanding) com a Agência Portuguesa de Investimentos e a AICEP.

E foi assim que começou.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — E, conseqüentemente, pergunto se foram feitos contactos, nomeadamente com o Ministério da Economia, com os sucessivos ministros e com o próprio Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — O que aconteceu foi que nessa cerimónia estava presente o CEO da Advansa, o Sr. Wahid Tawfik, que esteve presente em Portugal e que fez a apresentação em Sines, e nessa apresentação, tanto quanto me recordo, estava o Primeiro-Ministro, estava o Ministro da Economia e, possivelmente — não consigo recordar-me —, estaria também o Dr. Basílio Horta.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Para além de o Ministro da Economia e do Primeiro-Ministro se deslocarem a uma apresentação empresarial, decerto que também os senhores se deslocaram ao próprio Ministério da Economia.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Antes de 27 de janeiro?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Antes ou depois.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Antes seguramente que não. Foi o grupo turco que fez as apresentações e o que sabemos é que foi tudo conduzido pelo Dr. Basílio Horta. Aliás, suponho que as reuniões, não posso afirmá-lo, aconteceram em Londres, porque a sede europeia do grupo Sabanci é em Londres.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — O Sr. Doutor esteve presente na primeira apresentação ao CaixaBI...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Em que primeira apresentação, desculpe?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Refaço a pergunta.

O Sr. Doutor esteve presente como um dos potenciais interessados neste negócio junto do CaixaBI para a sensibilizar para este projeto? É uma pergunta.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — No CaixaBI? Eu não me recordo de qualquer visita ao CaixaBI. Não me recordo. Estamos a falar do ano 2006... Recordo-me do primeiro contacto com a Caixa, mas com o CaixaBI não. Não conheço.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — O Sr. Doutor não se recorda que nessa primeira reunião no CaixaBI, o CaixaBI não mostrou grande receptividade ao projeto?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desconheço.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Desconhece ou não se recorda?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desconheço. Eu posso falar do que sei, do que não sei não vou falar.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Partindo do princípio que esta afirmação que aqui fiz é verdadeira, conseqüentemente, nas outras reuniões que teve na Caixa já sentiu recetividade da Caixa para o apoio ao projeto?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não estou de acordo com o raciocínio que está a fazer, porque está a andar com as coisas da frente para trás e essa sequênciã não é a adequada.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Doutor, diga-nos, então, por favor, onde é que está errado o raciocínio que fiz.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Primeiro, não fui apresentar nenhum projeto ao CaixaBI. O que lhe posso dizer...

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Há pouco, o Sr. Doutor não se recordava.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — De ir ao CaixaBI apresentar o projeto?

Bom, o que lhe vou dizer, Sr. Deputado, é o seguinte, e tenho datas e factos — estamos a andar bem para a frente em relação ao que estávamos a falar há pouco, que era da apresentação do grupo turco...

Se o Sr. Deputado entendeu bem a minha intervenção inicial, entre a apresentação do grupo turco, do projeto em Sines em que estive o Primeiro-Ministro e o Ministro da Economia, creio eu, a 27 de janeiro de 2006, a La Seda, em maio de 2006, comprou a companhia Advansa e, a partir desse momento, houve uma mudança de interlocutores.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Doutor, permita-me que o interrompa.

Estou a falar no início de 2006. A sua ligação a este projeto, tal como nos disse, inicia-se, sobretudo, no ano 2006 e, em 2008, o Sr. Doutor já não está confortável com o mesmo e, por isso, até na apresentação em Sines, equaciona a sua presença e desliga-se a partir daí.

Foi um sonho que durou cerca de dois anos, mas nesse sonho houve uma fase de encantamento na qual procurou encantar os outros, porque acreditava no projeto, pois se não acreditasse não teria pedido as reuniões que teve e não estaria tão motivado até a investir e a procurar financiamento para investir neste negócio. Só que isso durou foi pouco tempo. Acontece na vida...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr. Deputado, vou pedir desculpa, mas não estou de acordo em absoluto com o que está a dizer, porque não corresponde. Não há encantamento ou desencantamento com o projeto Artlant. Se o Sr. Deputado quiser falar da La Seda de Barcelona a história é outra.

O que estou a dizer-lhe, e posso enumerar factos e dar-lhe datas, é o seguinte: a La Seda de Barcelona, em maio de 2005, comprou a Advansa e,

entretanto, entre o grupo turco, inclusivamente, houve um acordo que também foi assinado em maio que pode ir até 100 milhões em incentivos, os chamados os PIN. Tudo isso é assinado com o grupo turco, a Advansa...

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Em 2006.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sim, em 2006. Correto. Agradeço.

A aquisição da companhia é feita em maio, depois, obviamente, existe o *closing* financeiro, mas isso foi já uns meses à frente.

Então, o que acontece é que num primeiro momento o conselho de administração de La Seda quer levar o projeto para Espanha, e já lhe explico as razões. Como disse inicialmente, havia cinco ou seis países que estavam como possíveis, por razões diferentes, sendo que, por exemplo, a Holanda era um dos que dava menos incentivos, a Lituânia dava bastantes incentivos e a Espanha também dava bastantes incentivos e tinha uma vantagem, tinha Tarragona.

Tarragona era o local que tinha interesse, porque o grupo La Seda tem uma unidade que pertencia à Shell, chama-se IQA, e produz uma matéria-prima que é o glicol — e desculpe ter de lhe explicar isto com algum detalhe mas é para entender o racional — que, junto com o PTA, é uma das duas matérias-primas necessárias para a produção do PET.

Então, tendo esta companhia a sede na Catalunha, havia interesse em levar o projeto para Tarragona, que é uma zona bastante importante a nível de grandes grupos na área da petroquímica.

Dando conta desse risco, o Governo português convoca-nos para uma reunião no Palácio de São Bento. Nem a IMG ou alguém relacionado com a IMG pediu qualquer ajuda ou contacto, mas, sim, tivemos um pedido feito pelo Ministro da Economia para uma reunião no Palácio de São Bento no dia 19 de maio de 2006.

Posso dar-lhe algumas notas sobre o conteúdo dessa reunião. O principal objetivo dessa reunião era analisar o estado do projeto Mega PTA, já objeto do *memo* com a API. E analisar o estado significa que estávamos com um interlocutor, que era o grupo turco, e, agora, vinha um novo interlocutor e este novo interlocutor queria construir em Espanha e Portugal e o Primeiro-Ministro e o Ministro da Economia estavam a lutar para que o projeto ficasse em cima da mesa e, por isso, convocam esta reunião, que presenciei, para o dia 19 de manhã no Palácio de São Bento.

Dou-lhe mais umas notas: face aos riscos identificados de existir uma decisão de localizar em outro país, que não Portugal, como Espanha, Holanda, Lituânia, com as vantagens competitivas e os compromissos públicos necessários para garantir a sediação em Sines, designadamente custo de contexto, processo de licenciamento, impacto ambiental — daí a presença também do Ministro do Ambiente e, suponho, do Secretário de Estado do Ambiente —, o que recolhemos de informação? Havia entre 15 a 20 pessoas nesta reunião. Eventual articulação com a Galp, porque a Galp é produtora de paraxileno, matéria-prima necessária para a produção do PTA.

Seria... Não gosto de dizer a palavra fundamental, porque, ainda por cima, já haveria opção, na altura. Conforme já expliquei na minha intervenção inicial, tínhamos feito um acordo e entrou no capital da La Seda a Oman Oil, que estava a investir numa fábrica, neste caso, sete vezes maior do que a produção de paraxileno da Galp.

Mas ter a Galp e desenvolver todo o complexo petroquímico de Sines e ter matéria-prima entubada para a fábrica de PTA seria excelente.

Como último ponto: um contributo para o desenvolvimento de Sines e para a sua balança comercial com a operação obviamente exportadora.

Para ser mais efetivo e rápido, no dia 19 de maio de 2006, a primeira reunião e, possivelmente, a primeira vez, de duas — poderia ter havido

uma terceira, mas duas houve seguramente... Esta é de 19 de maio de 2006 e a outra é de 13 de março de 2008.

Nessas duas reuniões, Manuel Matos Gil esteve na Caixa Geral de Depósitos. Dois presidentes diferentes; duas vezes!

Mas queria dizer o seguinte, aliás, já foi dada nota: foi uma reunião realizada na e a pedido da Caixa Geral de Depósitos, repito, na e a pedido, com a participação de sete ou oito pessoas que posso nomear, onde se analisou o interesse estratégico do projeto Mega PTA para Portugal e as condições que faziam depender a sua localização em Sines. Este foi um dos assuntos tratados.

Quer saber os nomes das pessoas?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Agradeço.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — O Presidente era Santos Ferreira. Maldonado Gonelha, Cabral dos Santos, Jorge Tomé, Manuel Matos Gil, Fernando Freire de Sousa e Nuno Gaioso Ribeiro. Aqui tem sete ou oito nomes.

Da reunião resultou um pedido de informação detalhada sobre o projeto feito pela Caixa Geral de Depósitos, incluindo o plano de negócios, o modelo de financiamento, etc. Esse pedido foi devidamente transmitido à administração da La Seda, que lhe deu sequência direta e interagiu, posteriormente, com a Caixa Geral de Depósitos na maioria das vezes através do seu presidente do conselho de administração, de nome e apelido Rafael Español.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — A presença, nomeadamente, de pessoas ligadas ao Grupo Matos Gil...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — A presença na reunião das pessoas ligadas ao Grupo Matos Gil...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe, Sr. Deputado, está a dizer...

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Nessa reunião.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Nesta mesma?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Nessa que o Sr. Doutor acabou de fazer referência...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A que fomos convidados a ir...

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sim. A presença das pessoas ligadas ao Grupo Matos Gil significa que há, direi, uma lógica de parceria na importância que é dada a este projeto e, por isso mesmo, a Caixa também decidiu entrar no capital do Grupo La Seda.

De tal modo que passam depois a atuar conjuntamente em termos de posições em assembleia geral. Os senhores têm direito a administrador e a Caixa tem direito a colocar também administradores na empresa La Seda.

Sr. Doutor, todo este relacionamento estreito entre o Grupo e a Caixa para tomada de capital e financiamento de um projeto de uma empresa surgiu, única e exclusivamente, porque a Caixa vos bateu à porta? Ou porque alguém, o Sr. Doutor ou outros, intercedeu junto do Governo,

nomeadamente salientando a importância estratégica de trazer este negócio para Portugal?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr. Deputado, primeiro, faço um esclarecimento desde já: essa sindicância de ações é do ano 2007, não é de agora.

Ponto dois: a Caixa entrou no aumento de capital — e, na realidade, ficámos admirados —, tomado firme pelo banco Santander. Portanto, a Caixa, creio que o aumento de capital era de 470 milhões, valor aproximado, entrou por sua própria e livre vontade. Não foi discutido, não foi parte das nossas conversas o entrar no capital da La Seda de Barcelona.

Foi no aumento de capital tomado firme pelo banco Santander. Este aumento de capital ocorreu em julho/agosto de 2006.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — De onde decorreu a sua admiração?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Como?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — O Sr. Doutor disse que ficou admirado pela posição da Caixa. Porquê essa admiração?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Na realidade, colocar dinheiro num aumento de capital que está tomado firme... Às tantas, seria melhor utilizar o dinheiro noutras partes, eventualmente. Diria eu! Se estava tomado firme... Para quê estar a ... Mas tudo bem, é uma opção.

O que recordo da altura é que a Caixa tinha muitos interesses em vir a tomar posição e negócios em companhias espanholas. Posso adiantar também que a La Seda estava a fazer, e fez, uma série de aquisições e uma

delas foi a da companhia Amcor, em 2007. A Caixa, pelo próprio administrador, e obviamente... Há bancos que aparecem, oferecem os seus serviços para serem os *advisors*, desculpem o inglês, da operação. E a Caixa fez essa operação. Foi o *advisor* da La Seda nessa operação.

Ou seja, a Caixa está na La Seda há cinco ou seis meses. Tem esse mandato, do qual eu me orgulho de ter dado o empurrão final para que essa operação fosse fechada, porque ela, por acaso, não o ia ser. Tive de fazer uma viagem relâmpago a Manchester e consegui convencer a outra parte que, na realidade, era o parceiro indicado para fechar a operação.

Essa operação foi por um valor aproximado de 420 milhões de euros e a Caixa deve ter tido logo um benefício direto pela sua assessoria. Não tenho aqui os valores do *fee* que estava a cobrar, mas seria entre 1,75% e 2%. Se foi 2% ganhou 8, se foi 1,75% ganhou 7.

Isto foi logo. A Caixa entrou no capital da La Seda e já está a fazer transações em Espanha e já está a ganhar dinheiro. A Caixa Capital teve logo uma primeira transação que foi a sua primeira em Espanha. Não faziam transações lá e conseguiram fazer uma entre uma companhia espanhola e uma companhia australiana multinacional, líder do mercado de pré-formas na Europa. 7 milhões, 8 milhões foi o primeiro benefício que teve a Caixa.

Seguramente, estavam contentes com o investimento que estavam a fazer.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Doutor, só para completar esta primeira ronda de questões, pelas suas afirmações e pela quantidade de reuniões que já nos informou que teve com membros do Governo no âmbito deste processo, claramente, havia uma visão estratégica, por parte do poder político, de que este projeto era importante para o País.

Nesse sentido, conforme ficou admirado da entrada no capital da La Seda por parte da Caixa Geral de Depósitos, certamente não ficaria admirado se essa aposta, que o Governo português demonstrava que queria fazer neste projeto, passasse nomeadamente pela concessão de benefícios fiscais através da AICEP e também através de ordens da tutela para entrada por parte da Caixa Geral de Depósitos no capital da La Seda.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Quantidade de reuniões com membros do Governo? Pode explicar? Não entendi muito bem.

Eu disse o que aconteceu. Está a perguntar se estive presente?

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Estou a falar dessas reuniões de que referiu exclusivamente.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — O número é próximo de singular! Sr. Deputado, o número é próximo do singular.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Vou reformular: dos contactos que teve naquela altura, na sua perceção, não havia uma vontade política para aposta neste projeto? A pergunta é esta.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sim, sim. Também lhe posso dizer que admirei essa vontade política. Achei que houve um investimento importantíssimo para Portugal.

Isto teria sido, e vai ser, um grande investimento para Portugal, mas as coisas foram conduzidas erradamente. Essa é outra história.

Mas vamos às reuniões. Houve uma reunião — aliás, não podemos falar no plural —, para a qual fui convidado no dia, como já referi e repito, 17, no Palácio de São Bento, e em que estavam 15 a 20 pessoas. Era uma

sala enorme, havia muita gente. Estavam todos os ministros e secretários e possivelmente também o Presidente da Câmara de Sines, representantes da API, Secretário de Estado do Ambiente. Creio que a Águas de Santo André também estavam. Isto para demonstrar todas as vontades para investir em Portugal. Portanto, foi uma reunião.

Não considero a reunião em que fui convidado a ir à Caixa Geral de Depósitos uma reunião com políticos. Convidaram-me para ir e acedi.

A presença no primeiro dia em Sines, suponho que a 27 de janeiro de 2006, não foi uma reunião minha com o Governo. Fui convidado e vou explicar porquê. O grupo turco, que historicamente era uma companhia que se chamava DuPont, tem relações com o meu grupo desde 1959. Essa mesma companhia é fornecedora, desde as unidades que tem em Inglaterra, das minhas companhias em Portugal, em Itália e também das companhias da La Seda. É um fornecedor de PTA.

Esta unidade era idêntica, e depois vou explicar-lhe as diferenças... A de Inglaterra tem 50 anos e estava a ser desativada, ia ficar só com uma muito pequena capacidade. Aliás, a DuPont pertencia à Imperial Chemical Industries (ICI) e estava para construir aqui esta unidade.

Havia uma relação enorme. Obviamente, nós, ao sermos um grande cliente deles, histórico, de 1959 — são 60 anos, para mim é fácil, porque é a minha idade —, ao estarmos em Portugal, eles estavam confortáveis, recebemo-los e dissemos «Vamos com eles e vamos com eles a Sines».

Mas não considero isto uma reunião minha com o Governo. Não fui eu, a reunião foi montada entre eles. Entendo que a única ligação que existiu foi entre eles e o Eng.º Basílio Horta, dando seguimento ao Dr. Miguel Cadilhe e ao Dr. Fernando Costa Lima, que é onde começa com a API.

A relação vem do ano 2005. Sr. Deputado, se for ver as datas quanto à substituição, vai ver que assim é.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — O Sr. Doutor interpretou mal a minha pergunta, uma vez que ela se destinava a confirmar aquilo que é público e sabido que havia uma vontade política forte para a implementação deste projeto. Na sua experiência e nos contactos, da mais diversa ordem, que teve nessa altura, pôde confirmar que existia essa vontade, porque se pensava que o projeto era positivo para Portugal.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — E era! Conduziram-no mal. Era e está a ser, já está a ser.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — A afirmação «conduziram-no mal»... Já afirmou que as coisas foram mal conduzidas.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não conduziram mal...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Já afirmou que as coisas foram mal conduzidas.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Foram deploravelmente conduzidas!

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Por quem?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Por quem vem a seguir.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — E quem vem a seguir?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Creio que é uma administração da Caixa, responsáveis da Caixa. Não sou eu! Eu nunca conduzi o projeto da Artlant. Eu, no final de 2008, saí da La Seda e saí da Artlant.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Então, vamos a esse final de ligação com a La Seda.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — E quando o Sr. Deputado falar, desculpe Sr. Deputado, de várias reuniões... Está muito no plural e não há aqui plurais. Há uma reunião, em concreto, a que nos foi pedido para estarmos naquele dia. Há uma! Eu, por estar com um parceiro numa cerimónia em que vai um Primeiro-Ministro e um Ministro, e podia haver outros, eu não considero... Não é uma relação minha.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — É um contacto!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não os conhecia! Não os tinha visto em lado nenhum, em nenhum momento. Não conhecia nenhuma dessas pessoas! O Primeiro-Ministro, sim, pela televisão, o Ministro da Economia nem pela televisão o conhecia.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Vamos, então, à sua saída da La Seda. Disse-nos que teve uma reunião junto da Caixa Geral de Depósitos, relativamente à saída, em dezembro de 2008, penso que foi essa data...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, não. A reunião, não. Não foi isso que disse. Disse que saímos da La Seda em dezembro de 2008. Não disse que a reunião...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — E que tinha dúvidas, por exemplo, relativamente às contas de 2007.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Exato.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Transmitiu essas dúvidas, relativamente às contas de 2007, a alguém?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr. Deputado, não foi só transmitir. Primeiro, não sou eu que tem de transmitir porque não sou administrador da companhia em caso. Também não posso dizer os meus administradores porque... Os administradores relacionados com o meu grupo — porque eles estão em nome individual, portanto, a palavra correta é «relacionados» — e o administrador da Caixa, chamado Dr. Jorge Tomé, em finais de 2007 começaram a entender que havia coisas que não estavam... Que se pode dizer que não cheiravam muito bem.

Então, a partir desse momento, saem alertas e nesses alertas fomos investigando, em conjunto com a Caixa Geral de Depósitos. E quero dizer, e repetir, em conjunto com a Caixa Geral de Depósitos. Quando digo Caixa Geral de Depósitos — não havia dois nomes, é um nome —, digo Dr. Jorge Tomé, que era administrador na companhia. O Dr. Jorge Tomé acompanhava os administradores relacionados com os meus e, aí, nos regressos dos Conselhos e tal, havia coisas que não pareciam bem.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Que coisas é que não pareciam bem? Que alertas?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Se quiser, falamos do futuro ou falamos à data. À data, eram coisas que não pareciam bem; no futuro, eram fraudes, porque estão condenadas, se é isso que me está a perguntar.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Ou seja, à data, quando constata que algo...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Começaram a acontecer coisas estranhas. Vou-lhe dizer uma coisa, Sr. Deputado, e acho que é importante para que esta Comissão entenda de forma muito clara, e espero que entenda de uma vez para todas: a La Seda de Barcelona, num período de três anos, fez três aumentos de capitais de 970 milhões de euros. A La Seda de Barcelona fez aquisições por 930 milhões.

Numa época como a tal, com companhias a fazerem aquisições, sem dívida, como foi o caso da La Seda — não se endividou num cêntimo para as aquisições, foi tudo por aumentos de capital, do qual, o primeiro deles, em 2005, de 75, 80 milhões, é totalmente subscrito pelo meu grupo —, chegamos a um momento em que está tudo em capital, todas as companhias são rentáveis e começa a haver algumas faltas de dinheiro, umas reuniões, umas coisas que são ditas — eu não participava, como lhe estou a dizer, nessas reuniões —, a coisa cheira a estranho.

E, então, os meus relacionados e o próprio Dr. Jorge Tomé — e eu resido no México —, em 2007, diria em novembro, dezembro, ligou-me a dizer «vamos começar a estar mais atentos, a fazer aqui alguns movimentos e ver o que é que se passa». E, então, começámos a entrar, vamos dizer, mais duro e chegou o momento — no final do ano, em Espanha, como o Sr. Deputado sabe, antes do 10 de janeiro, obviamente, não se passa nada — aí, sobre o 17, 18 ou 19, em que chamámos o presidente a Madrid, a pedido do Dr. Jorge Tomé.

Não foi ele que esteve na reunião, estiveram dois colaboradores dele, creio que — agora tem de ser de memória — Alcides Aguiar e Carrilho ou Garrido, mas eram dois colaboradores ou, eventualmente, vice-presidentes do CaixaBI. Foi chamado o presidente da La Seda de Barcelona e eu e o presidente que, digamos, era vice-presidente da La Seda, neste caso, Fernando Freire de Sousa, vamos para uma sala e dizemos-lhe: «Até aqui chegou. Tem de haver mudanças, isto não pode continuar. Estão aqui a passar-se coisas muito graves e tem de haver aqui mudanças». Este senhor era um senhor altamente combativo e, ao fim de três horas, disse que sim.

Só que esse «sim» não era um sim verdadeiro, porque ao descer o elevador já estava a montar uma campanha, inclusivamente com inimigos dele, porque ele tinha muitos inimigos.

A La Seda, historicamente, era uma companhia de 1925 ou 1923, que pertencia a um grupo holandês que se chama Akzo Nobel. Esse grupo, em finais dos anos 80, inícios dos anos 90, entrega a La Seda a um advogado chamado Jacinto Soler Padró. Este advogado, por uma peseta, ficou com 50% da companhia. Só que ficou com a companhia para a fechar. Não sei se a companhia teria 3000 ou 4000 trabalhadores, pois não era só esta área do PET, tinha muitas outras áreas como as fibras, viscoses e tinha milhares de trabalhadores.

Para a Generalidade da Catalunha, seria dramático que um advogado, por uma peseta, fechasse a companhia, com todo aquele impacto. Então, encontrou duas pessoas para levar a companhia para a frente, cujos nomes vão ser conhecidos deste Parlamento. Eram o Sr. Artur Mas, um dos filhos de Jordi Pujol e o Sr. Rafael Español, que foi colocado como presidente executivo desta companhia. Houve uma assembleia geral e nessa assembleia, para não haver a liquidação total, forçaram o Sr. Jacinto Soler Padró a ceder metade do capital que tinha comprado por uma peseta.

Não sei se existe muita propriedade em dizer neste Parlamento o que vou dizer a seguir: dão-se uma série de peripécias e, inclusivamente, este senhor sai da assembleia geral em cuecas, pois tiraram-lhe as calças, porque ele queria liquidar a companhia. Isto aconteceu. Mas a parte da *Generalitat* da Catalunha, repito Artur Mas, Jordi Pujol — filho, não me recordo qual deles, são vários — e Rafael Español, fica como o presidente. Entre este Sr. Rafael Español e o Sr. Jacinto Soler Padró ficou uma guerra histórica em que só hoje são amigos: um está condenado e outro está por aí.

Mas no momento — e é muito importante entender esse ponto — em que está um grupo português a dizer «até aqui chegou, está aqui tudo isto em cima da mesa» e o que estou a dizer, o que «está aqui tudo», agora prova-se porque há as condenações. Nem tínhamos tanta informação, se fosse então essa, acho que nem o chamaríamos. A informação que vem a seguir é muito mais grave e muito mais complexa.

E, portanto, ele contacta com outro, logo no mesmo momento, e monta, aí, uma guerra contra o grupo português. Este Sr. Soler Padró vem para Madrid, o grupo luso, Caixa e IMG, tem de lançar a OPA (oferta pública de aquisição) à companhia. Tudo isso está registado, não estou a falar... Inclusivamente, a saída de cuecas também está registada. Tudo isto existe, aconteceu e está registado.

Qual foi o nosso espanto e a razão pela qual não quis estar no lançamento da primeira pedra? Isso explico-lhe exatamente como foi. Ou melhor, não vou dizer exatamente, porque há aqui duas palavras... A das cuecas já é um bocado... Depois, há outras palavras que foram mais fortes, as quais não vou dizer. Por respeito às senhoras e a todos aqui, não vou dizer. Mas queria que eu participasse, porque estava a Caixa. E eu escrevi uma carta à Caixa, que tenho aqui, têm-na cá, em que dizia que não estaria presente no lançamento da primeira pedra, porque não iria estar junto, nem no lançamento da primeira pedra, nem numa reunião prévia que houve na

Caixa, deve ter sido dia 12, à noite, com uns senhores, que são esses senhores que eu considero esse nome — digo só que é um nome que não abona nada —, os senhores da Caixa e os meus representantes. Agora se isso é tudo os mesmos ou se eu e eles e eu somos os mesmos eu não vou a essa reunião. Nem vou ao lançamento da primeira pedra!

Aí, foi feito um acordo no dia seguinte, durante um almoço — ainda ontem me deram as notas sobre isso, porque estamos a falar de casos dos anos de 2008, 2006, portanto têm algum tempo e teve de se rever caixas, caixotes, documentos de tudo o que existe, e estou agora a dizer com bases firmes —, encontro no qual uma direção da Caixa, que estava alinhada em, realmente, levar tudo para a frente, estava alinhada em mudar, pois, esta gente... Havia coisas estranhas. E também não eram competentes. Seriam competentes para gerir outro tipo de coisas, mas não para gerir uma companhia que, à data, tinha 1,7 biliões de euros de vendas, em 14 ou 15 países.

O nosso espanto, nessa reunião, foi que, aparte disso, e é aquilo que marca a grande diferença, o novo presidente, Faria de Oliveira, diz que «não, não nos podemos estar aqui a meter com a Catalunha, isto é comprar uma guerra», ou uma coisa qualquer estranha, complicada e tal.

Nós, como mencionei no meu depoimento, a partir daí, não poderíamos continuar a estar numa companhia em que não havia nenhum apoio — que inicialmente houve, o que é pior. Se nunca tivesse havido, então já tratávamos do assunto. Arranjaríamos outras formas. Já tínhamos o grupo Oman sindicado connosco. O grupo Oman entrou connosco no capital da companhia. Aliás, há um administrador nosso, seguinte, que entra no capital, no mesmo dia, exatamente, que não é Fernando Freire de Sousa, nem Nuno Gaioso. Porque, também deixo esta nota, no mês seguinte, em abril, os meus dois administradores relacionados, melhor dito e corrigindo, os dois administradores relacionados com a IMG, demitiram-

se com o Dr. Jorge Tomé. Também já foi dito. Como tal, acho que é um sinal. Também, porque é que sai? Alguém também não estaria confortável. E é isso, basicamente, o que tenho a dizer.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Doutor, esclareça-nos um aspeto relativamente a um empréstimo concedido pela Caixa Geral de Depósitos à Selenis para ir ao aumento de capital da La Seda num montante de 97,2 milhões de euros.

Aparentemente, esse empréstimo foi concedido com uma dupla garantia: um aval e a existência de penhor sobre 10,9% das ações da La Seda. Pelo menos, posteriormente houve uma tentativa de execução desse aval.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Está a dizer-me uma coisa que nunca ouvi, que desconheço. A companhia não é Selenis, chama-se Selenis SGPS. São coisas diferentes.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Não é a mesma?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não é a mesma. Há várias Selenis. Não são as mesmas. E é essa razão, por haver várias e haver confusões, e acionistas diferentes, para ter sido mudado o nome para Jupiter. Não é a mesma coisa.

Essa companhia, a Selenis SGPS, é detida por *private equities*, em que o grupo IMG detém uma participação de 30%.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Foi isso que nos disse.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Exatamente. É isso. É que não há outra coisa, porque isso são os documentos, são os factos.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Esse empréstimo, que foi concedido com uma garantia das ações de 10,92% da La Seda...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sim, eu mencionei aqui.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — O Sr. Doutor, depois, afirma que a Caixa Geral de Depósitos, se tivesse executado essa garantia, tinha conseguido recuperar todo o investimento. Ou seja...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, não.

Eu e os meus parceiros teríamos recuperado parte do dinheiro, mas não recuperámos e perdemos o dinheiro.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Ou seja, de acordo com a opinião do Sr. Doutor, houve uma não execução por parte da Caixa Geral de Depósitos...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É o contrato...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — ... quando deveria ter sido executado.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É em qualquer banco...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Houve uma atitude passiva, em vez de uma atitude pró-ativa por parte da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Foi explicado aqui que as boas práticas recomendam que têm de olhar bem para os contratos e as boas práticas recomendam... Eu tenho muitas operações dessas, fiz muitas operações com bancos internacionais em todo o lado e, ainda por cima, tinha 135%. Não estamos a falar de 110% ou 100%, estamos a falar de 135%.

O Sr. Deputado conhece bem os mecanismos e eles são relativamente simples. Não é obrigado a vender tudo num dia.

Sr. Deputado, vamos admitir que a ação começa a cair. Ele pode começar a vender. Suponhamos que eram cerca de 60 e tal milhões de ações: vende 5, vende 10 e vai mantendo aquele *gap*. Isso tem de ser sempre para proteger a própria Caixa, que é a única garantia que tem. E o não fazer isso é um ato de irresponsabilidade, é uma má *practice* não fazer isso, prejudica a Caixa e prejudica a quem está a investir.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Ou seja, o Sr. Doutor está aqui a afirmar que houve uma má gestão por parte da Caixa Geral de Depósitos relativamente...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Há uma má prática.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Uma má prática, gestão, ou prática de gestão relativamente à não execução...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É um mau princípio, não é uma obrigação.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — ... dessa garantia que deveria ter sido executada,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Absolutamente, absolutamente.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — ... no sentido de salvaguardar o seu crédito.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Exatamente.

Do qual me prejudicou 30%, e prejudicou os meus parceiros, que, obviamente, não ficaram nada satisfeitos, porque trabalham com bancos internacionais. Os meus parceiros eram companheiros como a Axa Capital, Liechtenstein Bank, vários fundos internacionais — os mais conhecidos — e, de um momento para o outro, se fazemos isto a 135%, porque é que isto... Pelo menos, recuperamos alguma parte. Não! Desapareceu.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Presidente, só um breve esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — É mesmo para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Só mesmo para concluir.

Em algum momento a Caixa Geral de Depósitos lhe deu alguma explicação ou informou porque é que não executou essa garantia?

Nunca fez nenhuma ameaça?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Ameaça?

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — De que ia executar essa garantia. Ou seja: «Ah, está em incumprimento, vou executar a garantia».

Em algum momento informou que ia executar a garantia?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não me recordo, mas está lá. São os contratos.

Mas também lhe digo, Sr. Deputado, que é um assunto que não trato, nem tratei o contrato de financiamento, quer dizer, não trato desses assuntos.

Não sei se falaram com a Caixa, se estava a executá-lo. E quero dizer-lhe uma coisa: não há nenhum aval.

O que lhe estou a dizer, e tenha isso muito claro, Sr. Deputado, é quando são emitidas novas ações, o dinheiro sai, mas não há o papel, não há garantia. Então, sim, havia um aval, que não é normal ser dado, que é para o período em que as ações estão lá postas, e termina nesse dia. São essas as condições.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Transitoriamente houve um aval.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Que não é normal! Isso é só um gesto absolutamente de boa vontade, mas não está no contrato, não está no contrato.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Eu percebi!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas até é cá. Agora entrego as ações, estou cá. E tinha 135%. Também lhe quero dizer, Sr. Deputado, que estamos a falar de 100% ou 110%, essas ações todas, quando foram lá depositadas, valiam 160 milhões de euros. A Caixa não financia novas ações, também novas mas outras que foram transitadas para lá.

Quero também referir-lhe, caso não tenha ficado bem clarificado no meu depoimento, que não é a IMG. A IMG teve sempre participação direta, sem nenhum financiamento, nem na Caixa, nem em nenhuma entidade financeira, na La Seda de Barcelona.

Por isso, também teve sempre a flexibilidade de nuns momentos ter 15, noutros ter 7, noutros 4, conforme entendia e lhe apetecia ganhar, perder, não interessa, sempre comunicando à Comissão Nacional do Mercado de Valores.

Digo mais: fomos penalizados pela Caixa Geral de Depósitos porque se pôs numa sala de *trading*, no dia 27 ou 28 de dezembro de 2007, a fazer compras e vendas de ações no mercado, onde tinha uma sindicância com a Selenis SGPS, e nem sequer tiveram o rigor de ver «estamos sindicados, existem regras na Comissão Nacional do Mercado de Valores», se passar — agora não vou precisar números — de 12%, de 13% de determinados valores... Não, não é isso, é uma multa. E essa multa grave que consta, que é a única multa grave que o Grupo IMG tem, em Espanha, é uma multa, uma sanção da Comissão Nacional do Mercado de Valores, considerada gravosa, não pelo custo — o custo são 50 000 € —, mas está lá registado que é única e simplesmente pela irresponsabilidade de gestores, operadores de sala de mesa da Caixa Geral de Depósitos, grandes irresponsáveis. E do qual nós somos os prejudicados. Está registado e ficará na história da Comissão Nacional do Mercado de Valores um erro de pessoas que fazem sem sequer saberem o que estão a fazer.

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Constança Urbano de Sousa.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sr. Presidente, aproveito para cumprimentar o Dr. Matos Gil.

Vamos, então, situar-nos em julho de 2007, a data do empréstimo até 115 milhões de euros à Selenis SGPS, depois a Jupiter.

O Dr. Matos Gil diz que, no fundo, a *holding* Imatosgil apenas teria uma pequena participação,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não era pequena, era minoritária.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Uma participação minoritária.

Então explique-me porque é que no Conselho de Administração o senhor era o presidente, os seus irmãos os vogais, se a família Matos Gil, no fundo, tinha uma posição tão minoritária na Selenis SGPS.

É que a informação que tenho é a de que a Selenis SGPS seria, em 71%, da *holding* Imatosgil.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe, Sr.^a Deputada, não percebi essa parte.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Cerca de 71% do seu capital social seria da Imatosgil.

Esta é a informação que tenho.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não é correta.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Portanto, embora a sua *holding* tivesse uma posição minoritária, a verdade é que dominava o Conselho de Administração da Selenis SGPS.

Na altura, quando fez este contrato até 115 milhões de euros para ir ao tal aumento de capital, a que também a Caixa foi — subindo de 5% para 7,2%...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — O segundo aumento de capital?

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Falamos do segundo aumento, o de 2007. E pergunto: qual foi o objeto deste financiamento precisamente? Qual foi o objeto?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Respondo a várias coisas: havia a companhia Selenis SGPS, havia outra que se chamava Selenis Control, e estava tudo diluído a partir daí.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Só a Selenis SGPS.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A posição direta da IMG neste conjunto de companhias é de 30% a 32%, é um número aproximado. Não é mais do que isso, é um acionista minoritário.

A questão de estarem os administradores tem que ver com o facto de um ser residente e estar cá em Portugal e todos os outros serem espanhóis. E também há administradores espanhóis. Mais tarde, inclusivamente, foi mudado só para espanhóis.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — De qualquer forma, quem é que conduziu as negociações deste empréstimo de 115 milhões?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Foi o Sr. Juan Luis Ramírez, espanhol, pertencente administrador de uma companhia chamada Ibersuizas Capital Fund, ou melhor, IBS Capital Fund, que é o nome correto.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Como é que se chamava?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Juan Luis Ramírez.

Foi também o Sr. Nuno Gaioso Ribeiro e, possivelmente, um senhor, espanhol também, que se chamava... Não me consigo recordar do nome.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Pode informar-me de qual foi o objetivo concreto deste empréstimo, de até 115 milhões, em que foram utilizados 95 e depois mais 6 milhões de juros, que, no fundo, foi quase um prejuízo de 110 milhões de euros para a Caixa.

Qual foi o seu objetivo...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A Caixa foi responsável, no caso.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Depois já vamos lá. Qual foi o seu objetivo concreto?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Vamos situar-nos no tempo.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Estamos em julho de 2007.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Exatamente, estamos a situar no tempo.

A Selenis SGPS era, como lhe digo, maioritariamente controlada pelo fundo de investimentos, e o maioritário é 69%, 68%. É assim que a companhia está estruturada e, como tal, todas essas companhias normalmente colocam como 50%, 40% de fundos próprios. Neste caso foi, inclusivamente, mais.

Quando as ações foram entregues, creio que a Caixa Geral de Depósitos teria qualquer coisa como 175 milhões, 180, houve variações, obviamente, de valores de ação. Sempre — e esse é o primeiro cálculo que temos absolutamente claro — acima de 135, porque 135 era o mínimo. Senão nem sequer começaria.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — O dinheiro servia para alguma coisa, queria perguntar-lhe para quê. Qual foi o objetivo deste empréstimo?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não. O dinheiro servia para a Selenis SGPS manter a sua posição na La Seda, após esse aumento de capital.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Não serviu para um reembolso antecipado de um crédito que a Selenis SGPS tinha ao banco BES?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não. Não conheço.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Mas o senhor...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não conheço, quer dizer... Como digo, primeiro não sou gestor da Selenis SGPS, não fui eu que negocieei. Se há ações que estão depositadas num banco e vão para outros, isso é absolutamente possível e normal.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Vou ler: «No dia 9 de julho de 2007, pelas 10 horas, reuniu o Conselho de Administração da Selenis SGPS, onde o Presidente do seu Conselho de Administração, o Dr. Manuel Matos Gil, informa, precisamente, o Conselho de Administração que estava em negociações para um crédito de até 115 milhões de euros, para fazer duas coisas: ir ao aumento de capital da La Seda e reembolsar antecipadamente um empréstimo de 41 milhões de euros do BES».

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — 40 mil milhões é um bocadinho...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — É o que está aqui. E está aqui a sua assinatura também. Estou só a ler.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sim, mas não tem... Mas eu não lhe digo nada em contrário. Isso é normal. Revolver financiamento de um banco para outro é absolutamente normal. E desses terei vários. É normal.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Portanto, este empréstimo serviu não só para fazer o reembolso de 41 milhões de euros ao BES, mas também para ir ao aumento de capital da La Seda.

Diz-me que as ações La Seda valiam muito, mas a verdade é que, em 2007, quando há este aumento de capital, a sua situação económico-financeira já era débil, sobretudo a volatilidade das suas ações era extremamente elevada, o que fazia com que aumentasse muito o risco, se

quisermos, deste investimento no capital social da La Seda. Risco esse que se veio a verificar, porque, menos de um ano depois, as ações da La Seda, que estavam dadas de penhor para este empréstimo, só cobriam 29% do mesmo; ou seja, isso indicia uma desvalorização bolsista absolutamente brutal, em muito pouco tempo.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É natural. É natural, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Então, qual era o interesse da Caixa Geral de Depósitos e, sobretudo, da Selenis SGPS, que está aqui para fazer dinheiro, presumo eu,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Claro!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — ... ter este aumento de capital.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É que os tempos são absolutamente diferentes.

Estamos no ano de 2007, quando isso é feito. Aliás, está a haver, como se diz — e desculpe utilizar a palavra inglesa —, um *booming*, os mercados estão a crescer. O que acontece é que 2008 é um ano... Todos conhecemos o que se passou em 2008. No entanto, este caso concreto não está absolutamente ligado nem à queda do Lehman Brothers, nem ao Madoff, nem nada.

Isto aconteceu antes. Porque é que aconteceu antes? Aconteceu antes porque foram detetadas irregularidades na companhia, companhia La Seda. Dessas irregularidades existe a nossa carta datada de 11 de março de 2008 à administração da Caixa Geral de Depósitos, que é a tal que já referi há

bocado ao Sr. Deputado, de que não queria estar presente, e de quais as medidas que estavam a ser implementadas e os movimentos feitos entre os nossos administradores — ou, mais bem dito, relacionados —, e o Dr. Jorge Tomé, que era parte do mesmo, para fazermos as alterações.

Obviamente que, quando começam a sair rumores de que há estas divergências e quando estão a sair coisas estranhas na La Seda de Barcelona, não me parece uma coisa muito normal que as ações comecem a subir. De qualquer maneira, as boas práticas da Caixa Geral de Depósitos seriam vender as ações e não perder mais tempo. Mas não tem de as vender «de golpe», tem é que manter sempre 135%, pois essa é que é a boa prática para não prejudicar ninguém, nem a própria Caixa nem quem lá pôs o dinheiro. Isso teria de estar lá! É o que acontece em qualquer banco. Tive muitas operações assim! Havia ações que, num dado momento, julgava que as tinha e afinal já não as tinha, já estavam vendidas; trocaram-mas, pelo menos, e podia dormir porque sabia que a negativo nunca ia. É que nem tem que informar! Nem eu tenho de dizer nem a Caixa tem de informar. É absolutamente assim que isso funciona.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — A verdade é que, sensivelmente um ano depois, estas ações que a Selenis deu como garantia, se assim quisermos dizer, deste empréstimo de 115 milhões, só cobriam 29%, o que motivou o seu vencimento antecipado. Pelo menos, há uma decisão...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não é correto, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — O vencimento antecipado é decidido pelo Conselho Alargado de Crédito precisamente por um motivo: além de não haver nenhum pagamento, não houve reforço de

garantias. Nem os acionistas reforçaram as garantias... Recordá-se de alguma vez a Caixa Geral de Depósitos ter pedido o reforço destas garantias?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, creio que, inclusivamente na minha exposição, já mencionei esse facto. Estes fundos não dão garantias. As garantias são as ações da LSB, mas, dito tudo isto, foi feito um esforço, que inclusivamente nunca pensei ser possível, para que alguns dos fundos, não todos... houve dois ou três, nomeadamente Barings Capital, Ibersuizas, IBS Capital, que ofereceram garantias — e eu próprio — à Caixa Geral de Depósitos, ao longo do ano de 2008. Nunca quiseram aceitar essas garantias e, inclusivamente, sei os nomes das companhias a que foram dadas garantias.

Portanto, essa informação não corresponde... Essa informação está incorreta e, mesmo que a Sr.^a Deputada encontre aí informações de garantias que lhes foram oferecidas, pergunto: porque é que não corresponderam? Porque é que não disseram «ponha mais isto ou aquilo»?

Repito: em nenhum momento era obrigação destes investidores manterem essas ações. O que não se entende é porque é que a Caixa as vende em 2010, três anos depois! Porquê?! Esteve à espera de perder, perder, perder?! Sr.^a Deputada, explique-me! É porque era alguém a quem não doía estar a perder dinheiro. É a única lógica. Ou, então, haveria alguns outros interesses que desconheço.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — A verdade é que não só as ações não valiam quase nada quando foram vendidas como a Jupiter não tinha nenhum património que garantisse...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Também não é verdade!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Qual era o património da Selenis SGPS? As únicas ações cotadas que tinha — era uma sociedade gestora de capitais sociais — eram as da La Seda. Isso sabia-se valer. Mas o que é que tinha de património?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não tinha de ter absolutamente mais nada, embora tivesse. Mas não tinha de ter e não tinha de dar, porque não era parte do acordo. Quando fazemos um acordo, o que vale é o que está lá.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Também dizem que a garantia do credor...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, não, desculpe, o credor?! Estamos a falar de fundos de investimento, estamos a falar de bancos. A Sr.^a Deputada vá falar com eles e verá a resposta que leva! A resposta que leva é a de que, relativamente à Caixa Geral de Depósitos, é um dever para a instituição e para todos os portugueses ter boas práticas, e isso não teve. Isso é da sua única responsabilidade. É com ela que tem de tratar, não tem de tratar com as pessoas que foram prejudicadas, que é o meu caso e o dos meus parceiros. Isso é completamente errado.

Digo-lhe mais, Sr.^a Deputada, as companhias Selenis SGPS... a essa data, havia 61 ativos. Tinham uma companhia de energia, tinham uma companhia de fibras, tinham uma companhia de reciclagem e os outros parceiros deram companhias. Neste momento estou a recordar-me de dois ou três, uma que se chama Dédalo, que é a empresa que imprime o jornal *El País* e a revista *Hola!*, em Espanha. Foram-lhes dadas ações e não as quiseram aceitar. Isto é de uma irresponsabilidade total!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Dr. Manuel Matos Gil, a verdade é que na altura...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A verdade é que fomos prejudicados.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Está bem! Fomos todos prejudicados, nessa lógica, e os portugueses também.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe, Sr.^a Deputada, mas neste caso terá de falar com quem os prejudicou!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Dr. Manuel Matos Gil, então, a La Seda, uma empresa tão promissora, a ponto de uma empresa por si presidida contrair um empréstimo de até 115 milhões de euros para entrar no seu capital social, deveria ser, à época, muito apetecível. Embora já toda a gente soubesse que a sua...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe, Sr.^a Deputada, importa-se de repetir?

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Quero saber qual é o racional do negócio da entrada no capital social da La Seda, de ir ao aumento do capital social da La Seda, em 2007, para adquirir uma posição que nem sequer lhe dava o controlo do grupo, numa empresa que já demonstrava muitas debilidades económico-financeiras e que estava numa situação de grande expansionismo ou crescimento orgânico, o que implicava necessidades de financiamento brutais. Sendo que, na época, já

se sentia a concorrência da Ásia neste mercado, pergunto-lhe qual era o racional do investimento neste aumento de capital.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, as afirmações ou os comentários que está a fazer, melhor dito... Desculpe o meu português, porque não vivo em Portugal desde os 14 anos e, às vezes, tenho algumas dificuldades em exprimir-me. Embora fale português todos os dias, falo muitas outras línguas ao mesmo tempo e, às vezes, tenho alguma dificuldade em exprimir-me.

Primeiro, a companhia La Seda não tem um crescimento orgânico, faz um crescimento via aquisições, o que é completamente diferente.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Via aquisições, sim.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A companhia faz um crescimento sem dívida, atenção!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Como?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, se me permite, se quiser ficar com a informação correta, vou explicar-lhe. Se quiser continuar...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Desculpe lá, só que em 2009, quando entrou em processo de reestruturação, tinha mais de 1000 milhões de dívidas! Isto para uma capitalização bolsista de 80 milhões de euros. Desculpe lá, mas como assim não fez dívidas?! Como é que é possível?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, posso explicar? É que vou explicar.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sim, explique.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — E também não lhe dou nenhuma resposta. Posso mencionar, mas não tenho nada a ver com 2009. Isto para que fique já bem claro! E sei, exatamente, qual era o valor da capitalização da companhia e o valor da dívida quando saímos.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sim?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Deixe-me pôr os números, se me permite!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Ponha.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Posso dizer os números?

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Pode, sim senhor.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Então, a companhia fez diferentes aquisições. Se a Sr.^a Deputada pretender, enumero as aquisições que fez...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Não quero saber.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — O valor dessas aquisições todas, no período de 2005 a 2007, é de 930 milhões de euros. A companhia fez aumentos de capital, subscritos pelos seus acionistas, de 970 milhões de

euros. Ou seja, nenhuma companhia, naquela época, fazia aquisições em que o valor do capital fosse superior ao valor do *enterprise value*, digamos, que está a pagar. Isso não é normal e neste caso aconteceu.

Em janeiro de 2007, que foi o último ano em que estivemos e no qual já assinámos as contas com ressalvas — está registado na comissão nacional de mercado de valores —, estava com capitalizações de 1,5 ou 1,6 biliões de euros. A companhia faturava 1,3 ou talvez 1,6 biliões de euros.

Isto tudo parecia, realmente, muito bonito, mas, no final de 2007, para chegar aos valores que vêm a seguir e sobre os quais não temos nenhuma responsabilidade — nem respondo por eles em nenhum momento —, são detetadas... e aqui posso dar o meu contributo ao Dr. Jorge Tomé, porque fez parte dessa mesma equipa de administradores que estavam na companhia, que começou a detetar que havia assuntos irregulares. Se quiser, posso nomear alguns. Não os vou quantificar, porque alguns sei e outros não sei, mas isto está nos tribunais, há condenações, etc.

Portanto, a Sr.^a Deputada está a dizer que o valor veio para «aqui», mas o valor poderia ter ido para zero! O Banco Popular, em Espanha, há dois anos, valia biliões e, de um dia para o outro, o Santander comprou-o por 1 €. Portanto, estas coisas acontecem!

O que é que aconteceu neste caso concreto, que estava oculto e que por isso é estranho? É posto muito dinheiro, muito dinheiro, muito dinheiro, as companhias são rentáveis... todas as companhias são rentáveis. Mais: à data de hoje, todas as companhias funcionam. Todas! Não há nenhuma companhia que pertencesse ao grupo La Seda que não funcione. Não há uma! Tudo funciona.

Então, o que é que se passa aqui? Quer que enumere as causas? Só lhe vou dizer o que já foi condenado em tribunal. É que são milhões e milhões. Então, vou dizer-lhe, se me permitir.

Posso continuar, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Peço à Sr.^a Deputada...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sr. Dr. Matos Gil, desculpe lá! Pronto, já percebemos, foram todos enganados, o senhor inclusive, por uns administradores espanhóis que fizeram as suas «malabarices» nas contas e, portanto, tudo aquilo que parecia altamente... A verdade é que, em 2007, também já havia uma volatilidade muito excessiva das ações da La Seda. Eram muito voláteis, eram cotadas em bolsa e sabe perfeitamente que o mercado também reage de uma forma muito sensível a estas empresas. Se fosse uma empresa assim tão sólida não tinha passado, como já passou, à época, por algumas dificuldades.

Faço só uma pergunta: quando a Imatosgil pediu um empréstimo à Caixa Geral de Depósitos para entrar no aumento de capital de 2007, em que a Caixa também entra, fizeram algum acordo parassocial?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, não chegou a ser feito.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Mas falaram nele?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sim, sim. Não sei qual dos lados... é possível que tivesse sido a Caixa ou que tivesse sido do nosso lado, mas isso não foi feito. Garanto-lhe que não aconteceu. Foi falado, é verdade, mas não foi feito. O que foi feito foi uma sindicância de ações, exatamente aquilo que, há bocado, explicava ao Sr. Deputado sobre o problema que tivemos, causado pela Caixa, pelo qual deveríamos, na realidade, pedir uma grande compensação, porque o nosso nome está queimado na Comissão Nacional do Mercado de Valores por uma má atuação da Caixa. Era por

uma sindicaco, essa   que   a palavra correta. Não houve acordo parassocial.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Portanto, não houve nenhum acordo parassocial?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Havia a vontade, entre as partes, de o fazer, mas nunca foi concluído.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — De qualquer forma, eram ambos acionistas muito minoritários...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Isso não   verdade.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Tinham o controlo da gestão?!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Obviamente que não tínhamos o controlo da gestão.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Então, eram acionistas minoritários, porque se tivessem uma participao social relevante teriam um qualquer controlo da gestão. Portanto, não tinham o controlo da gestão da La Seda.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, pela lei de mercados espanhola, qualquer posio acima de 30% obriga a lançar uma OPA por 100% do capital. A antiga lei era de 25%, ou seja, se tocasse os 25% teria de lançar por uns 10% de adicional. Neste caso, concreto, com a alterao

que estava em vigor a essa data, era a de tocar 30% ou OPA total. Portanto, o que aconteceu foi que sempre estivemos abaixo, próximos mas sempre abaixo. Não eramos a gestão, tínhamos administradores, tinha a Caixa, mas tínhamos um grupo de acionistas, que também não excedia, porque, como mencionei na minha apresentação, havia 17 membros do Conselho e nunca tivemos a metade do Conselho. Tínhamos Caixas... Não era a La Caixa, era a Caixa Catalunha que estava connosco; tínhamos connosco uma associação de Caixas espanholas, que se chama EBN Banco, mas creio que utilizava o nome de Liquidambar; tínhamos a Oman Oil; tínhamos uma companhia de seguros chamada Caser. Todos esses estavam num núcleo de entendimento connosco legal, declarado, mas que tocava os 30%.

Deixe-me só terminar dizendo que acho estranho — e eu entendo! — que uma companhia que faz compras... Todas as compras foram boas, seguramente uma não tão boa como outra, mas uma companhia que coloca 970 milhões e compra 930 milhões... Isto é extraordinário! Uma companhia como esta teria de ficar com uma solvência fantástica.

O que acontece — é quando se começam a detetar gravidades, e gravidades enormes! — é que foi criada uma companhia, que não era do conhecimento, companhia essa que foi investir em África e que se denominava Jatroil. Eu digo-lhe Jatroil e a Sr.^a Deputada pode entender que é uma companhia ligada ao petróleo...

Jatroil era uma companhia que foi criada em África, sem ter sido dado conhecimento ao Conselho, — imagine! — com um jogador de futebol que se chamava Samuel Eto'o, nos Camarões. O «Jatr» significa *Jatropha*, que é uma das plantas mais interessantes e eficazes para produzir biocombustíveis. Só que, na realidade, o dinheiro foi para lá e ninguém viu nem a *Jatropha*, nem o biocombustível, nem a terra... Desapareceu! Isso não foi conhecido.

Vou-lhe enumerar três ou quatro casos.

A seguir, foi vendida uma tecnologia, também foram 100 milhões...
No fim, era uma empresa de construção que não apareceu mais.

A seguir, houve umas vendas para a Tunísia — quem vai aos Conselhos vê que há adendas, etc.... — e para a Rússia. Tudo isto era falso, todos os conselheiros foram enganados e, por isso, o presidente da companhia foi condenado por apropriação, ou falseamento, fraudulento, tal e tal...

Portanto, sabendo tudo isto, a Sr.^a Deputada agora fala-me no final de 2009. Nós não estávamos na companhia, mas, no início de 2007 — e as palavras corretas são «com a ajuda de», «graças ao» Dr. Jorge Tomé, porque foi muito importante esse seu passo —, começámos a querer mexer e a ver o que se passava. E, realmente, havia coisas estranhas!

Agora, o que é grave é o que acontece no dia 13 de março de 2008, isto é, terem conhecimento e o Presidente da Caixa, na altura, saber tudo e dizer: «Não nos metemos com os catalães... E, então, siga!» Isso não sou eu!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Ó Dr. Matos Gil, se, no início de 2007, como acabou de afirmar, já havia algumas suspeitas de irregularidades...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe, eu não disse «início de 2007», Sr.^a Deputada... Finais de 2007!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Finais de 2007. Mesmo sem essas suspeitas...

Pronto, eu deixo para a próxima ronda.

O Sr. **Presidente**: — Pode concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Aquilo que mais me intriga é como é que, sendo um homem muito experiente em termos de negócios, vai investir tanto dinheiro — emprestado, está certo — na La Seda, que está numa estratégia expansionista, se quisermos... Eh pá, «quando a esmola é muita, o pobre desconfia sempre»! Não desconfiava, na altura, de onde se estava a meter?!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, primeiro, clarifico já dois pontos, se não esteve com atenção ao que eu disse.

O grupo IMG não tem 1 cêntimo emprestado de nenhuma entidade, seja a Caixa Geral de Depósitos...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Selenis, Jupiter... Chame-lhe o que quiser!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, não, não! Desculpe...

Sr.^a Deputada, a grande posição lá dentro é a IMG e desafio-a a procurar qualquer contrato de financiamento à La Seda, de ações da La Seda. A nossa posição era 100% colocada com dinheiro da companhia. Portanto, a afirmação que fez, quando disse que foi com dinheiro emprestado, não é verdadeira.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Então, é dinheiro emprestado à Selenis, SGPS, de cujo Conselho de Administração o senhor era o presidente.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — *(Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do Orador.)*

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Pronto, se quiser assim, para ser mais precisa.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Estamos a falar de outra coisa.

A Selenis, SGPS era uma companhia da qual detínhamos 30%, ou seja, nem éramos maioritários, portanto, as decisões não eram tomadas por mim.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — O senhor e os seus irmãos tinham a maioria no Conselho de Administração. Eram cinco pessoas, o senhor era o Presidente e os seus dois irmãos eram vogais.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, não! Tivemos e deixámos de ter. Isso também não é correto.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Mas, na altura do empréstimo, tinham!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas o empréstimo não tem nada de mal, Sr.^a Deputada! O empréstimo é normal... E mais: como lhe referi, quando as ações são depositadas na Caixa Geral de Depósitos, são entregues ações adicionais, com um valor de 170 milhões, e a companhia usou 90 milhões.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Um empréstimo que nunca foi pago, nem nos seus juros nem em qualquer tipo de amortização.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Primeiro, digo-lhe já, Sr. Deputada, que os empréstimos nunca tiveram nenhuns juros. Primeiro ponto. O empréstimo é do...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Eram 6 milhões de euros de juros em 2008!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É incorreto, Sr.^a Deputada, num sentido. Eu explico-lhe: o empréstimo é do mês de julho de 2007...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — De 2007. Em 2008, já estava em incumprimento!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, essa informação é incorreta. A informação que a Sr.^a Deputada está a dar é incorreta. Repito: é incorreta.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Eu tenho documentos que o comprovam!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas a senhora tem documentos que não correspondem à verdade e que estão errados, seguramente.

Vou-lhe dizer, Sr.^a Deputada: essa informação é incorreta. A companhia tem o primeiro vencimento de juros no mês de janeiro ou, eventualmente, de fevereiro, seis meses após o empréstimo. As ações já não deveriam estar lá desde o dia 27 de dezembro, se o banco tivesse utilizado as boas práticas a que estava obrigado.

Portanto, não falo de absolutamente mais nada que seja a partir do dia 27 de dezembro. E, se a Sr.^a Deputada fala de juros ou do que quer que seja, tem de falar com a Caixa Geral de Depósitos e não comigo.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, já chegaremos ao assunto que estava agora a ser discutido.

Queria tentar perceber cronologicamente quando é que a Imatosgil ou o grupo Imatosgil entrou no capital da La Seda pela primeira vez.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Talvez no ano de 2003.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E qual foi a percentagem que, em 2003, adquiriu?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — O grupo comprou a posição de 10% da companhia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E, indiretamente, tinha mais percentagens da La Seda?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, não! Comprámos diretamente a uma companhia e, depois, comprámos mais 5%.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não ouvi a última parte, peço desculpa.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Comprámos 10% a um grupo, que se chama Ibersuizas, e 5% ao grupo Planeta.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, tinham 15% da La Seda?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Em tempos diferentes, sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E não foi financiado por nenhum banco?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Ninguém.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando é que adquiriu as fábricas de matéria-prima, a Selenis, que era em Portalegre, uma também em Itália e uma outra na Grécia?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Deixe-me entender bem a sua pergunta. Pode repetir, por favor? Pode haver aqui alguns mal-entendidos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta é sobre o seguinte: além da La Seda, comprou ou tinha propriedade, parcial ou total, de outras fábricas de matéria-prima de plástico,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — PET!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... nomeadamente uma em Portalegre, uma em Itália e uma na Grécia.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — O conjunto de acionistas, do qual foi mencionado, até agora, que a IMG detinha 30%, agrupado debaixo da companhia Selenis, SGPS, comprou, no ano de 2002, uma companhia denominada «Hoechst Fibras», em Portalegre, comprou, no ano de 2004, uma companhia denominada «Aussapol», em Itália, e comprou, nos últimos dias de finais de dezembro de 2005, uma companhia denominada «Volos», na Grécia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que era esse grupo de acionistas que comprou estas empresas, então?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que era o grupo de acionistas que comprou estas empresas?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Na fase inicial — depois, foi-se alargando o grupo de acionistas —, era uma companhia espanhola... Creio que o segundo maior acionista era a Baring Private Equity, depois, era a Ibersuizas e outra sociedade americana, creio, a Paul Capital.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Baring Private Equity...? Peço-lhe que repita, por favor.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A Ibersuizas... E creio que, logo a seguir, era a Paul Capital.

O que se passa é que estas sociedades... Eu digo um nome, mas podem ter as ações distribuídas por outros nomes. Portanto, estes são os nomes-chave, mas podem ter outros.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Além destas três empresas, quais eram os acionistas ligados ao grupo Imatosgil?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Quais eram os acionistas?... A Imatosgil, na sua quota-parte.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Qual era a quota-parte?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Inicialmente, a Imatosgil tinha uma posição mais forte. Creio que, no início, eram 57% e, mais tarde, foi-se diluindo, sendo substituída por diversos fundos de investimento.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando estas empresas foram compradas, em 2002, 2004 e 2005, a Imatosgil tinha a maioria do capital destas empresas?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Através da Selenis, SGPS, correto.

Em 2005, talvez já não e, em 2004, também já tinha reduzido. Quando foi feita a aquisição de Itália, a IMG foi gradualmente reduzindo a posição nesse mesmo veículo. Começámos com um valor aproximado de 57% e terminámos em 32% ou 33%.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E qual era a participação da IMG ou do grupo Imatosgil nos fundos de investimento que acabou de referir e que eram os restantes acionistas?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Nesses fundos de investimento, na realidade, a Imatosgil não tinha participação.

A Imatosgil tinha e tem, sim, uma participação na Ibersuizas, mas não é a mesma. Por isso é que eu referi que há nomes diferentes. Uma coisa é a Ibersuizas, que é uma sociedade anónima, e essa sociedade anónima gere fundos de investimento: Ibersuizas Capital Fund I, Ibersuizas Capital Fund II, Ibersuizas Capital Fund III e outros nomes. Portanto, os investimentos estão nesses *capital funds*.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, a Ibersuizas é que era acionista dos restantes fundos de investimento que participavam na Selenis, SGPS?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não é exatamente acionista, é um partícipe nesses fundos de investimento e também os gere.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E qual era a percentagem do grupo Imatosgil?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Era 12%. Não era bem 12%, era 11,7%. Era e é!

Para ser muito preciso... Poderiam esses fundos de investimento não ter só o nome «Ibersuizas Capital Fund», mas também outros nomes. Creio que havia um nome que era Media qualquer coisa... Mas não me recordo. Estamos falar de 2003 ou 2004.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Entretanto, a Selenis, SGPS entra, ela própria, no capital da La Seda.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A Selenis, SGPS entra porque, quando a Selenis Portugal e a Aussapol foram vendidas, subscreve um

aumento de capital de aproximadamente 70 milhões de euros e entra no capital da La Seda. Correto.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Em que data é que a Selenis, SGPS entra no capital da La Seda?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Em 2005.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E qual é a participação?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Talvez estivesse pelos 10% ou 11%... Mas não posso precisar esses números.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E foi financiada por quem?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Por ninguém.

Não, desculpe! Teve algum financiamento... Talvez do Banco de Investimento tenha tido algum financiamento. Mas, basicamente, foi por cedência do dinheiro... Quer dizer, pode ter havido um chamado «*bridge loan*», ou seja, ela põe, mas recebe, porque está a vender companhias.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que financiou esta compra de capital da La Seda pela Selenis, em 2005?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não estou a entender a sua pergunta, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta é no sentido de saber quem é que financia a aquisição de 10% da La Seda por parte da Selenis, SGPS, em 2005.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É o que lhe disse: é o produto da venda das próprias companhias. Ou seja, as companhias são vendidas por um determinado valor — creio que o primeiro pagamento é na ordem dos 58 milhões de euros — e esse dinheiro é aplicado em ações da La Seda.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O produto da venda das companhias à própria La Seda?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O produto da venda das companhias a quem?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — As companhias são vendidas pela Selenis, SGPS.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A quem?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — À La Seda. Há um aumento de capital e esta mesma investe nesse aumento da capital.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E qual é o valor desta venda?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não tenho o valor, mas diria que era em dois pagamentos...

Está a referir-se a Portugal ou a Itália? Ou às duas em conjunto? É que este é um negócio com as duas, em conjunto.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Se nos puder dar o valor discriminado e em conjunto... É preferível.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Creio que o valor é 56 milhões mais 21 milhões ou 20 milhões e qualquer coisa, porque há um pagamento... Mas não está aqui.

Sr.^a Deputada, não tenho o valor correto, mas será 56 milhões mais 20 milhões e qualquer coisa. Mas sei-lhe dizer o valor final, que é o que conta, porque, normalmente, quando se fecha uma operação, há um *closing*. O valor que recebeu, efetivamente, foi 19 milhões de euros. Portanto, recebeu 56 milhões — podem ter sido 57 milhões — mais 19 milhões.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mais 19 milhões?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mais 19 milhões.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, 56 milhões mais 19 milhões é o valor do aumento de capital da Selenis na La Seda?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mais ou menos. É isso!

Esse aumento de capital da La Seda, aliás, como expliquei noutros aumentos de capital, sempre que há compras, há aumento de capital. A La Seda não fez aquisições com empréstimos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E todo o montante pago pela La Seda à Selenis SGPS, pelas fábricas do grupo Selenis SGPS, foi por

aumento de capital da La Seda e não houve valor entregue à Selenis SGPS, nem aos seus acionistas?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, não receberam nada. Receberam ações da La Seda. Mas, como lhe explico, aquilo não é uma operação típica de, digamos, *share swap*. O que aconteceu foi o seguinte: pagam, fez-se o aumento de capital. Por isso é que lhe disse que pode ter havido um chamado *bridge loan* entre o dia que recebe, paga e tem de volta.

Poderia ter sido feita, por exemplo, uma operação para proteção de ativos e chegar ao mesmo. Mas, na altura, entenderam que seria a operação adequada.

Sr.^a Deputada, desculpe, peço atenção para o facto de esta não ser uma operação decidida por mim, era uma operação decidida pelo *board* de La Seda.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Qual é a diferença entre este valor de 56 mais 19 milhões, que a La Seda pagou por estas três empresas, e o valor de compra das três empresas?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Estou a referir-me a duas, não estou a referir-me a três.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, se me pudesse dizer por quanto é que a fábrica em Portalegre foi comprada, por quanto é que a operação em Itália foi comprada e a operação na Grécia, seria muito útil.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, na realidade, não sei se posso divulgar aqui os valores de uma operação de compra... Não é que

tenha um problema, mas não me parece muito adequado. Não tenho qualquer problema em dar-lhe os valores, mas não...

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada é que tem de saber a relevância que esta informação tem para o objeto da Comissão de Inquérito e em função disso...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tem relevância, sim.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Se tem relevância... Creio que não tenho de dar essa informação, mas posso dar.

A companhia de Portalegre foi comprada, em 2002, por 32 milhões de euros, um valor aproximado. Estamos a falar de um valor de *enterprise value*; vamos distinguir valores entre um e outro.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Espere um pouco, pois às vezes estas coisas... Estamos a falar de valores de quê e temos de distingui-los de quê?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É isso que estou a dizer-lhe.

Vamos usar *enterprise values*, que é o que interessa. O *enterprise value* é 32 milhões de euros, em março ou abril de 2002. Portalegre.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É o *enterprise value*? Tenho dificuldade em defini-lo. É o valor de compra? Qual é a definição contabilística?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Se tem dificuldade em defini-lo, se me permite, eu explico-lhe como funciona.

É calculado um valor da empresa e há vários métodos, pode ser calculado por *discounted cash flow*, pode ser calculado por múltiplos de EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*). Neste caso, foi calculada uma mistura dos dois e, a esse valor que se chega, deduz-se a dívida. Portanto, o *enterprise value*, que é o valor que mencionei, era 32. O valor a pagar — estamos a falar de uma operação de 2002 — de *equity* deveria ter sido... Creio que a companhia teria 5 milhões de dívidas, portanto vai a esses 32, retira 5 e fica com 27.

Portanto, a companhia foi comprada por 27 milhões.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, pagou 27 milhões pela compra da operação em Portalegre.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Líquidas, sem dúvida. Ok? 32 com dívida.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E em Itália?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — 75 milhões mais 5 mais 12. Digo mais 5, porque temos de... Desculpe, Sr.^a Deputada, tenho de fazer uma conta para lhe dar números precisos.

Pausa.

Portanto, a companhia teve um valor de compra de 75 milhões, pagou 76,5, incluindo os *fees* — estou a falar de bancos de investimento assessores —, ou seja, o custo foi de 76,5 milhões.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E na Grécia?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Na Grécia era 51%, não era a compra total e creio que o valor rondaria os 10 milhões.

Quero dizer-lhe que o valor pelo qual essa companhia foi comprada e vendida é exatamente igual. O valor passado à La Seda e o valor de compra foi exatamente igual.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, no caso da Grécia, o valor de venda à La Seda é igual ao valor de compra...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Exato. É um acordo, porque é uma antecipação que se faz e é um *due diligence*. Estou *X*, leva *X* — não há diferenciais. É totalmente transparente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E no caso de Itália e de Portalegre? Qual foi a diferença entre o valor pelo qual comprou essas fábricas e o valor pelo qual vendeu essas fábricas à La Seda?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Se há alguma diferença entre o valor pelo qual comprei e vendi? Seria um péssimo gestor se não houvesse uma diferença. Alguma diferença há.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E quanto é que foi a diferença?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Agora temos de ir outra vez às contas do *equity*. Não sei! Poderemos estar a falar de 15, 14, de valores por aí.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, a diferença entre o valor de compra e de venda destas empresas pode ter sido de 15 milhões de euros. É isso?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Talvez menos, talvez mais.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Qual é a margem de erro desse «talvez»?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Vamos lá ver, acho que a pergunta mais importante é quando é que é comprada, em que situação está, quando é vendida. Estes são dados extremamente importantes e digo-lhos já. Portalegre foi comprada em 2002 e era uma unidade com uma capacidade de transformação de 40 000 t de PET e, quando a vendemos, tinha uma unidade de transformação de PET de 65 000 t e deixou de fazer algo a que se chama «PET *commodity*», ou seja, o PET que tem menor valor acrescentado.

Com o *know-how* que importámos, colocámos produtos de maior valor acrescentado, que é denominado «especialidades». Portanto, a companhia tinha outros resultados, todo outro desempenho, era uma companhia diferente, não era exatamente a mesma companhia. Mas há um período entre março ou abril, eventualmente, de 2002, para dezembro de 2005. Há três anos e meio de atividade e de mudanças.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estes, digamos assim, 15 milhões de mais-valias...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É um número aproximado.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... ficaram incorporados na participação que a Selenis SGPS ficou na La Seda?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, não estou preparado para responder a isso. Imagino se houve, por exemplo, distribuição de dividendos... Não sei. Creio que foi tudo à La Seda de Barcelona.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Imagina que houve distribuição de dividendos, mas crê que foi tudo para o capital da La Seda?

Só quero perceber se toda a participação foi transformada em capital ou se houve uma distribuição de dividendos por conta das mais-valias. É só isso!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não! É toda a participação.

Desculpe, Sr.^a Deputada, mas é relevante a pergunta, porque tem um X, recebe-o. O que estou a dizer-lhe é que o produto da venda é investido em ações da La Seda, é isso que está.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não houve distribuição de lucros ou de mais-valias resultante desta operação?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não me recordo de a companhia ter feito distribuição de lucros. Não me recordo.

Repare, há fundos de *private equities* e, normalmente, querem saber o valor final e não estão ali para a distribuição de lucros, ao fim de um ano ou dois. Aquilo é assim: «O que se faz numa aquisição deste tipo? Melhorar os rácios da companhia, melhorar o *working capital* da companhia, diminuir a dívida». É assim feito.

Até pode vender pelo mesmo *enterprise value*, se conseguir diminuir o valor da dívida. Ao diminuir o valor da dívida, aumenta-lhe o *equity*. Portanto, o *equity* é o que conta. Se gerir bem tudo, aí já tem uma mais-valia direta.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não se recorda, mas pode ter havido distribuição de lucros?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não me recordo, mas a probabilidade de distribuição de lucros... Bom, vou dizer-lhe que não houve distribuição. É o que quero que fique registado. Não houve distribuição de lucros.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estas compras da Selenis SGPS, em algum momento, foram financiadas pelo BES?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Houve financiamento do BES?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Na verdade, não. Houve, na compra de Portalegre, financiamento intercalado a 6 ou 7 meses e esse financiamento foi anulado.

Portanto, a companhia foi toda comprada com os capitais próprios dos acionistas que formaram, na altura, uma sociedade que se chamava Neotrev. O capital da Neotrev deu para comprar a companhia em questão, assim como deu para fazer a aquisição da Aussapol em Itália, que era uma companhia, como lhe expliquei, comprada por 75 mais os custos

adicionais, tendo a companhia uma dívida de aproximadamente 70 ou 65 — talvez 65 seja mais correto — e falámos de 10.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, se me permite, vou interrompê-la um momento.

Vou ter de ausentar-me da sala por breves minutos e pedia ao Sr. Vice-Presidente, o Deputado João Almeida, que me substituísse durante este período. Muito obrigado.

Neste momento, assume a Presidência o Vice-Presidente João Pinho de Almeida.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, pode prosseguir.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Em que momento é que a La Seda compra estas três participações que, no fundo, era a área de plásticos que o Grupo Selenis SGPS tinha. Dê-nos a data concreta, se possível.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Dezembro de 2005.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E como é que a própria La Seda financia? Ou seja, isto já se insere no programa de aquisição de compras?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, acabei de explicar-lhe que há um aumento de capital em que os acionistas da Selenis SGPS investiram, creio que em 70 ou 90 milhões. Tenho aqui algures o valor, posso procurar. Se me der algum tempo, dou-lhe os valores precisos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quanto mais precisos, melhor.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Então, o aumento de capital é de novembro de 2005 e são 72 milhões de euros.

Na realidade, isto começa com a emissão de obrigações que são transformadas em aumento de capital.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ao mesmo tempo, ou mais ou menos ao mesmo tempo, em 2006, a La Seda negocia um empréstimo sindicado, em que a Caixa participa para reestruturar os seus financiamentos. Confirma isto?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Se confirmo?

Li, não tinha conhecimento desses financiamentos. É normal, pois a companhia tinha dívidas e creio que teria as dívidas por valores idênticos a esses.

A Sr.^a Deputada, anteriormente, falou de 1000 milhões e esses foram os números que saíram em 2009, porque era aquilo a que se chama «dívida escondida» e, portanto, nós, os acionistas, não tínhamos conhecimento. Essa dívida era, aproximadamente, de 400 milhões. Era uma dívida que estava entre vários bancos, incluindo o Instituto Catalão de Finanças, que não é exatamente um banco, mas está ligado à Generalitat da Catalunha. Este empréstimo era o chamado «financiamento estruturado», liderado e garantido pelo Deutsche Bank. Somos completamente alheios ao facto de a Caixa ter investido nesse aumento... Não sabemos. Isso é comité executivo da companhia que negocia com o Deutsche Bank, não negocia com a Caixa. O Deutsche Bank é que tem obrigação de negociar com todos.

No caso concreto da banca portuguesa, também posso dizer-lhe que um dos principais financiadores foi o Banco Comercial Português, que entrou nessa operação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, até este momento, em 2006, o Grupo Imatosgil, nesta operação da La Seda, não tem qualquer contacto com a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, já expliquei e repito: até ao dia 19-05-2006 nunca entrei na Caixa Geral de Depósitos. Entrei no dia 19-05-2006 a convite. Nunca pedi para ir à Caixa Geral de Depósitos. Nunca fui apresentar nenhum projeto à Caixa Geral de Depósitos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, em 19-05-2006, é convidado para ir à Caixa e é nesta reunião ou neste momento que se discute a possibilidade de um futuro aumento de capital financiado pela Caixa?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Há pouco já enumerei o que foi tratado nessa reunião. Está aqui: «reunião realizada no dia 19-05».

Portanto, é uma reunião que é pedida pela Caixa Geral de Depósitos, repito e faço finca-pé, porque é pedida pela Caixa Geral de Depósitos. Nesta, participaram sete ou oito pessoas, das quais mencionei os nomes — se a Sr.^a Deputada preferir que repita, posso repetir, se não estiver registado —, e analisou-se o interesse estratégico do projeto Mega PTA para Portugal e as condições gerais que faziam depender a sua localização em Sines. Isto é a Caixa que está a falar, não sou eu! Eu estou a ouvir!

Como resultado da reunião, emergiu um pedido de informação detalhada sobre o projeto feito pela Caixa Geral de Depósitos — plano de

negócios, modelo de financiamento. Nós não somos a gestão da La Seda, somos um acionista da La Seda e, como tal, isto foi transmitido e enviado para o Presidente do Conselho de Administração da La Seda, Rafael Español, que deu sequência direta e interagiu posteriormente com a Caixa Geral de Depósitos, a nota que têm, na maioria, através do Presidente da La Seda de Barcelona.

Também posso dizer que não voltei a ver esses mesmos senhores. Três deles nunca mais os vi.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas nessa reunião foi abordado o futuro aumento de capital que iria acontecer?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, seguramente que não. Vamos lá ver: esse aumento de capital já estava definido. Se o Banco Santander fala com a Caixa ou não, não sei. Não é minha responsabilidade. A gestão da La Seda tem de acordar com o banco *A*, *B*, ou *C* quem é que me toma firme. E depois distribui.

Quando um banco com a dimensão do Santander toma firme, está tomado firme. Se ninguém lá puser 1 cêntimo, o Santander coloca todo. Portanto, foi isso que há bocado comentei, não vi qualquer interesse a não ser que tivessem... E não estou a dizer que a Caixa não tivesse interesse, se tivesse um interesse estratégico, que também já referi que o teve, em fazer operações em Espanha, até me pareceu bem.

Logo a seguir, a Caixa faz uma transação de intermediação, através da Caixa de Investimentos, da compra da Companhia Amcor por 420 milhões e tem uma comissão de 7 milhões em assessoramento, seguramente que entrou, e bem, com o pé direito e contente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ainda assim, a Selenis SGPS, foi financiada pela Caixa neste aumento de capital.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, não é correto.

O aumento de capital em que a Selenis SGPS é financiada é em julho ou agosto de 2007.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É precisamente desse aumento de capital que estou a falar, ou seja...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, está falar de 2006. Em 2007, não tive qualquer contacto com a Caixa, nem de aumentos de capital, nem nada. São coisas diferentes, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Vamos com calma.

Em 2006, há uma reunião na Caixa para discutir o projeto de Mega PTA de Sines. Já nos disse que não teve nada que ver com isso. Correto?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não entendi bem.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já nos disse que não foi sua iniciativa e que não teve nada que ver com isso.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Antes de 17 de maio?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — 19 de maio.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe, enganei-me no papel. É que a 17 de maio foi a reunião no Palácio de São Bento. É 19 de maio, creio até que era uma sexta-feira. Confirmo: 19 de maio.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, vamos tentar fazer isto por ordem. Entre 19 de maio de 2006 ou depois desta data há um aumento de capital em 2007. Correto?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, para que não tenha de estar sempre a repetir, vou dizer-lhe e podem todos tomar nota dos três aumentos de capitais que houve quando nós estivemos envolvidos na companhia.

Há um aumento de capital, em novembro de 2005, de 72 milhões de euros.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já falámos sobre ele.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Vou repetir todos para que fique claro.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, sim. É melhor.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Há um aumento de capital, em agosto de 2006, de 464 060 milhões de euros. E há outro aumento de capital, em julho de 2007, de 435 524 milhões de euros. Estes três aumentos de capitais, só para facilitar na conta, dá 971 584 milhões.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, falta-me um passo neste processo. Neste aumento de capital de agosto de 2006 a Selenis aumenta a sua participação na La Seda?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, não aumenta a sua participação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Grupo Imatosgil aumenta a sua participação?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — O Grupo, sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E aumenta em quanto? Qual é a percentagem do aumento?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Vamos lá ver, Sr.^a Deputada, eu creio que a Selenis deve ter ficado com qualquer coisa como uns 10, 11, 12%, por aí.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A Selenis ou a Imatosgil?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não vou falar sobre o Grupo IMG, porque o Grupo tinha participações que variaram em 15%, 16%, 14%, fazia *trading* no mercado. É conhecido, está regulamentado, pode fazer.

O Grupo IMG, ao contrário do que geriu, por exemplo, a Caixa Geral de Depósitos, se vê que as ações estão a cair, acha melhor proteger-se e não estar a perder tanto. Temos disciplina. O dinheiro é nosso, olhamos para o nosso dinheiro e tomamos conta, não fazemos como outros.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas eu não lhe perguntei isso, portanto, é escusado responder-me àquilo que não lhe perguntei.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, aquilo que estou a dizer é relacional.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Vamos lá: em agosto de 2006 há um aumento de capital. Sobre o Grupo Imatosgil e a Selenis SGPS, gostava que me fizesse um ponto de situação da participação do capital, neste momento, e como ficou essa participação depois do aumento de capital de agosto de 2006.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, se me permite, vou dar-lhe um exemplo: se no dia 16 de agosto está em 15%, no dia 18, dia do meu aniversário, às tantas quis vender umas ações e desce para 14% e no dia 30 estávamos em 18% — comprávamos, vendíamos. Eu não tenho uma posição, tenho a posição do dia. O meu dia de hoje não é igual ao de amanhã.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Compreendo isso, mas há um evento aqui que não é de *trading* de mercado, é um evento em que há um aumento de capital por parte da La Seda e os senhores já eram acionistas, e, portanto, ocorria um aumento de capital ou eram diluídos nesse aumento de capital e o que estou a perguntar...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Possivelmente fomos diluídos. A IMG.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A IMG foi diluída nesse momento?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Possivelmente, possivelmente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E a Selenis aumentou?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A Selenis não tinha ações. Portanto, a Selenis passa a ter uma participação na companhia, começa do zero.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A Selenis não tinha ações desde novembro de 2005 por entrada das empresas no capital da La Seda?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não. Vou explicar-lhe: porque esse aumento de capital...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não é preciso.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, Sr.^a Deputada, o que lhe estou a explicar é preciso, a Sr.^a Deputada é que não entendeu. Vou explicar-lhe. Desculpe?...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu tenho a certeza.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Vou procurar novamente os três aumentos de capital, mas há bocado mencionei-lhe que num deles, primeiro, houve uma emissão de obrigações que foi convertida em capital.

Se me puder ajudar e se tomou notas das datas, que eu agora estou aqui um bocado...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, peço-lhe que este tempo não conte.

Em novembro de 2005, há um aumento de 72%...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Nesse momento a Selenis SGPS está no capital, só que em obrigações. Como tal, vai à bolsa e esse nome não aparece até que as ações estejam a ser cotadas, é isso que lhe quero dizer. Se quiser entender que é tudo igual, então, a partir de novembro de 2005, a Selenis SGPS é acionista da La Seda. Não posso explicar mais porque é assim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Vamos ficar com essa versão de que a Selenis é acionista da La Seda desde novembro de 2005, que é para mantermos aqui alguma coerência.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Correto.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O que lhe estou a perguntar é se em agosto de 2006 a Imatosgil ou a Selenis vão ao aumento de capital de agosto de 2006.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Vão, claro que vão.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E se me sabe dizer qual a percentagem de capital adicional.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A ideia foi manter as participações.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E qual foi o investimento necessário para manter as participações?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Eu diria que será bem acima de 100 milhões de euros, no conjunto, porque a companhia estaria com uma capitalização de aproximadamente 1000 milhões nessa data, portanto, para manter a posição usando a média 14, 15, deveria ter investido entre 120 a 130 milhões de euros, em 2006.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E esse investimento foi financiado por alguma instituição financeira?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Uma pequena parte da Selenis.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pelo BES?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Uma pequena parte foi financiada não pelo BES mas pelo BESI.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Que ficou com as ações da La Seda como penhora?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Algumas, porque o financiamento é relativamente pequeno e, portanto, não tem de ficar com todas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — De quanto foi esse financiamento a partir do BES? Ou do Grupo Espírito Santo, digamos assim.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não tenho dados sobre isso. Posso fazer-lhe chegar esses dados, mas não os tenho. Posso dar-lhe uma ideia, mas não me responsabilizo pela ideia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nós havemos de conseguir confirmar. Chega, então, julho de 2007, com o terceiro aumento de capital. Correto?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Correto.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E aqui a Selenis SGPS vai a este novo aumento de capital com um empréstimo da Caixa. Correto?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sim. Nessa data, a Selenis SGPS tinha um pacote de ações de mais ou menos 180, 190 milhões de euros, que é o que dá de garantia à Caixa e excede a taxa de cobertura dos 135%. Correto.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E quem foi que negociou este contrato de financiamento com a Caixa?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Já há pouco tentei dizer os nomes a uma Sr.^a Deputada... Ah, agora, sim, já me recordo. Sr.^a Deputada, desculpe, que no momento não me lembrei.

Quem negociava era o Sr. Carlos... espanhol, o Sr. Juan Luís Ramirez e Nuno Gaioso Ribeiro. São as três pessoas envolvidas, que geriam, de facto, a Selenis SGPS.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o Grupo Imatosgil tinha a maioria da administração da Selenis SGPS?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não sei se nessa data teria ou não. Eu penso que talvez já não porque, na realidade, a maioria do capital era dos fundos de investimento, mas poderia ser por qualquer motivo. Olhe, por exemplo, como aconteceu no caso da Artlant, da qual quis sair e demito-me em dezembro de 2008 e efetivamente, nos papéis, só aparece em maio de 2009.

Portanto, nós, IMG, começámos em *private equity* com uma companhia denominada Neotrev (Industria de Plásticos, SA), que faz a aquisição de Portalegre e, gradualmente, à medida que houve outras aquisições, fomos diminuindo a nossa posição, não só por esforço de aquisições, mas também vendemos posição, em que passámos de 57 a 32 ou 31.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Correto.

Em julho de 2007, quando se dá o aumento de capital da Selenis SGPS, ou melhor, quando a Selenis SGPS vai à La Seda financiada pela Caixa, quem era o presidente do Conselho de Administração da Selenis SGPS?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Em 2007? Possivelmente, eu.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mesmo não tendo a maioria do capital?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sim, mas isso... Não tendo a maioria do capital... Não, não! Não tinha a maioria do capital em absoluto.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Disse-nos há pouco que tinha uma participação direta na Selenis SGPS, que é a empresa que contrai a dívida à Caixa Geral de Depósitos de cerca de 30%. É isso?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A dívida da empresa à Caixa Geral de Depósitos é de, mais ou menos, 30% ou 31 ou 32.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Essa é a participação direta. E indiretamente quanto é que tem da Selenis SGPS?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Indiretamente? Indiretamente, é isso. Não há direto nem indireto, é isso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a perguntar-lhe porque fez questão de dizer que diretamente a Imatosgil — diretamente — tinha 30%. Estou a perguntar-lhe se indiretamente como é que essa percentagem aumenta ou diminui, se considerarmos participações cruzadas da Imatosgil, nomeadamente nos fundos de investimento que são parceiros na propriedade da Selenis SGPS? Se é, é; se não é, não é!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, não! É claramente um mal-entendido da Sr.^a Deputada. Eu expliquei. É que não sei se está a falar da

participação da IMG na La Seda. Inicialmente pareceu-me que era e que tinha percebido bem...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Isto passa por quem controla a Selenis SGPS.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Ok, já está clarificado que não é em relação à La Seda.

Em relação às outras companhias, expliquei-lhe que existe uma sociedade que se chama Ibersuizas, SA, sendo essa uma sociedade, digamos, gestora de fundos. Pode ter uma ação, normalmente tem uma ação, tem duas... Membros de Conselho dessa... Podem ter um, dois, uma ação, mas não é mais do que isso. Não há uma participação. A IMG não tem nenhuma outra participação aí dentro.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A Selenis SGPS é a empresa que contrai a dívida à Caixa. Essa empresa é controlada maioritariamente por quem?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Maioritariamente? Seguramente, o maior acionista direto é a Baring Capital Fund ou a Ibersuizas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não é a Selenis Control SGPS que controla...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É que a Selenis Control também tinha outros acionistas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Vamos tentar reconstruir esta estrutura.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, não sei qual o tempo, porque houve mudanças, não foi sempre igual. Eu sei que a IMG foi vendendo posições. Como lhe expliquei, a IMG começa em 57% — creio que 57% — em 2002 e acaba em 30%. Portanto, a IMG foi constantemente vendendo participação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Passou aqui a manhã a dizer-nos que não controlava a Selenis SGPS, apesar de ser presidente do Conselho de Administração.

Os documentos da Caixa que acompanham o pedido de crédito à Caixa têm a estrutura acionista, têm várias até porque ela é confusa, mas a Selenis SGPS era controlada em 71,6% por uma coisa chamada Selenis Control, que era controlada em 58% pelo grupo Imatosgil. Ora, isto quer dizer que apesar de o grupo Imatosgil, tendo em conta esta cascata de participações, ter uma participação de cerca de 30% na Selenis SGPS, a verdade é que tinha participações maioritárias em cada ponto da cascata que lhe permitia controlar a administração. Tanto assim é, e peço-lhe que me corrija se eu estiver errada, que o próprio contrato de financiamento...

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr.^a Deputada, queira concluir.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Termina já.

Portanto, a primeira parte da pergunta é sobre este controlo, de facto, da Selenis SGPS e a segunda parte da pergunta é para me confirmar se a

sua assinatura está ou não está no contrato de financiamento da Caixa com a Selenis SGPS.

A mim parece-me que está, mas como é uma assinatura à mão eu não quero fazer nenhum tipo de afirmação sem antes lhe perguntar.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Se tivesse de responder, eu diria que sim. Não tenho mais nada a dizer.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Por enquanto!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr. Presidente, é possível fazermos uma pausa?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Se a Sr.^a Deputada Cecília Meireles não se opuser, faremos uma pausa neste momento.

Pausa.

Srs. Deputados, estamos em condições de retomar a nossa reunião.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles, do CDS-PP.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Dr. Matos Gil e quero pedir-lhe para recapitular aqui algumas coisas porque já deu muita informação na declaração inicial que fez e nas respostas que já deu, mas há alguns pormenores que eu gostava de sistematizar quase cronologicamente e por tema.

Começo pelo assunto que tem a ver com a construção da fábrica de Mega PTA em Sines, para ver se entendi bem aquilo que nos disse.

O que nos disse foi que esta fábrica foi negociada inicialmente entre um grupo turco e o Estado português, através da API (Agência Portuguesa para o Investimento), através da AICEP, e que, tanto quanto percebi, quando este grupo é adquirido, em maio de 2006, pela La Seda, este processo estava todo em andamento.

Disse-nos também que — e presumo que haja uma relação entre estas duas coisas — a La Seda adquire este grupo com a intenção ou não de construir a fábrica e, no seguimento disso, é chamado para uma reunião no Palácio de São Bento. Foi assim que as coisas se passaram? Foi chamado a essa reunião pelo Sr. Ministro da Economia?

Gostava que nos dissesse — porque disse-o em relação à Caixa — se, para além do Ministro da Economia, do Ministro do Ambiente e, suponho eu, do Primeiro-Ministro, quem é que estava mais presente nesta reunião que penso que deve ter sido na residência oficial do Primeiro-Ministro, porque o Palácio de São Bento é a Assembleia da República. A residência oficial é aqui atrás.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — A designação é residência oficial. Palácio de São Bento é a Assembleia da República.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É a esse que me refiro. Eu tentei durante este fim-de-semana, e desculpem-me porque alguma informação pelos anos que tem... Eu não resido em Portugal há 46 anos e as informações que consegui reunir — tenho aqui o documento — é que estavam... Há aqui nomes, não depreciando as pessoas, mas poderiam, de uma certa forma, ser irrelevantes. Estavam 15 a 20 pessoas nessa reunião. A começar pelos cargos mais relevantes que eu já mencionei, estava o Ministro da Economia, o Ministro do Ambiente, o Primeiro-Ministro, o Secretário de Estado do Ambiente, seguramente a AICEP, que já se

chamaria neste momento AICEP, creio que estariam todas as entidades ligadas a Sines. Aquilo tem o nome mas eu não me recordo, as minas do porto de Sines, portanto todas as entidades que eram relevantes para realizar o projeto. Isto é claramente uma reunião de uma ação, que eu diria de charme, para que o investimento viesse para Portugal, porque a ameaça é de que ele iria para Espanha, após a aquisição de La Seda, toda a vontade era claríssima.

O Governo português de então — e no meu entender bem — lutou para que o investimento viesse para Portugal e, inclusivamente, trouxe entidades como a Galp que era fundamental para o fornecimento da matéria-prima. Quero corrigir a palavra «fundamental», pois não gosto muito de dizer esta palavra. Era bastante interessante para o fornecimento da matéria-prima, seria interessante para a Galp, iria fazer um *debottlenecking* na unidade em Leixões e, portanto, estavam reunidas todas as condições. Mas Tarragona também tinha umas condições muito interessantes, porque o outro produto complementar ao PTA chama-se glicol e os dois juntos dá para a produção do PET. Tarragona como complexo industrial petroquímico que é todas as grandes companhias do mundo estão lá, portanto, era um concorrente sério e Portugal lutou para que viesse para cá — e bem.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Percebo o interesse pelo investimento. Eu gostava era de perceber quais foram as condições que todas estas pessoas, ou cada uma destas entidades, ofereceu, ou pôs em cima da mesa, como possíveis, ou a estudar, para que o investimento viesse para cá.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Tenho um resumo mas não consigo chegar lá.

Repare: se o Ministério do Ambiente viabiliza, se traz a Galp para trazer a matéria-prima, que é uma parte importantíssima e, como já lhe expliquei na minha apresentação, a parte da venda não era um assunto o grupo La Seda consumia 1 100 00 t, desculpe não é correto, produzia 1 100 00 t e consumia 900 000 t. Portanto, a unidade era de 700 000 t, era total, assim, o grupo não tinha de ir procurar cliente, o cliente era interno. Se tivesse a matéria-prima, se tivesse onde colocar o produto teria tudo. Agora, o que é que puderam oferecer mais? Há uma carta escrita para os turcos que fala, no mínimo, em 100 milhões de euros de incentivos dentro das normas da comunidade europeia. Essa carta, repito, está dirigida aos turcos e é uma carta da AICEP. Quero relembrar que os primeiros movimentos do grupo turco não são com Basílio Horta são com a gestão anterior, embora muito curta, podemos estar a falar de dois meses.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E do vosso lado, digamos assim, ou do seu lado, qual foi a abertura em relação a estas condições? Negociaram outras condições? Falaram de outras possibilidades?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não. Nós tínhamos opinião limitada, a companhia La Seda não era nossa e, por isso, já mencionei aqui, em algum momento...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já agora gostava que precisasse disso. Quer dizer, foi convidado para estas reuniões na qualidade de acionista de La Seda.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Acionista.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E foi sozinho ou levou alguém?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Estava o Prof. Freire de Sousa, não me consigo lembrar se estava outro colaborador chamado Nuno Gaioso Ribeiro. Possivelmente não, mas não posso precisar.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Do que foi falado nesta reunião, é evidente que o Estado português tinha interesse em que este investimento viesse para cá. Do vosso ponto de vista, conheciam o assunto? Estavam a par do assunto? Sabiam que condições seriam interessantes para a La Seda? O que é que se poderia fazer e o que é que era vital assegurar do lado português para que o investimento viesse para cá?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, o grupo turco Sabanci é um grupo com o qual me relaciono há muitíssimos anos. O grupo turco Sabanci é um dos principais fornecedores do meu grupo, como já expliquei, desde o ano de 1959 — não exatamente a Sabanci, mas a DuPont, que é quem compra. Aliás, cá usa-se o nome Advansa, mas o nome era DuPontSA, que era o nome da companhia. Mas depois os turcos compraram 50% da DuPont e ficou 100% deles e aí mudou de nome. Todas as companhias do grupo Sabanci têm um SA no fim que não quer dizer sociedade anónima, mas quer dizer Sabanci. Portanto, eles estavam a negociar em vários países, alguns não mencionei aqui mas os que estavam na chamada *shortlist* davam condições bastante interessantes, nomeadamente a Lituânia, a Holanda...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já nos disse que estava a Lituânia, estava a Alemanha e estava Espanha, que era o nosso concorrente mais forte.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Inicialmente, Espanha nem sequer era a concorrente mais forte, mas passou a ser porque a La Seda compra e a La Seda é da Catalunha. Ora, se a Catalunha tem um polo petroquímico tão importante como Tarragona, eles não entendem porque viria para Portugal.

Portanto, era na base da ameaça. Repare, Sr.^a Deputada se as entidades portuguesas, lideradas pelo Dr. Basílio Horta, estão numa negociação e se começa a perceber que aqui há algumas fragilidades eu entendi perfeitamente o papel dele lutando e fazendo movimentos para que viesse para Portugal.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu também entendi mas quero perceber como é que a Caixa aparece neste processo, porque também nos disse que dois depois foi convocado para uma reunião com a Caixa.

A possibilidade de um financiamento da Caixa foi abordada nesta reunião?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Zero, eu tenho aqui o que se passou nessa reunião. A reunião efetivamente acontece dois dias depois e também lhe digo que podia ter acontecido um dia depois, mas eu não estava no País e, portanto, não acedi a esse convite.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Falaram neste financiamento?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, se me permite, eu só gosto de dizer precisões e, como tenho aqui o documento comigo, vou ver se foi falada alguma coisa nesse sentido.

Pausa.

Segundo vejo, não se falou no financiamento, mas em informação detalhada sobre o projeto.

Sr.^a Deputada, foi pedido para irmos lá mas como acionista, nós não tomámos decisões, quero que todos os Deputados tenham presente de que as decisões não foram nossas.

Como tal, está aqui muito claro que foi dada sequência direta, interagiu posteriormente a Caixa Geral de Depósitos, na maioria das vezes através do presidente do Conselho de Administração da La Seda de Barcelona...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, passados dois dias, quando vai à reunião na Caixa, a Caixa conhecia o projeto? Repare, eu só estou a perceber que recebeu um telefonema que, tanto quanto nos explicou, foi um convite para ir à Caixa. Imagino que a Caixa não ande exatamente a ligar a todos os acionistas...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, eu posso falar dos atos que eu controlo, quanto aos que eu não controlo... Se recebo uma chamada para ir, aceitei o almoço, mas foi basicamente para saber aquilo que os senhores tinham para me dizer, porque eu não tinha nada para dizer.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Por isso mesmo é que estou a fazer-lhe estas perguntas concretas. A Caixa conhecia o projeto e queria financiá-lo? Foi isso que lhe transmitiram?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Eu acho que o projeto foi amplamente discutido em Portugal. Se a memória não me falha, em 27 de janeiro... Há um artigo no *Público*, que tenho aqui, que descreve perfeitamente o que é o projeto, os interesses e tal.

Se a memória não me falha, creio que foi abertura de todos os telejornais a apresentação do Dr. Wahid Tawfik, que era o presidente da Advansa, do projeto, dos interesses todos. Creio que se a Caixa não o conhecia, parecia um pouco estranho.

Acho que todo o sistema financeiro deveria conhecê-lo.

Mas não fui lá levar o projeto. Se é essa a sua pergunta, não.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Estamos a falar de coisas diferentes. Uma coisa é conhecer um projeto no sentido de ter ouvido falar dele e de achar que pode ser uma ideia interessante. Outra coisa é uma tomada de decisão de financiar um projeto e que só posso presumir que seja feita com um bocadinho mais de informação do que a que sai no telejornal. Talvez esteja a presumir erradamente...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, acho que está e vou explicar-lhe o quê. É que o assunto Artlant, que, inclusivamente, está mencionado na minha intervenção, não era uma discussão. O financiamento do assunto Artlant não era discussão.

Na verdade, a essa data, estamos em 2006, o que mais havia era oferta e dinheiro à La Seda. A La Seda tinha ofertas para comprar a maior companhia do mundo, que se chamava Eastman Chemical, e era um

negócio de 2 biliões de euros. Era o Deutsche Bank que estava por trás e que queria fazer essa operação.

Ou seja, tanto no Deutsche Bank como nos bancos espanhóis isso não era assunto. Também me recorde, segundo os meus colaboradores relacionados no conselho da La Seda e, possivelmente, o Dr. Jorge Tomé também ouviu isso, havia vários bancos em Espanha que estavam interessados em fazer esses financiamentos.

Há duas coisas que são praticamente simultâneas. Conheço uma porque fui a ela: é o aumento de capital de 460 milhões aproximadamente, tomado firme pelo banco Santander.

A outra, que desconheço...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Calma. Quero perceber o encadeamento cronológico das coisas.

O que nos está a dizer é que a Caixa financiar a construção da fábrica não era fator essencial para...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não era uma discussão!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não era uma discussão.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Claramente!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas o aumento de capital podia ser uma discussão? É isso?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Absolutamente não.

Sr.^a Deputada, o aumento de capital em que a Caixa, creio que entra a Caixa Investimentos e a Caixa... E devem ser valores de 20 ou 30...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Estamos a falar de qual aumento? Há três!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — O de 2006.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Agosto de 2006.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Será 20, 30, uma e outra. Não sei. É um valor aproximado.

É um aumento de capital tomado firme pelo Santander. A Caixa quis... Não sei, devia ter a sua agenda de investimentos, mas isso...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, não tinha nenhuma relação com a construção da fábrica.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Absolutamente nada!

A pergunta da Sr.^a Deputada diz respeito ao entrar no capital?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Se tinha relação? Isso tem de perguntar à Caixa, não a mim, porque não sei. Não giro a Caixa, não é minha responsabilidade.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Naturalmente, mas se a Caixa...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Deixe-me dizer uma coisa... Não sei se serei um bocadinho talvez... Bem: o que deduzimos claramente é que a Caixa queria fazer negócios em Espanha. O que posso dizer e afirmar é que a Caixa fez quase de imediato — isso tem de estar registado dentro da Caixa —, com a assessoria para comprar a companhia Amcor por 420 ou 430 milhões, a primeira transação entre companhias estrangeiras. Nunca tinha feito nenhuma transação, mas em Espanha fez uma mais-valia de 7 milhões de euros nessa transação.

Portanto, entrou e teve clientes, negociou. Tudo indicava que tinha entrado com o pé direito.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Desculpe, quero voltar atrás, porque quero perceber.

Vai a essa reunião. Estávamos em maio de 2006...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Fui convidado.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu disse vai, não disse que tinha pedido para ir. Foi convidado é factual.

Mas gostava de perceber em que é que ficava. O que nos está a descrever é um cenário em que quer o Governo, quer a AICEP, quer a câmara, quer seja quem for, quer a Caixa tentam, no fundo, convencê-lo, enquanto acionista, a apoiar e conseguir a vinda desta fábrica e deste investimento para Sines. O que quero perceber é o que lhe ofereceram.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A mim?!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A si não, à La Seda, como condições atrativas.

O que é a Caixa ofereceu como condição atrativa?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A Caixa não sei! Quem tem de oferecer é a API! A Caixa acho que não tem nada...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, desculpe, a Caixa convidou-o para ir a uma reunião, certo? O que é que lhe disse nessa reunião?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A mim, na realidade, não disse nada! Já mencionei...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Alguma coisa há de ter dito, não é?!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, mas, na realidade, já disse. Já disse que tinha o conhecimento e que aquele podia ser um projeto interessante para Portugal e pediu para entrar diretamente em contacto, e entrou, com a administração da La Seda. Nós não falámos com a La Seda.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não estou a perceber. A Caixa convidou-o porque, no fundo, queria entrar em contacto com a administração da La Seda. É isso?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Na verdade, é isso.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E fez esse contacto?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Se fiz esse contacto? Com a La Seda? Se faço o contacto com a La Seda? E se dei conhecimento? Não! O que dissemos foi que esse pedido foi devidamente transmitido à administração da La Seda.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Que é exactamente a mesma coisa que dizer à La Seda. Não tem mal nenhum! Oiça...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É que é tudo absolutamente normal. Se o administrador Fernando Freire de Sousa, o administrador Nuno Gaioso Ribeiro, da La Seda de Barcelona, estão neste encontro e se, a seguir, têm o seu lugar no conselho de administração da La Seda, é possível que digam: «Vamos levar este investimento para Portugal, porque pode dar melhores condições que outros». É normal.

A partir daí, os senhores sigam. Foi isso que se passou.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, quem levou esta mensagem foi, então, Freire de Sousa e Nuno Gaioso?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Para o conselho da La Seda?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Para o conselho de administração da La Seda, onde também estava.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — O seguimento é do conselho da La Seda.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Entretanto as coisas continuam a avançar e há vários aumentos de capital na La Seda. Gostava

de entender se há alguma relação entre o aumento de capital que há em julho de 2007 ou o empréstimo que foi feito à Selenis SGPS em julho de 2007 e este projeto da fábrica.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Zero!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos continuar com a fábrica, antes de voltarmos a este empréstimo.

Tem conhecimento de quando é que é assinado o contrato de financiamento entre a Caixa e a fábrica? E a fábrica e a La Seda?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Qual fábrica?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O contrato de financiamento que permitiu o início da construção da fábrica em Sines.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Segundo algumas das investigações que fizemos é de janeiro de 2010.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em janeiro de 2010 ou em janeiro de 2008?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Está a falar do financiamento?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Informações que temos é que é de janeiro de 2010.

Estamos a falar do contrato *project finance*. É a esse que me estou a referir.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Está bem. Vamos por outra via.

Já nos explicou que, quando, em março de 2008, é posta a primeira pedra neste projeto, digamos assim, para se começar a concretizar, as coisas já não estavam a correr bem.

Gostava que me explicasse o que é que se passou de maio de 2006 a março de 2008 que leva a que, nessa altura, já tivesse muitas desconfianças em relação ao projeto.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Isso não é correto. Não foi o que eu disse.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então corrija, explique.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não estou a falar de desconfianças em relação ao projeto. O projeto, repito, é fantástico.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em relação à La Seda, então, melhor dizendo.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Exatamente, em relação à La Seda.

O que lhe digo é que, em algum momento, que agora não vou precisar se é no mês de julho, agosto ou setembro, mas seguramente é de setembro em diante, começam a aparecer sinais de atividades eventualmente — como agora estão julgados e condenados — ilícitas.

Talvez julho, agosto seria errado. Isso será mais novembro, dezembro. A partir daí começámos a tomar medidas e, em janeiro, foi chamado o presidente, a pedido do Dr. Jorge Tomé, dos meus administradores relacionados.

O Dr. Jorge Tomé envia dois administradores seus, de que há bocado mencionei os nomes, a uma reunião em Madrid e foi chamado o presidente...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Janeiro de 2008?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — 2008. E foi chamado o presidente da La Seda, basicamente a dizer... E ainda não sabíamos tudo. Aqui só sabíamos um bocadinho. O que veio a seguir...

Começámos a saber algumas coisas estranhas, mas não sabíamos muito. O que veio a seguir foi catastrófico!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, quando foi feita esta cerimónia para a primeira pedra, já sabiam que tinham razões para desconfiar?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não o catastrófico, mas algumas coisas estranhas já desconfiávamos. Repare, eu não queria vir. Se disse que não queria estar presente com essas pessoas ao meu lado e usei alguns termos que não vou usar agora, foi essa a razão.

Há uma carta nossa que escrevemos no dia 11 a solicitar uma reunião de urgência na Caixa para tratar de assuntos de grande gravidade na La Seda de Barcelona.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — 11 de janeiro?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — 11 de março de 2008. Dois dias antes da primeira pedra!

Como tal, essa reunião não aconteceu nesse dia, aconteceu, recebi ontem as informações precisas, o tal denominado «almoço tardio» no dia 13. O que é que é tardio? Houve a primeira pedra, veio-se de Sines para cá e houve esse almoço.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Note, quer dizer-me que, a seguir àquela cerimónia da primeira pedra, foram ter uma reunião na Caixa em que comunicaram ao Dr. Jorge Tomé algumas coisas estranhas?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, não, não. Não é isso. Não comunicámos nada ao Dr. Jorge Tomé. Ele sabia tanto ou mais que nós. É diferente.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas sabia como?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Porque ele era administrador da La Seda de Barcelona e ele próprio achava que o que se chama «contas» não quadrava. Mas acho que é melhor perguntar-lhe a ele o que é que encontrou de estranho.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas o que é que se passou nesta reunião que está a descrever, no tal almoço tardio?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Essa reunião foi péssima.

Nessa reunião, o Dr. Jorge Tomé que estava numa linha, junto com os administradores relacionados à IMG, para averiguarem o que se passava,

como digo, não sabendo o catastrófico, mas sabendo algumas coisas estranhas, um conselho ou outro... Eles é que iam aos conselhos, eu não vou! E certamente ouviram explicações, perguntavam coisas e elas não quadravam...

Então, acho que o Dr. Jorge Tomé... Quase me atrevia a dizer que ele foi um dos grandes catalisadores a dizer: «Vamos realmente fazer...» Eu vivo no México e ele ligou-me para o México várias vezes. «Vamos começar a fazer movimentos?» Dizendo mais brutalmente: «Vamos apertar este homem para ver o que se passa aqui dentro!»

Chegou a essa dada reunião, que considero péssima — na realidade, tudo o que se passou a seguir foi por causa desta reunião —, e houve uma posição do novo presidente da Caixa Geral de Depósitos contrária ao que estava até àquele dia.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Como assim? Há uma posição do novo presidente da Caixa Geral de Depósitos contrária à do que estava antes...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, vi dois presidentes da Caixa. Um vi uma vez e o outro vi duas.

Nesta reunião foi dito o contrário do que estava a ser feito.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Desculpe, mas não estou a perceber. Tem de explicar melhor.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, estava a detetar-se que se passavam coisas estranhas na companhia. Os meus administradores representantes relacionados, porque não são administradores da IMG, por isso digo «relacionados»...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — São administradores da La Seda. Certo?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — São administradores mas relacionados, não são administradores da IMG na La Seda.

Com o Dr. Jorge Tomé, estamos a falar de três. Depois, vou um bocadinho à frente, esses três também se demitiram em conjunto, em abril, depois dessa reunião do dia 13.

Tinha uma linha, a tal linha da desconfiança e havia que averiguar. Se, nessa reunião, o presidente da entidade disse que era melhor não prosseguir essa linha...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Estamos a falar do Dr. Faria de Oliveira?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Exatamente!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Disse que era melhor não prosseguir a linha da desconfiança? Foi isso?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Entrar em conflitos com aquela região em questão seria complicado e convinha não fazer muitas... Não sei a palavra, às vezes, o meu português falha um pouco, peço desculpa. Não sei se é fazer muitas ondas ou isso!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É uma expressão utilizada em português.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Pessoalmente, e do que me posso lembrar, disse: «Se não é para fazer isso, não contem comigo para nada!»

Pactuar com este tipo de pessoas, não pactuo! Isso era claro.

O resultado está à vista! Agora até é fácil dizer: «Olhe, já está condenado, pediu indulto, ainda não foi preso, mas está efetivamente condenado».

Com as pessoas que disse que não pactuava, não pactuei, e o resultado está à vista!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos voltar um bocadinho atrás...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Também quero que fique claro que seguramente o Dr. Faria de Oliveira não teria tido a sensibilidade ou o conhecimento exatamente do que se estava a passar. Certamente não pensou que a coisa fosse tão grave como depois se veio a demonstrar.

Não estou a falar do assunto da região. Sabemos que é uma região, dentro do próprio país... Todos sabemos, acho que não vamos estar aqui num debate político das diferenças que há no país vizinho, mas acho que o entendimento dele era mais por esse lado. É uma região, é uma região... Ele tinha experiência, porque tinha estado lá na Caixa, em Espanha.

Mas da pessoa em concreto, acho que ele não tinha bem a informação do assunto que estava em cima da mesa.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas o que é que foi decidido fazer nesta reunião?

É que, de facto, estes administradores acabam por sair, ou pelo menos dois deles.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não saíram. E, mais, os nossos e o da Caixa, no mesmo dia... E os nossos administradores...

Aqui é uma tecnicidade, que eu não assino contas de companhias cotadas. Eles assinam as contas, mas com o secretário-geral da companhia, porque há umas datas e requisitos de quando têm de se entregar as contas na Comissão Nacional do Mercado de Valores, mas todas essas contas vão com anotações «não está de acordo com o balanço, etc. Portanto, são, basicamente, contas não aprovadas. Isso consta tudo em ata, inclusivamente tenho aqui esse documento. E saem os três. Creio que isso já dá um sinal muito claro de que havia coisas estranhas, mas enfim.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos voltar um bocadinho atrás, para entender esta decisão de a Caixa se tornar acionista.

Há um momento em que foram casadas, digamos assim, ou em que houve um acordo parassocial para a gestão conjunta de posições entre a Caixa Geral de Depósitos e o Grupo Imatosgil. Certo?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Há um MoU assinado... Desculpe, não assinado, nunca se chegou a esse ponto. Era uma ideia, foi trabalhada, mas, na realidade, não ficou mais. O que acaba por ser quase idêntico, uma sindicância dessas mesmas ações — no início referi — que, de renovarem, nos causaram um problema, não pelos 50 000 €, embora aprecie muito 50 000 €, mas por um problema que ficou de imagem, porque é considerado falta gravosa.

Essa falta gravosa é originada numa sala de mercados na Caixa Geral de Depósitos, porque não esteve atenta a que não podia passar de x . Quer dizer, a partir de cada... Não sei se é 12, tem de informar com 12,01. E como não passou, falta.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só para eu perceber a cronologia: em maio de 2006, foi adquirida...

Não, vamos concentrar-nos em 2007. Há um aumento de capital, em 2007, a Caixa Geral de Depósitos entra nesse aumento de capital, mas é também financiadora da Selenis SGPS.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Em 2006, não.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em 2007 é apenas financiadora da Selenis SGPS?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Em 2007. Em 2006 não.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em 2007, sim. Em julho de 2007.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Em 2007, sim. Entra, onde lhe estão depositados, na altura, seria mais ou menos 160 milhões de euros de ações, para um empréstimo de 110, em que utiliza 90, por exemplo.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — De 115 e em que utiliza cerca de 90, não é?

Já nos disse que a Caixa Geral de Depósitos podia, mal as ações começaram a descer — e desceram abaixo deste patamar de 130% de cobertura —,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — 135.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — ... tê-las vendido.

E é um facto que podia.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É o que tinha no contrato.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O que gostava de saber era...
Mas isso não faz da Selenis SGPS menos devedora da Caixa.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A negligência é da Caixa, não é da Selenis SGPS.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas a Selenis SGPS era a dona das ações, podia tê-las vendido.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, porque elas estavam depositadas na Caixa e a Caixa, contratualmente, é que tem o que eu chamei o bom conduto. A Caixa teria de as vender e não tem de vendê-las num dia. Ela tem é de garantir que esteja sempre esse diferencial dos 135. Ou seja, poderia vender nuns dias, por exemplo, 10 milhões de ações. Vendia, baixava o valor do empréstimo, mantinha os 135. Se houvesse mais baixo, assim o faria.

Portanto, esta é assim. É assim que estes contratos funcionam, não têm outra forma.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Qual era o património da Selenis SGPS quando fez este pedido de financiamento?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — O património da Selenis SGPS no momento em que faz esses contratos, em 2007, deveria ser, mais ou menos, de 200 milhões de euros.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em que data?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Estou a referir-me a junho, julho de 2007.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu sei. Mas 200 milhões de euros em participações financeiras?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Em ações... Alguns ativos industriais.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E qual é o património da Selenis SGPS hoje em dia?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Essa companhia não existe.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas não existe porque foi liquidada?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Foi liquidada. A Caixa pediu a insolvência.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu ia dizer que não podia ser liquidada, porque, quando se tem dívidas...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, a Caixa pediu a insolvência, exatamente.

Pediu, há dois anos, creio eu... Ou três anos.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E dessa insolvência resultaram alguns bens?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não sei, porque a insolvência... Não é nossa a companhia, não sei...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas já não era... Já não tinha um terço da Selenis quando foi requerida a insolvência.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, os fundos de investimento são absolutamente claros e eles decidiam — está cá, isto liquida-se; acabou.

Nós sentimo-nos lesados da Caixa — nós, fundos, não é o Manuel Matos Gil que está a falar. E, como tal, tinham de executar, tinham de vender e tinham de nos compensar. Algum dia seria 30 milhões, algum dia 20, outro 10, outro 5, o que fosse.

Mas deixar estar e vender em novembro ou outubro de 2010, três anos depois?! Não existe! Isto não existe. Terá de haver qualquer outro interesse, que não foi explicado em nenhum momento, porque é que ficou lá a Caixa...

Eu acho que entendo,...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, se acha que entende, já agora, partilhe o...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Seguramente, a Caixa teria alguns interesses, alguém lhes deu algumas indicações, para que ficasse lá um tempo, para ter um poder para fazer o que fez a seguir.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não compreendi.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A Caixa, seguramente,... Se essas ações fossem vendidas, o poder da Caixa dentro da companhia La Seda de Barcelona ficaria extremamente reduzido a 6 ou 7.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Com certeza, não é?

É o que acontece, pois se vende ações, deixa de ser...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — E aí, como teria outros interesses, de ir com alguns projetos, ou algum projeto, para a frente, certamente que não era interessante vender essa mesma posição, mas antes manter o controlo dela, até encontrar uma solução diferente.

Mas agora não venha falar comigo sobre isso, porque eu não posso falar. Não posso falar porque, em 2008, desvinculei-me completamente da companhia.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas o que está a acabar de me dizer é o contrário da ideia que estava aqui a passar.

É que, de facto, esta posição da Caixa como acionista na La Seda tinha um interesse, que era a construção da fábrica.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas o que estou a dizer à Sr.^a Deputada... Serão eles, não sou eu. Eu estou fora.

Sr.^a Deputada, tenha absolutamente claro o seguinte: nós, em dezembro de 2008, desvinculámo-nos completamente da companhia. Tivemos um último administrador — que ainda foi uma tentativa para ver se se poderia fazer alguma coisa — chamado Manuel Sousa Martins, posto

pela IMG, junto com a Oman Oil, do qual também, deixo aqui muito claro, foi destruída a relação com a Oman Oil, que teria sido uma magnífica e excelente relação para o futuro da La Seda e para garantir o projeto do PTA em Sines. O administrador da Oman entrou; entrou e saiu com o administrador — e esse não digo relacionado — da IMG, com o nome de Manuel Sousa Martins.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Desculpe, não ouvi.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, vou repetir.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há muito ruído na sala e a audição não está a ser feita nas melhores condições. Portanto, peço-vos um bocadinho de paciência e silêncio.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, o que estava a explicar era que, ainda como uma última tentativa, em 2008, colocámos, já após a saída dos três administradores,... Dois meses depois, digamos, é dado um ânimo pelo nosso parceiro Oman Oil, que estava a construir uma fábrica de para-xileno — para-xileno é matéria-prima que alimenta uma fábrica de PTA, é a única matéria-prima — e que entra no Conselho. Isso está tudo registado, posso enviar toda a informação... É possível que até aqui possa estar, a entrada da Oman Oil e o administrador correspondente... Entra com o administrador correspondente, entra com o administrador Manuel Sousa Martins, da IMG e estão entre, creio eu, maio e dezembro, ou novembro de 2008.

Aí, nesses momentos, começa a ficar tenebroso. Nesse momento estava a ficar mais claro o tenebroso e, obviamente, estamos no meio de situações tenebrosas e não queríamos estar.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E quando, antes disto, houve, em setembro de 2007 — também não é assim tão antes disto —, este acordo parassocial, de quem é que foi a iniciativa? Foi do Grupo Imatogil ou da Caixa?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Se for permitido, Sr. Presidente, eu poderei enviar essa informação, porque eu não sei.

Para dar a resposta correta: não sei. Não sei porque eu não negocieei.

Sr.^a Deputada, eu vivo no México, não venho cá muitas vezes.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E quem é que negociou, então?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Portanto, teria sido algum colaborador, ou, se não foi, eu não posso falar por outros. Não sei.

Para lhe dar uma resposta: eu só posso falar a verdade. E como não falo nada que não seja a verdade, não vou falar.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas não faz ideia de quem é que negociou e qual era o objetivo deste acordo parassocial?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É que vamos entrar em especulações e depois dizer que era diferente. Não sei.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas isto é uma participação relevante, não é um...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não há participações. Vamos lá ver, Sr.^a Deputada, o importante aconteceu, que é a sindicância de ações.

Isto é o que conta: sindicância, estão juntas.

O meu voto e o seu, conjunto, é a soma dos dois. Isto aconteceu. Com acordo ou não, sem acordo, é quase idêntico, a Caixa chegou lá, um dia, desindicou...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu sei. E quero saber é exatamente isso a que se está a referir. Aconteceu com que objetivo?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — O quê? O de poder syndicar?

Obviamente era para que esse grupo pudesse ter mais força dentro da companhia. E esse caminho ia, se não fosse destruído a seguir.

Sr.^a Deputada, se há um...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E qual era o objetivo da Caixa nesse entendimento?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Qual é o objetivo? Então, a Caixa, neste momento, já está a investir na companhia, seguramente... Está a investir, faz uma operação no mercado, ganha 7 milhões de euros numa operação de assessoramento, seguramente no financiamento em que participou, a que somos alheios, liderado pelo Deutsche Bank. Estava a ganhar dinheiro, fazia transações, é parte da atividade deles...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, mas, comparado com o que, depois, veio a perder, é uma gota de água no oceano. Não é?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, tenho absolutamente zero que ver com o que veio a perder.

E lamento muito que perdesse, porque este é um investimento só para ganhar.

Digo-lhe mais: à data de hoje, este mesmo projeto, com o modelo que tinha a La Seda, está a funcionar em pleno rendimento. No próximo ano, irá ter 700 milhões de exportações e, ponto do qual eu me orgulho — e o meu grupo —, desses 700 milhões iremos comprar 250 milhões à fábrica da Artlant.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A questão essencial é perceber qual foi o objetivo da Caixa nesta gestão conjunta. E o que quero entender é muito simples. E o objetivo da Caixa Geral de Depósitos era fazer bons investimentos e ganhar dinheiro — e, à partida, não seria, porque, também já aqui o disse, a Caixa, quando deixou de ganhar, ou quando as ações começaram a descer, podia ter vendido e entendeu não o fazer por causa de um determinado investimento industrial...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não foi exatamente isso que eu disse, Sr.^a Deputada. Desculpe.

Supostamente, alguma coisa houve para querer ficar, mas não é responsabilidade nossa, não é decisão nossa. Assim como a decisão de a Caixa participar ou não participar na La Seda não é decisão nossa.

Se quer fazer operações em Espanha, eu não tenho nada que ver com as operações da Caixa. Se quiser fazer, se quiser fazer negócio...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, mas tem que ver com as operações da Caixa quando ela financia a Selenis, por exemplo, ou não?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas, Sr.^a Deputada, a Selenis...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A Selenis SGPS.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A Selenis SGPS, porque existem companhias Selenis que não têm sequer qualquer relação com a Caixa.

A Selenis SGPS entregou 180 milhões de euros à Caixa em ações e estava financiado, ainda por cima, podia ir a 110 e recebeu...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A Selenis SGPS pediu... Entregou, não foi uma doação em cumprimento,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Entregou no sentido de que estavam empenhadas para garantir que a Selenis pagava o empréstimo.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Acima de 135%. Esteve bem acima.

Quer dizer, ela não começa: «olhe, pegue, cá estão estas ações, financie, vá ao mercado». Não é isto.

Havia ações, entregou-lhes ações. Por isso é que o rácio de cobertura era 135%, e ele esteve bem acima. Aí é que volto a dizer: para um bom procedimento da Caixa, quando chega aos 135%, vai vendendo, vai vendendo.

Tive muitas operações com muitos bancos internacionais. Se chega, ninguém tem de pensar em não dormir. Venda, venda!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, repare numa coisa, há bocado disse-me — e bem! — «isso, tem de perguntar à Caixa». Certamente que também vou perguntar isso à Caixa, e com toda a pertinência, mas não invalida que quando uma entidade se endivida e pede um empréstimo para comprar ações possa, simplesmente, entregar as ações e não ter mais a ver com o assunto. Há uma responsabilidade para além disso! O que pergunto é se alguma vez disse à Caixa «atenção, porque chegou a altura de vender».

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, a responsabilidade é inteiramente da Caixa. É procedimento normal. Estamos no ano...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, não há diferença nenhuma entre a Caixa emprestar-lhe dinheiro para comprar as ações ou a Caixa comprar diretamente as ações, porque, afinal de contas, a responsabilidade e os direitos são os mesmos.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, não é. Não é exatamente a mesma coisa, porque o que lhe estou a dizer é que a Caixa, na realidade...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois não, é que, nesse caso, os dividendos não vão para a mesma entidade.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Neste caso não houve dividendos, porque estamos a falar de cinco ou seis meses e, nesse período entre julho e dezembro, não houve dividendos.

Sr.^a Deputada, digo-lhe claramente que o valor das ações que estavam depositadas na Caixa excediam os 170, 180... Obviamente que há variações de cotações. Creio que o pico deve ter sido em novembro de 2007... Não foi muito longe, foi por essas datas. A Caixa tem de estar atenta, olhar para os contratos e ser responsável pelos contratos que tem.

Porque é que esteve lá mais dois anos e meio, à espera que valesse 0,50 €? Porque é que não vendeu a 1 €, a 1,5 €, a 1,8 €?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, deixe-me só dizer isto: Dr. Matos Gil, eu estava a perguntar-lhe as coisas que lhe diziam respeito a si, porque, em algumas coisas, respondeu «isso, tem de perguntar à Caixa». Aqui também tem de perguntar à Caixa...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não sou eu! A Caixa é que tem um contrato. A Caixa é que tem a obrigação de as vender, não sou eu.

O Sr. **Presidente**: — Pelo Grupo Parlamentar do PCP, tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Dr. Matos Gil.

Pelo que vamos percebendo desta audição, que já vai longa, houve, num determinado momento, vontade política de trazer um determinado projeto para Portugal. Em consequência dessa vontade política, passou a haver uma maior participação da Caixa no grupo La Seda, a partir de 2006/2007. Em 2008, surgiu aquela situação, até um pouco caricata, do lançamento da primeira pedra; um lançamento com pompa e circunstância, que se seguiu a uma reunião tardia, ou almoço tardio, que o senhor classificou como «péssima».

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sim, sim.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Ou seja, houve uma valorização da parte da manhã, altura em que se apresentou o projeto ao País, e depois, à hora do almoço, ou do almoço tardio, houve uma reunião em que, afinal, se percebe que a coisa está péssima. Portanto, este dia de março de 2008 foi, até, um pouco caricato.

A sua história neste projeto acaba em dezembro de 2008. A partir dessa altura, o senhor não tem qualquer relação direta ou indireta com a La Seda. Confirma?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A partir de 2008?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, não tenho.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Nem indiretamente?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, a partir de dezembro de 2008, o senhor e a IMG deixam de ter qualquer participação na La Seda...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Posso dar-lhe a data precisa em que saímos. Foi no dia 17 de dezembro de 2008 que o nosso conselheiro Manuel Sousa Martins saiu, renunciou, e a partir daí não tivemos qualquer relação com a companhia. Esta é a data oficial.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Muito bem. Portanto, a partir de dezembro de 2008 os senhores saltam fora do barco, deixam de estar na La Seda...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não é saltar fora! Vamos lá a ver, estamos a falar numa companhia cotada e, como tal, não tem de usar a expressão «saltar fora do barco». Numa companhia cotada pode-se entrar de manhã e sair à noite.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim, e os senhores decidiram sair porque tinham divergências profundas com o que se estava a passar e que até foi objeto da reunião de março com a Caixa. O que é facto é que a Caixa continuou naquela empresa durante vários anos.

Portanto, a primeira coisa que eu queria perceber era o seguinte: as reservas que os senhores tinham e que vos fizeram sair do projeto...

Risos do Sr. Dr. Manuel Matos Gil.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe o riso, mas não foi do senhor. A Caixa...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Deixe-me só terminar a pergunta.

Os senhores tinham um conjunto de reservas, que vos fizeram sair da La Seda, e transmitiram-nas à Caixa. Certo?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Pode repetir a última parte?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Os senhores tiveram várias reuniões com a Caixa e, portanto, pergunto se a Caixa sabia das reservas que vos fizeram sair da La Seda. Conheciam as vossas reservas?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — O Sr. Dr. Jorge Tomé, sim! E, por isso, saiu no mesmo dia em que saíram os nossos administradores.

Não me pergunte o que falou o Sr. Dr. Jorge Tomé com os outros administradores ou, inclusivamente, com o presidente. Não posso responder.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Muito bem, mas a informação sobre todos os problemas que a IMG identificava na La Seda foi passada à Caixa, porque, no fundo, eram parceiros naquele projeto e até tinham um acordo de sindicância de votos! Portanto, trabalhava em conjunto com a Caixa e, como tal, acredito que tenha transmitido à Caixa todas as preocupações que tinha em relação ao futuro da La Seda. Foi assim.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Foi assim e, diria, vice-versa, porque a Caixa também identificou algumas, não fui só eu. Aliás, as chamadas que recebi, no México, foram do Dr. Jorge Tomé, que viajava de Barcelona para Lisboa, após os Conselhos, com os meus relacionados, e achavam coisas estranhas. Ia a um Conselho e ouvia coisas que não soavam bem.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas o que é um facto é que a Caixa lá continuou.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É um facto que a Caixa lá continuou.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — É um facto que continuou, durante vários anos.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Exato. Embora não se entenda, continuou.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Exatamente! O senhor referiu que havia visões estratégicas inconciliáveis, entre a Caixa e a IMG, no modelo de gestão. Aquilo que eu queria perceber era o que é que defendia a Caixa e o que é que a IMG defendia em relação ao modelo de gestão. Qual é que era essa diferença inconciliável?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Acho que a diferença nem estava exatamente... se vamos após... se me permite, deixe-me verificar, mas acho que utilizou o termo «caricato», não foi?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Usei o termo «caricato» em relação à situação da apresentação da parte da manhã e, depois, da reunião «péssima» da parte da tarde. Isso é que foi caricato.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Exatamente. Não lhe vou mostrar a carta que escrevi, porque as palavras que lá estão são extremamente brutais para serem ditas nesta Comissão, e, seguramente, não estou autorizado a dizer palavras não educadas.

É caricato, obviamente! Eu não queria estar ao lado de pessoas das quais não deveria estar e, com tal, transmiti-o à Caixa. Transmiti que não queria estar com essas pessoas na mesma reunião, e já mencionei isso no início.

O que eu não sabia — e isso, sim, foi caricato, ainda sem eu saber que o era — é que, aquando da primeira pedra... Começa por ser caricato porque nem o presidente da entidade sabia qual era a participação que a Caixa detinha. Acho isto absolutamente caricato! Fez uma declaração na televisão em como tinha uma percentagem x , mas essa percentagem não era a correta. Enfim, isto passou-se e foi caricato.

A outra situação, em que o termo a usar não é exatamente o termo «caricato», foi termos iniciado um caminho com o representante da Caixa e, numa reunião a que fui, percebemos que, afinal, o caminho não era esse. O caminho passou a ser o de não confrontação e o nosso caminho era o de confrontação, se quiser dividir assim. Nós queríamos confronto, porque quando não estamos de acordo e quando as coisas não estão a ser bem conduzidas confrontamos. Como o parceiro no Conselho estava na mesma linha... não estou a dizer, porque só ele é que pode falar, se a linha dele mudou ou não, mas dá-me a entender que não mudou porque resignou no mesmo dia em que os nossos administradores. Acho que é um sinal.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, aquilo que era inconciliável entre as posições da Caixa e da IMG era, sobretudo, a estratégia de confrontação, ou não, com a direção da La Seda de Barcelona. Aquilo que já aqui referiu foi que, da parte da Caixa, havia essa estratégia de não confrontação, que foi transmitida por Faria de Oliveira,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Exatamente.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — ... por uma questão que, segundo entendi, tinha a ver com a relação com a região da Catalunha. Estamos a falar de uma relação política, de alguma forma, que lhe foi transmitida via administração da Caixa e aquilo que quero perceber é o seguinte: em que

termos concretos é que havia essa posição de não confrontação, da parte da Caixa, relacionada com a questão da região da Catalunha? Deu para perceber exatamente porque é que a Caixa, ou quem lhe dava orientações, não queria essa postura de confronto?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Acho que são pontos a que não posso responder...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Pode! Pode e deve, porque o interesse desta Comissão é perceber os responsáveis políticos de cada uma das...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Eu não sei as coisas que se passam por trás! O que posso dizer é que a postura era de não confrontação, pois foi isso que me foi dito. Agora, quem diz... se é a própria pessoa, da sua cabeça, ou se há alguma outra pessoa que lhe diz que não há confrontação... não posso falar sobre isso.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, não ficou com nenhuma perceção de qual seria o motivo para essa estratégia, de não confrontação, da Caixa.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A minha sensação e ilação, naquele momento, foi de que... vamos lá a ver... isto não me foi dito, é um pensamento meu... historicamente — e até expliquei a situação do administrador a quem tiraram as calças à saída da assembleia geral —, a companhia La Seda tinha um componente político enorme, tanto mais que um dos presidentes ou administradores era o Sr. Artur Mas, que acabou por ser presidente da Generalitat, e um dos outros administradores era o filho

do Sr. Pujol, o qual esteve durante 25 anos na liderança da Catalunha. Aí está como nesta companhia havia uma claríssima influência política catalã.

Não posso dizer mais, mas tudo me levaria a crer que, em algum momento, acharam ou disseram «é melhor não entrar por este caminho de confrontações com esta companhia». Na realidade, Manuel Matos Gil e a sua companhia queriam retirar Rafael Español do Conselho da La Seda de Barcelona. Não nos interessava lançar OPA, até pelo valor económico, porque a companhia estava com uma capitalização de 1,6 biliões de euros. Não estava ao nosso alcance e não nos interessava — mas interessava ter parceiros importantes que pudessem fazer a mudança —, e muito menos ser gerida por um senhor que está condenado nos tribunais por apropriação indevida e por contas fraudulentas. E, nessa altura, eu sabia pouco, havia uns zunzuns. Mas estamos em 2019 e está provado! Aí é que está o ponto.

O Sr. Dr. Jorge Tomé sempre foi do meu entendimento, o que também foi um catalisador para que eu fosse neste caminho. Não estou a dizer que foi determinante, não é isso, mas ele já estava a ver de onde vinham as coisas e já estava a ver que não era de fiar.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Muito bem, já ficámos a perceber algumas ligações que levaram à opção da Caixa de continuar naquele projeto. Também já referiu aqui...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe interrompê-lo, Sr. Deputado, mas não percebi o seu comentário.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Estou a dizer que já ficámos a perceber algumas das ligações políticas que o senhor referiu.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Ligações?! Não estou a dizer que haja ligações entre Portugal e a Catalunha. Não é isso que estou a dizer. Estou a dizer que a companhia La Seda era politizada.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Exatamente. Era esse tipo de ligações que queríamos perceber.

Portanto, em 2008, o senhor sai e a Caixa fica. O senhor já disse aqui que se passaram «coisas estranhas».

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Onde?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Na La Seda.

A questão é que nós também encontramos algumas coisas estranhas neste *dossier* de crédito, relativamente a esses anos em que o senhor já não estava lá mas em que a Caixa continuava, ou seja, 2009, 2010, 2011. Vemos, na parte da monitorização da relação entre a Caixa e a La Seda, um conjunto de alterações ao financiamento sempre favoráveis à mutuária, sempre favoráveis à La Seda. Ou seja, altera-se um conjunto de condicionantes, um conjunto de garantias sempre no mesmo sentido.

O senhor já não estava lá, sei muito bem disso. Mas o que lhe queria perguntar era que coisas estranhas é que identificou após a sua saída do projeto La Seda, nomeadamente na relação entre a La Seda e a Caixa. Queria saber se identificou alguma coisa, porque já há pouco referiu que fez investigações, depois de ter saído, e que conhece algumas coisas. Portanto, pergunto se, em relação à Caixa, também havia algumas coisas estranhas.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr. Deputado, as coisas estranhas ou fraudes de que falo têm a ver com o negócio da companhia, em operações irregulares que ela fez.

Em nenhum momento vi nada relacionado com qualquer contrato com a Caixa Geral de Depósitos... Também, os contratos não passam por mim! Aquilo de que estou a falar é o que realmente aconteceu, que foi julgado nos tribunais, e não consta nada de contratos da Caixa nem conheço que contratos é que a La Seda ou a Artlant têm com a Caixa. Não conheço nenhum contrato!

Inclusivamente, considero surrealista que, segundo me informaram esta manhã, tenha saído uma notícia — as chamadas «*fake news*», não sei se é isso... — sobre a Artlant ter falhado o primeiro pagamento, no ano de 2012, creio, e o nome «Manuel Matos Gil» venha relacionado. Acho extraordinário, quando eu saio em 2008 e não tenho nada a ver com isso!

Quero que conste aqui, se os Srs. Deputados não têm essa informação, que a companhia Artlant, desde o ano 2011, creio, é maioritariamente controlada por capitais portugueses: é controlada pela ECS Capital, com 29%, é controlada pela Caixa Capital, com 21%, é controlada pela Portugal Ventures, com 11%. Ou seja, 59% do capital da Artlant é português. Portanto, quem não pagou foram esses mesmos!

Acho extraordinário que apareça o nome «Manuel Matos Gil» numa notícia, quatro anos depois de um contrato de que não é parte e que não assinou, mas enfim... Já estou habituado a esse tipo de situações. São verdadeiras *fake news*!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Eu estava a perguntar o que é que conhecia dos anos após a sua saída porque, às vezes, as pessoas continuam a acompanhar os projetos, mesmo que seja à...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Se eu acompanho?...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Se tinha acompanhado os projetos depois de ter saído, este projeto da La Seda, ou o seu investimento na La Seda.

Aquilo que vemos nesses anos de 2009 e 2010 é que a Caixa se envolve cada vez mais na La Seda de Barcelona, faz mais operações de empréstimo...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do Orador.*

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim, sim! Eu sei que não tem a ver com a sua presença...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É só para clarificar! Desculpe, Sr. Deputado.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas até que ponto é que esses financiamentos, que estavam a ser feitos pela Caixa, não estavam a cobrir essas operações ilegítimas que o senhor referiu ou a contribuir para essa situação? Queria perguntar-lhe o que é que conhecia disto.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não diria isso, porque, na realidade, os acionistas prejudicados foram aqueles quando nós ainda estávamos lá.

Vamos lá ver, há um bocado mencionei a venda e a criação da companhia Jatroil, que tinha dívidas ocultas. A Sr.^a Deputada do Partido Socialista mencionou há um bocado que a dívida era de 900 milhões, mas o

Conselho da La Seda conhecia dívidas de 400 a 500 milhões. Havia dívidas ocultas que estavam postas noutras sociedades.

Isso é o que estou a dizer que é grave, mas aconteceu... Seguramente, vinha do ano de 2010... Desculpe, de 2001, 1998, 1999... O Presidente da La Seda foi condenado por operações do ano de 2000, quando nós nem lá estávamos! Algumas já são anteriores. Portanto, a companhia tinha dívidas aparcadas noutras, que não eram entregues nas contas oficiais.

Agora, que isto viesse parar aqui... Não! Teria de dizer que não, porque isso aí saiu dos acionistas que acorreram aos diversos aumentos de capital em três anos, que somam 970 milhões de euros. Esses, sim, perderam aí dinheiro, claramente! Repare, foram investindo, investindo e as ações foram a zero... Portanto, obviamente, os que foram ficando... A IMG perdeu muito dinheiro! Mas não saiu a zero, saiu a 0,50 €... Mas investiu a 2 € e a 2,30 €.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Muito bem.

Então, queria voltar um pouco atrás no tempo para falar sobre a atribuição do projeto PIN (potencial interesse nacional) à fábrica de Sines, que foi um elemento que pesou na decisão da Caixa. Temos acesso aos documentos e percebemos que esse foi um argumento usado para aprovar esse crédito.

Portanto, aquilo que queríamos perceber era como é que foi tratado este processo do projeto PIN nos vários contactos que teve com o Governo, ou seja, que contactos é que teve com membros do Governo no sentido de garantir este projeto PIN.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr. Deputado, esta resposta vai ser rápida. Quem tratou do assunto do projeto PIN foi o grupo turco.

Já foi anunciado que começa com o Dr. Miguel Cadilhe e o Dr. Fernando Costa Lima e, depois, passa para o Dr. Basílio Horta. Eu sei e tenho conhecimento dessa carta porque, depois, a La Seda compra a Advansa e está lá toda a informação de que será dado um mínimo de 100 milhões — são mais de 100 milhões —, no total do projeto PIN. Portanto, isto é tudo... Nem sequer é aos espanhóis que é dado o projeto PIN.

Isto é Portugal a demonstrar — e, na minha opinião, digo-lhe que o Governo, na altura, esteve bem — o atrativo de investir em Portugal, que queria criar um *cluster* petroquímico. Portanto, se o senhor quer que eu emita a minha opinião, acho que o Governo fez um excelente trabalho e que a direção seguinte da Caixa fez um trabalho abaixo de qualquer comentário.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, por exemplo, naquela reunião de maio de 2006, na residência do primeiro-ministro, na qual participaram vários ministros...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A reunião de...?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — De maio de 2006.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — De 17 de maio de 2006, correto.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim, a que foi com o Governo.

Não foi mencionada esta ideia de poder ser um projeto PIN para facilitar o negócio?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Já era! Já era!

Os turcos... Fui pedir aos meus administradores relacionados com administradores da La Seda que fossem ver os arquivos. E, nos arquivos, está que o Governo português atribui à Advansa acima de 100 milhões de euros, com apoios, acordos e tudo o que permite, inclusivamente, a comunidade europeia.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — *Ok*, o projeto PIN já estava atribuído, mas, então, nessa reunião, foi referido que o facto de ser projeto PIN poderia facilitar um financiamento junto da Caixa?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Isso aí, Sr. Deputado, vai ter de perguntar à Caixa. A Caixa é que deve saber...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não, não! Eu perguntei se, na reunião que teve com o Governo, foi mencionado que o facto de ser projeto PIN poderia vir a facilitar um financiamento junto da Caixa.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É que, na reunião com o Governo... Repare, com o Ministro do Ambiente e tudo, acho que não há nenhum tipo de conversa em relação à Caixa.

O que acho é que a Caixa, na reunião de 19 de maio, demonstra interesse em olhar para estes projetos — e está em ata, quer dizer, está em ata de 19 de maio! — e pede ao Presidente da La Seda de Barcelona. O pedido é devidamente transmitido à Administração da La Seda, que lhe deu sequência direta e interagiu diretamente com a Caixa Geral de Depósitos, na maioria das vezes, através do seu Presidente — refiro o Presidente da La Seda de Barcelona, Rafael Español.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, na reunião de 17 de maio, não houve nenhuma referência à Caixa e, na reunião de 19 de maio, na Caixa, não houve nenhuma referência à reunião tida, dois dias antes, com o Governo. Não há nenhuma ligação entre estas reuniões, na sua perspetiva?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Vamos lá ver: de uma forma ou de outra, o assunto chama-se «Artlant»; de uma forma ou de outra, a La Seda de Barcelona é o acionista; de uma forma ou de outra, a Caixa quer ter informação de um plano de negócios daquela que veio a ser chamada «Artlant», sobre a qual é passada toda a informação para os senhores.

Como acabei de repetir, pela quinta vez, neste caso, o pedido foi devidamente transmitido à Administração da La Seda, que deu sequência direta e interagiu posteriormente com a Caixa Geral de Depósitos, na maioria das vezes, através do Presidente do seu Conselho de Administração, Rafael Español.

O que se passa nessas reuniões, se a Caixa fez financiamentos, se não fez, a Artlant ou não... Não somos nós!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, na reunião de dia 17, onde estavam a discutir como é que este projeto se tornava mais atrativo para vir para Portugal e não para Tarragona...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Tarragona, entre outros.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim, entre outros.

Nessa reunião, foi referido como é que o Governo poderia contribuir para que a opção de Sines fosse mais favorável, mas nunca foi referida a Caixa Geral de Depósitos...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Ah, não! De maneira nenhuma!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — ... ou alguma hipótese de a Caixa ajudar a financiar?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Em absoluto!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Muito bem.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr. Deputado, como lhe disse, nas notas que me passaram... Quem esteve na reunião foi procurar, porque eu entendi que, obviamente, passados estes anos, era importante saber o que é que se passou nessa reunião e não dou informações incorretas.

Como dou informações corretas, obviamente, vai-me dizer: «Isso não é totalmente correto! Está escrito ‘cerca de 15 a 20 pessoas’.» Era uma reunião com mais pessoas do que as que estão aqui. Não me parece muito adequado que, com o presidente da câmara e tal, lá estivessem a falar da Caixa Geral de Depósitos. Não me parece que fosse adequado. Não me parece!... Acho que não devia parecer a ninguém. É uma reunião muito ampla!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E, noutras reuniões menos amplas,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não há outra! Comigo, não há outra!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — ... ou noutros contactos, não houve referência a essa possibilidade?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não há outra! É única.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas houve outros contactos, com certeza!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr. Deputado, conheci o Primeiro-Ministro José Sócrates e o Ministro da Economia Manuel Pinho em 25 ou 27 de julho — está aqui a data, se for importante, digo-lhe a data correta, que está registada no *Público* —, na cerimónia de apresentação do grupo turco.

A segunda vez que vejo as mesmas personalidades é neste dia. Nunca os vi em nenhum outro momento! A seguir, contra a minha vontade, no dia 13 de março de 2008, também voltei a ver as mesmas personalidades.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Também é referido nas informações que temos que o Estado iria apoiar o projeto de Sines com subsídios diretos e benefícios fiscais. Qual o montante de subsídios diretos recebidos pelo projeto e qual o montante de benefícios fiscais?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sei que há um número de 100 milhões, mas, como aquilo está dividido, não sei... Mas isso está na página da *internet* da AICEP... Realmente, ou pergunta aos acionistas da Artlant, ou à Caixa, ou à AICEP. Acho que a AICEP é que pode fornecer esses valores. Sei que o número global...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Estavam previstos 100 milhões. Quero saber se foram aplicados esses 100 milhões.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sei que é um bocadinho acima... Eu não sei nada! Eu não sou a Artlant, como é que vou saber se foi...?! Não sei! Não sei, Sr. Deputado.

Temos de ter a diferença muito clara entre a primeira pedra e, depois, a companhia, as dívidas da companhia... Repare, no meu entendimento, desde a primeira pedra até ao dia de hoje, a Caixa deve ter posto 700 ou 800 milhões de euros lá. Portanto, eu não sei como os pôs, se não pôs, se foi em capital, em *equity*... Não tenho qualquer conhecimento, a não ser o que se lê nos jornais. Mas, se as notícias forem tão verdadeiras como as que saem sobre mim, certamente também estou a dizer asneiras.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Só para terminar, em relação às operações de financiamento que a Caixa faz ao projeto, em 2008, numa altura em que o senhor ainda estava envolvido...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Faz a quem?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Como?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe, faz a...?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — A Caixa faz um conjunto de financiamentos.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A quem?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — À Imatosgil/La Seda de Barcelona. Portanto, ao projeto de Sines.

Neste caso, havia um parecer de risco condicionado. O que quero saber é se alguma vez soube, da parte de alguém da Caixa, que havia um parecer de risco condicionado e se as condições alguma vez lhe foram referidas, nomeadamente: a existência de contratos firmes para o fornecimento da totalidade da matéria-prima a preços fixos; uma garantia bancária que cobrisse o diferencial entre o EBITDA real do projeto e o EBITDA mínimo necessário à cobertura do serviço da dívida, por parte da Artenius; o *cross-default* com dívida do grupo La Seda; a entrada da Indorama na estrutura acionista da Artenius Sines com pelo menos um terço; a não assunção, por parte da Caixa, de mais do que um terço do total a financiar no sindicato bancário.

Todas estas condicionantes estão no parecer de risco. A minha pergunta é no sentido de saber se, alguma vez, alguém da Caixa lhe disse: «Olhe, temos, da parte do Risco da Caixa, estas condicionantes.» Tentaram obter estas condicionantes junto do projeto, quando estavam a negociar convosco?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr. Deputado, se não me falhou nada, nenhum desses financiamentos de que falou tem a ver com o meu grupo. Portanto, não posso falar por absolutamente nenhum.

Todos os de que me falou, toda essa lista, a LSB, a Artlant, a Indorama... Não tem absolutamente nada a ver com o meu grupo.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Em 2008, antes de terem saído...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas quem?...

Vamos lá ver, Sr. Deputado: a IMG é um investidor na La Seda de Barcelona. A IMG não assina contratos pela La Seda de Barcelona.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Mas tem lá administradores.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Tem dois administradores não executivos, não assinavam contratos.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E não conheciam nada da relação com a Caixa?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas de qual relação é que o Sr. Deputado está a perguntar?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O que estou a perguntar é o seguinte: foi feito o financiamento, havia o parecer de risco e nós queremos saber se alguém, quando estava a contactar com a La Seda de Barcelona, teve em conta o parecer de risco e se foram colocadas as condicionantes.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Os primeiros administradores não executivos saem no início de abril de 2008. Começa logo a ver-se se isso em março ou abril e em outubro ou setembro eles já nem lá estão.

Portanto, não sei. O Sr. Deputado tem as datas?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Se calhar, na segunda ronda, se nos inscrevermos, voltarei à questão.

O que quero perceber é se, alguma vez, soube que alguém da Caixa foi ter com a La Seda no sentido de procurar que as condicionantes do parecer de risco fossem aplicadas. É só isto que queria saber. Não estou a perguntar em concreto.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não tenho qualquer conhecimento nem tenho de ter qualquer conhecimento, porque eu não sou La Seda. Incluindo os administradores relacionados, não negociavam contratos de financiamento da La Seda de Barcelona.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Terminámos, assim, a primeira ronda e vamos suspender os nossos trabalhos por 5 minutos.

Pausa.

Srs. Deputados, estamos em condições de retomar os nossos trabalhos.

Dando início à segunda ronda de perguntas, tem a palavra ao Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Dr. Matos Gil, já nos trouxe aqui informações relevantes sobre a sua opção, enquanto investidor, de sair do capital da La Seda.

Disse-nos, claramente, que, tanto os seus administradores relacionados como um administrador da Caixa Geral de Depósitos, sabiam da existência de desconformidades, digamos assim, na gestão da La Seda e que, depois do início de 2008, naquele almoço/reunião tardia foi-lhe transmitido pelo presidente da Caixa Geral de Depósitos que não seria apropriado estarmos a metermo-nos com a Catalunha, ou melhor, que seria conveniente sermos prudentes nas decisões que tomássemos relativamente às transações com a La Seda.

Isto faz-me lembrar que...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr. Deputado, desculpe, mas posso fazer uma pergunta?

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sou eu que faço as perguntas, mas...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Disse a palavra «transações»?

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — As transações entre a Caixa Geral de Depósitos, não tem nada a ver consigo...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Ah, está bem. É que eu não estava a perceber...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — As relações comerciais, melhor dizendo...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Ah, as relações comerciais. Muito obrigado e desculpe.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Bom, isto faz-me parecer que o presidente da Caixa Geral de Depósitos ao estar a tomar esta posição não me parece que seja uma posição técnica, porque eu não acredito que o presidente da Caixa Geral de Depósitos e os outros administradores sejam uns inabilitados financeira ou tecnicamente para não perceberem, até porque havia um administrador da Caixa Geral de Depósitos que era uma pessoa reconhecida com méritos técnicos, ou para

não reconhecerem que algo estava errado na La Seda e que, portanto, seria prudente e aconselhado sair dessa relação.

Portanto, quando eu vejo o presidente da Caixa Geral de Depósitos a dizer «não, temos de ser prudentes nesta situação» eu interpreto que o que está por trás não é uma decisão técnica ou financeira, mas é algo mais e o algo mais só pode ser uma decisão política. E isto faz-me lembrar a política externa na época em que me recordo que, em abril de 2005, o ex-Primeiro-Ministro José Sócrates afirmava que o objetivo era Espanha, Espanha Espanha — e até repetiu três vezes o nome do país.

Portanto, começo a ver aqui uma teia no sentido positivo e não no sentido da sua admiração, que é a seguinte: a Caixa Geral de Depósitos, e agora utilizo as suas palavras, inexplicavelmente entra no capital da La Seda, e estranho porque é que vai entrar no capital do La Seda. Não sei. E fica a pergunta: será que não era uma das contrapartidas ou uma forma de tentar convencer a La Seda a fazer o investimento em Sines? Poderia e era lícito. Poderia ser.

Depois, a não decisão ou a decisão de não executar a garantia, ou seja, de não executar a venda das ações que estavam penhoradas, também pode passar por essa decisão não técnica mas política de termos alguma prudência relativamente às relações entre instituições portuguesas e grandes empresas espanholas com relevância, nomeadamente na zona.

É lícito, penso eu, fazermos esta análise, ou, na sua opinião, eram todos uns incompetentes e uns incapazes de estarem à frente de um banco público?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr. Deputado, se, realmente, tudo o que o Sr. Deputado diz poderia ser, certamente essas decisões devem ter custado 800 milhões de euros ao País, no meu entender.

Em relação ao Dr. Jorge Tomé, acho que tomou sempre uma posição, diria, construtiva, excelente e percebeu, mas, a seguir, vieram outros que não perceberam ou que não quiseram perceber. Mas a isso não posso responder... Eu só sei que não perceberam e, porque não perceberam, o que isso custou ao País.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Se fossem só 800 milhões...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Eu não sei se são só 800 milhões... Se calhar foram mais, mas pelas minhas análises e como estou neste setor diria que esse número não será daí para baixo, será daí para cima.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Mas, claramente, numa ótica de...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe, posso interrompê-lo?

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sim.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — E seguramente que esse bloqueio e esse não interesse em não vender as ações, prejudicando todos, incluindo a nós, pode ser parte disso tudo. Estou completamente de acordo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Ou seja, claramente, há aqui uma gestão política de um processo que era de relação muito mais do que entre uma entidade financeira e uma empresa, extravasava esse âmbito.

Pergunto: não tem dúvidas, penso eu, enquanto empresário que se fosse numa lógica pura financeira, numa lógica de investimento, numa

lógica de relacionamento entre financiador e financiado, entre cliente e fornecedor de dinheiro, tendo o banco conhecimento do que se estaria, eventualmente, a passar na La Seda, até através do Dr. Jorge Tomé, que a decisão teria sido completamente contrária e teria sido...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Por isso é que o Dr. Jorge Tomé se demite.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Pois, e por isso é que o Dr. Jorge Tomé se demite, posteriormente, porque, provavelmente, não concordava com o que se estava a passar ali ou em outro sítio.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Obviamente!

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Portanto, se fosse uma situação técnica, não tenho dúvidas nenhuma que a decisão da Caixa Geral de Depósitos teria de ser totalmente oposta àquela que foi tomada.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sinceramente, quanto à lógica técnico-financeira, não estou necessariamente de acordo, porque o projeto era um excelente projeto. Quanto às decisões erradas e brutalmente erradas, que, no meu entendimento, assumem o número de 800 milhões para cima, acho que é muito grave, que é extremamente grave todo esse tipo de decisões e por que é que, acima de tudo, a Caixa vai entrar num financiamento a 100%. Aliás, na minha apresentação digo que uma das condições era a existência de capital da própria empresa La Seda e procurar outros bancos internacionais, que os havia. Então, qual a razão pela qual a

Caixa financia a 100% um projeto? Isto não tem qualquer sentido! Não tem qualquer sentido! Então, tecnicamente não tem sentido, mas agora dou-lhe a outra parte e, agora, vou falar como industrial...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Mas não é essa parte que nos interessa.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas deixe-me agora falar.

É que essa parte é todo o racional do investimento e eu isto ainda acho mais grave, e não quero entrar nos assuntos políticos de quem fala com quem, como trata, não sei, não é o meu... Muito menos cá, porque eu nunca venho cá, ou melhor, como tenho dito, venho 23 dias ou 24 dias por ano a Portugal e não tenho informação, embora hoje se possam ver as notícias, como sabem, em qualquer lado, mas, enfim, não tenho muita prática do País.

Então, a base deste projeto assentava, como já expus, mas gostava de repetir, para que fique bem claro, em ter matéria-prima para fornecer e a Galp poderia ter sido uma hipótese, mas não me pareceu que a Galp estivesse disposta a fazer esse investimento.

O grupo IMG consegue ir buscar à Oman Oil, e já foi referido nesta Comissão de Inquérito pelo Dr. Santos Ferreira, que disse «não acionista menor, que entrou com 6% de capital»... Mas esses 6%, para a Oman Oil, como devem entender, é igual a nada, são 20 ou 30 milhões e a Oman Oil é o petróleo de Oman, de num dos sítios mais económicos do mundo, é dos que toca e sai, não é o petróleo das águas pré-sal do Brasil — este não, este sai a 3 dólares.

Então, a Oman Oil estava a construir uma unidade de paraxileno e por isso eu estive duas vezes em Oman com o presidente para que a unidade de paraxileno viesse para Portugal, alimentasse a fábrica de Sines e

para que a Oman Oil investisse. E prova disso é que o administrador da Oman entra em conjunto com o nosso administrador, o Manuel Sousa Martins, para que, essencialmente, trouxesse o paraxileno, para esta fábrica ter uma matéria-prima a baixo custo.

Do outro lado — não sei se se pode dizer isto —, fizeram abortar este negócio. Acabou, cortaram a relação, mataram a relação com a Oman. A Oman quando vê pessoas, como os executivos da Caixa, a aparecerem para negociar assuntos de petróleo... Desculpem, mas tratem de margens, de *spreads* e de coisas dessas. Agora negociar isto? Não! Estavam as pessoas erradas a querer ser *partner*, a discutir e a dizer que o projeto viria para Portugal, mas não sabiam do que estavam a falar.

A Oman Oil a discutir com uma instituição pública portuguesa um investimento? Foram para outro lado... Cortaram, não fazia qualquer sentido.

Depois, do outro lado, há uma coisa que eu acho extraordinária. É que o grosso da La Seda produzia 1100 toneladas, consumia 900 000 toneladas de PET, a fábrica ia produzir 700 000 e o contrato, chamado *project finance*, que, creio, foi assinado em janeiro de 2010, tem de ter, é o normal, um contrato que se chama a jusante, dito em inglês, *offtake*. Como é que é possível que quem assina um contrato — é de alguém que é completamente irresponsável, desculpem mas tenho de dizer isto — sejam os mesmos acionistas que estão a vender?! Vende-se esta companhia e eu sou comprador. Eu comprei duas dessas companhias e tenho os contratos e nenhuma delas diz que eu tenho de comprar.

Portanto, eu provo, sem ter os contratos que eles fizeram com os outros, que sou o comprador de duas companhias, comprei em Portugal e comprei em Itália, nenhuma em nenhum contrato. E eu hoje compro a Artlant mas é por uma decisão minha, não é por uma obrigação, não está nos contratos. Então, faz-se um investimento... Matéria-prima não a tem, é

como comprar o carro, não ter gasolina para meter no motor, ou não ter eletricidade para o carregar, ou não ter estradas para andar. É basicamente isto. Não há as companhias abaixo.

Depois vieram com a estratégia, como li, porque a mim, sinceramente, dói-me tudo isto que aconteceu. Só que nos próximos anos tudo isto vai aparecer e não vai aparecer só na Caixa, vai aparecer na economia portuguesa, isso sim.

Esta companhia vai exportar 700 milhões dos quais eu me orgulho de ser comprador de, aproximadamente, no próximo ano, 300 milhões. Vou comprar desta companhia, estou a comprar para Portugal, para Portalegre, estou a comprar para Itália e vou começar a comprar para o Canadá e, no próximo ano, para os Estados Unidos. Serão 300 milhões de faturação das vendas desta companhia que irão ser assegurados pela IMG e ela irá faturar 700 milhões. Vai haver muita exportação, vai ser, seguramente, uma das maiores exportadoras portuguesas, estará no *ranking* das maiores exportadoras.

Mas também ouvi a versão, para que seja completo, que a La Seda, porque se descobriram os buracos que havia lá, que eram os tais 400 e tal, mas, como a Sr.^a Deputada disse, e bem, parece que eram 1000 milhões, porque havia uns 500, que não sei se estavam em África, e outros estavam em Ibiza, na Tunísia e na Rússia.

Como tudo isso existia, a companhia necessitava de vender. Tudo isto não é bem verdade, porque havia dívidas escondidas, havia que baixar a dívida, mas agora diga-me uma coisa: *ok*, então, mas a La Seda tinha muitos ativos para vender. Então, por que é que a La Seda vende os ativos, que é o que vai alimentar a Artlant, e não vende os ativos a outros que tinha abaixo, que fazia as chamadas «garrafinhas» e tal, que tinha sido, por acaso, a Caixa, o tal *adviser* de investimento, que ganhou 7 a 8 milhões de euros, em 400 milhões de euros — o normal, uma taxa de 2% de *success*

fee é 1,85? Então, ponha outra vez. Se sabe que é um bom ativo, venda-o e realize 400 milhões de euros, mas não vá vender a companhia, que tem um contrato que está a financiar que é quem vai receber a sua própria matéria-prima.

Portanto, aquilo deu um golpe que nem sei se é duplo ou triplo! Tira tudo!

Outra prova — a última de que gostaria de falar — é que todas as companhias que pertenciam à La Seda de Barcelona, sem exceção, todas elas operam, todas elas estão a ganhar dinheiro no mercado. Portanto, havia aqui qualquer coisa estranha.

Em detalhe: há em Portalegre, Itália, San Roque, no sul de Espanha; Barcelona, Inglaterra, do grupo KP, coreano, Turquia e Grécia e tudo isto funciona. Houve qualquer coisa que não correu bem, no tempo em que a Caixa, efetivamente, mandava na La Seda de Barcelona e que, efetivamente, destruiu a La Seda de Barcelona e a Artlant.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado,

É agora a vez do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Constança Urbano e Sousa.

A Sr.^a **Constança Urbano e Sousa** (PS): — Vamos agora falar de um negócio que tem a sua assinatura.

No dia 4 de julho de 2007, o Conselho Alargado de Crédito aprovou um crédito à Selenis SGPS de 115 milhões de euros.

No dia 9 de julho, o Dr. Matos Gil informou o seu Conselho de Administração da Selenis, de que era Presidente e onde estavam os seus irmãos, deste negócio e no dia 13 de julho, com a sua assinatura, outorgou o contrato de empréstimo em representação da Selenis, que era uma

sociedade com sede em Santo Tirso e com capital social de pouco mais de 3 milhões de euros.

Uma das razões pelas quais a Direção de Gestão de Risco colocou muitas reservas a este empréstimo era o facto de a Selenis ser uma empresa recém-constituída, não ter contas certificadas e ter um elevado endividamento ao BES.

A Caixa Geral de Depósitos transferiu dinheiro, cerca de 97 milhões de euros, para esta empresa. Eu gostaria de saber onde é que foi gasto este dinheiro.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe, Sr.^a Deputada, é tanta informação incorreta acumulada... Mas deixe-me ir tomando nota.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Não é incorreta, eu leio aqui a sua assinatura na ata e no contrato, perfeitamente legível!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas diga-me os números e eu vou assentando.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Portanto, no dia 4 de julho de 2007 foi aprovado um crédito.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Aprovado a quem?

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — À Selenis.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A qual?

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Selenis SGPS.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — De quanto?

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — De 115 milhões de euros!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — *Ok*, correto.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — No dia 13 de julho de 2007, numa ata de uma reunião do Conselho de Administração, o Sr. Doutor, que está aqui à minha frente, de acordo com a sua assinatura que está na ata, informou os seus irmãos do dito empréstimo e no dia 13 foram todos juntos assinar o dito contrato com a Caixa Geral de Depósitos.

Primeiro, gostaria de saber onde é que gastou os 97 milhões de euros que recebeu da Caixa ao abrigo deste empréstimo.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Onde gastou?! Sr.^a Deputada, esse dinheiro está em ações da Selenis SGPS da La Seda de Barcelona. O valor das ações era de 170, 180 milhões de euros, dependendo da cotação.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Olhe, desculpe lá, mas uma das obrigações que assumiu foi, de facto, a de manter um rácio de cobertura de 135% com ações da La Seda ou outras ações, nomeadamente do Grupo Imatosgil.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, isso é incorreto!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Eu posso ler-lhe o artigo...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — O artigo?

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — O artigo, a cláusula que o senhor também assinou, até está aqui rubricada por si!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mostre lá!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Pergunto-lhe se alguma vez cumpriu esta obrigação quinzenal de manter sempre o rácio de cobertura, seja com o depósito de ações da La Seda, seja com o depósito de outras ações, seja com o reembolso de parte da dívida, até manter o rácio de cobertura? Esta é uma obrigação que está claramente assumida neste contrato.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, primeiro, a Selenis SGPS não tinha qualquer contrato ou qualquer financiamento com o Banco Espírito Santo. Não tinha.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Então, o senhor informou mal o seu Conselho de Administração! Se quiser posso ler-lhe uma passagem da ata assinada por si, onde informa que uma das razões por que necessitava deste dinheiro era para pagar uma dívida de 41,2 milhões de euros ao Banco Espírito Santo.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Eu vou explicar-lhe tudo, isso não está correto. O que está aí está aí, não vou dizer o contrário, mas as ações que foram depositadas na Caixa Geral de Depósitos tinham um valor aproximado de 170, 180 milhões de euros. E aí está todo esse grupo —

porque havia ações que estavam no Banco Espírito Santo e deixaram de lá estar e, por isso, foi pago, e estão na Caixa Geral de Depósitos. O valor que a Caixa Geral de Depósitos financia em ações não é igual...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Estavam no Banco Espírito Santo porque a Selenis devia dinheiro, naturalmente, ao Banco Espírito Santo.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Essa afirmação não é correta!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Agora pergunto-lhe: alguma vez pagou os juros deste empréstimo? Os juros venciam antecipadamente e de forma semestral.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, essa informação que acabou de dar não é correta. As ações foram passadas do Banco Espírito Santo para a Caixa Geral de Depósitos. Portanto, se o Banco Espírito Santo tivesse o financiamento que tivesse — 10, 15, 20, 30 ou 40 —, e as ações tendo deixado de lá estar, recebeu, em contrapartida, e passou à...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sr. Doutor, desculpe lá, mas se as ações estavam no Banco Espírito Santo não era por obra e graça do Nosso Senhor Jesus Cristo! Era porque a Selenis devia dinheiro ao Banco Espírito Santo e, portanto, estavam lá precisamente para garantir o empréstimo que os senhores tinham junto do Banco Espírito Santo! Ou pensa que somos todos parvos?!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, Sr.^a Deputada, tenho todo o respeito, mas a Sr.^a Deputada não pode dar informações incorretas ou fazer deduções que não estão corretas.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa (PS)**: — Desculpe, mas esta informação tirei-a de si, de um documento assinado por si!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas está a interpretá-la mal, de alguma forma, e vou explicar-lhe porquê.

Explico-lhe muito claramente, Sr.^a Deputada: havia ações depositadas no Banco Espírito Santo e essas ações foram mudadas do Banco Espírito Santo para a Caixa Geral de Depósitos. Portanto, se elas estavam num lado e foram para o outro é porque deixou de haver dívida, isso é normal.

A Sr.^a Deputada está a perguntar-me o que é que eu fiz com o dinheiro: não é dinheiro, são ações. Está completamente enganada, Sr.^a Deputada!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa (PS)**: — Olhe, desculpe, mas, que eu saiba, o dinheiro não se evapora e foi para algum sítio! O senhor deu, naturalmente, ações a mais em garantia, obrigou-se a mais. Obrigou-se não só a manter as ações que deu inicialmente em garantia, que tinham um rácio de cobertura, mas também obrigou-se, era uma obrigação contratual, a manter sempre esse rácio de cobertura com ações da La Seda ou outras ações quaisquer,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não é correto, não é assim!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — ... que a Selenis tivesse em sua posse.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Em momento nenhum a senhora tem um documento que diga isso...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Tenho, tenho aqui a cláusula do contrato...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, o contrato é de uma margem de garantia de 135%. Em qualquer momento que baixe, o banco tem o direito de as vender.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Não, a qualquer momento que baixasse, o banco teria de o notificar para reforçar garantias, no prazo de 10 dias,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Ou vender!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — ... e sempre que descesse abaixo de 125%, no prazo de 3 dias o senhor teria de reforçar garantias.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Ou vender!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Alguma vez reforçou garantias? Então, explique-me porque é que, entretanto, a Jupiter foi vendida, em 2009, a uma pessoa qualquer.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Eu explico.

Primeiro, respondendo ao assunto dos juros, que até tem uma resposta muito direta: porque o dinheiro estava lá na Caixa.

Protestos da Deputada do PS Constança Urbano de Sousa.

Sr.^a Deputada, preste, por favor, atenção.

Se o empréstimo era de 115 milhões de euros, ou aproximadamente, e estava com uma utilização de 95, isso significa que está lá dinheiro. Portanto, se há juros e falta, vai-se...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não quer dizer que está a pagar juros com empréstimos!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe?!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço desculpa, mas, se houver interpelações de vários Deputados, a Sr.^a Deputada Constança Urbano de Sousa não pode colocar as suas perguntas.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Vou repetir a questão que coloquei, cuja resposta é apenas de «sim» ou «não». Alguma vez pagou juros deste empréstimo?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Pergunta-me se alguma vez a companhia pagou juros deste empréstimo. Esta companhia, a Selenis SGPS, assume que desde os primeiros dias de janeiro as ações deveriam estar vendidas. Portanto, elas estavam lá e o banco que as vendesse, era da

sua responsabilidade. O banco foi negligente ao não vender, prejudicou a IMG e os seus parceiros.

Esta é a minha resposta.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Mas o senhor pagou ou não pagou, alguma vez, juros por este empréstimo?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não temos de pagar...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Já sabemos que deu de garantia ações e outra coisa que sei é que tinha sempre a obrigação de reforçar essas garantias. Alguma vez reforçou essas garantias?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não tínhamos obrigação nenhuma de reforçar e posso informar a Sr.^a Deputada que, além de não termos essa obrigação, foram oferecidas garantias de várias companhias, incluindo companhias espanholas e, como já informei inicialmente, inclusivamente foi oferecido um aval, o qual não foi aceite.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Nos termos deste contrato que o senhor assinou,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Eu já respondi à sua pergunta!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — ... o senhor tinha a obrigação de reforçar as garantias logo — logo! — que o rácio das garantias que já tinha dado descesse abaixo de 135%.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Ou vender!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Não! E sabe perfeitamente que quando foi executado este empréstimo, a venda das ações da La Seda estava suspensa na Bolsa e, portanto, também era impossível vendê-las.

Mas, não obstante isso, a verdade é que este dinheiro foi utilizado para alguma coisa!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Para ações da La Seda de Barcelona, claramente. É claro, está aí, transparente: passou de um banco para o outro. As ações eram as mesmas.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Está certo, as ações foram dadas como garantia, mas o dinheiro, então, foi dado para comprar as ações, dando as ações como garantia. Então, qual foi o benefício que teve neste negócio?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Se uma companhia tem um empréstimo na entidade A, B ou C, tem lá a garantia, e se negocia com outra, com outras condições, melhores ou piores, como troca as garantias, trocam-lhe a dívida. Se ela estava no Barclays, no Santander, qual seja o banco, troca, é normal. Não há nada aí de anormal.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Quem foi o seu interlocutor neste negócio com a Caixa?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Eu já mencionei que havia duas pessoas espanholas e o Dr. Nuno Gaioso.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Então, porque não foram elas a outorgar o contrato? Porque é que não foram estas duas pessoas a outorgar o contrato e foi o senhor e os seus dois irmãos, que, pessoalmente, se dirigiram para outorgar este contrato?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Provavelmente foi quem tinha poder para assinar. Em todos os contratos do grupo há administradores e há quem negoceia e não tem poder para assinar. Nada mais.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Porque é que não foram os outros administradores, já que me diz que o Grupo Imatosgil tem uma posição tão minoritária na Selenis SGPS? Porque é que não foram os acionistas maioritários a assinar o contrato?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Poderiam ter sido os outros, era indiferente, qualquer um dos outros administradores tinha poderes para assinar, porque nós assinamos contratos de boa-fé.

Sr.^a Deputada, quero dizer-lhe que, sem nenhum tipo de obrigação, a IMG e os parceiros do Fundo ofereceram garantias adicionais e a Caixa Geral de Depósitos não as aceitou. E tenho todas as provas necessárias sobre isso.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Então, se tivesse sido assim, porque é que gerou tanto prejuízo? Porque é que nunca fez nenhum reembolso deste empréstimo?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não tenho que fazer reembolso nenhum, a Caixa é que tinha que vender as ações e manter o rácio de 135%.

O que a Sr.^a Deputada está a dizer é absolutamente incorreto. Peço-lhe desculpa, mas não é correto. Mais, acabei de lhe dizer, repito-o e não irei repeti-lo mais vezes: a companhia e os parceiros ofereceram garantias adicionais. Posso enviar-lhas todas, as que foram oferecidas. A resposta da Caixa Geral de Depósitos nunca veio.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Desculpe, mas é o mutuário que tem que cumprir a obrigação de manter a garantia e não o contrário. Isso resulta claramente das regras e resulta claramente deste contrato que o senhor assinou.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe, não resulta das regras desse contrato. Segundo esse contrato, baixando o rácio de 1,35, a Caixa tem o direito e deveria vender as ações, gradualmente.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Os termos da cláusula desse contrato dizem que baixando o rácio de 1,35 obrigava imediatamente o mutuário ao reforço de garantias,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Ou vender!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — ... seja com ações da La Seda, seja com outro tipo de ações. Essa era uma obrigação muito clara que resultava da clausula oitava, numa página que até foi rubricada por si.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Ou vender essas ações! E as garantias foram dadas! A Caixa é que não as aceitou. Entrego as garantias a esta Comissão no momento em que as quiser.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — As garantias executam-se quando há um incumprimento e o que é um facto é que houve um incumprimento. E, portanto, a Selenis ficou e ficou a dever, sim, 97 milhões de euros à Caixa Geral de Depósitos, acrescidos de 6 milhões de euros de juros.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Esse comentário é absolutamente incorreto, não corresponde e houve outras decisões que quiseram manter as ações desta companhia e foram vendidas dois anos e meio após.

A Selenis, a IMG e os seus parceiros ofereceram garantias à Caixa das quais nunca obtiveram respostas. E qualquer garantia, demonstro-lhe todas as provas nesta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem mesmo de acabar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Como é que pensa pagar o que deve?

Pausa.

Como é que pensa pagar o que deve?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, eu não devo absolutamente nada! A Selenis não deve absolutamente nada! A IMG não deve absolutamente nada!

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Matos Gil, em que momento é que deu essas garantias adicionais?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Peço desculpa?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estava a perguntar em que momento é essas garantias adicionais foram dadas à Caixa.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Foram dadas em março, abril, maio e junho de 2008. Toda essa documentação terá de estar na Caixa. Entendo que a Caixa guarda a documentação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não está e, portanto, já que se disponibilizou para nos enviar a documentação...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sim, entregá-las-emos, agora não as tenho aqui todas. Ficaré aqui a minha a palavra de que terão todas as garantias que foram oferecidas, as datas correspondentes, as sociedades, tudo o que foi oferecido.

E digo mais, Sr. Deputada: no topo disso, há duas cartas do ano de 2008 em que a IMG também oferece à Caixa Geral de Depósitos, não só comprar essas mesmas ações, de que não era responsável, e que no limite hipotético, que não é verdade, e está muito claro nessa carta, ser a própria IMG a comprar esses 30 e tal por cento que lhe correspondia. Cartas essas que também nunca foram respondidas e alguma foi com mal entendimento e houve outra resposta a seguir.

Não é exatamente a pergunta que me está a fazer, mas a IMG também ofereceu à Caixa Geral de Depósitos apoiar com capital a Artlant. Isso consta, tenho e posso fazer chegar a esta Comissão.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Envie-nos esses documentos, por favor.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Seguramente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Teve aqui algum esforço para tentar dizer a esta Comissão de Inquérito que a Selenis SGPS não pertencia ao grupo Imatosgil, que era uma participação minoritária, mas a verdade é que não era, tanto pela estrutura que tive oportunidade de explicar há pouco, como por um documento interno da própria Caixa Banco de Investimento, segundo o qual, e passo a citar, «abaixo apresentam-se as participações financeiras detidas pela Imatosgil», em que a Imatosgil tem uma participação de 71,5% ou 71,6%, não consigo precisar, e onde, depois, uma nota, com dois asteriscos, especifica «percentagem detida conjuntamente com a Selenis Control SGPS.

Portanto, gostaria de lhe dar a oportunidade, antes de ficar registado em ata e de ser enviado ao Ministério Público, de admitir que tinha o controlo desta empresa que era a Selenis SGPS.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe, quanto ao controlo da Selenis SGPS, repito que a IMG tinha 30% a 32% da Selenis SGPS.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, está a dizer-me que o grupo Imatosgil não controlava a Selenis SGPS?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, importa-se de voltar a fazer a pergunta para ver se estamos a falar do mesmo assunto?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A pergunta é se o grupo Imatosgil controlava a Selenis SGPS.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Em que datas?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Na data em que se deu o aumento de capital, em que foi pedido o empréstimo à Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente em julho de 2007.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Os únicos números que tenho andam à volta dos 32%. Não tenho a estrutura total, nem como ela chega lá, porque há muitas sociedades.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Vou perguntar outra vez: controlava ou não controlava a Selenis SGPS?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A IMG não controlava a Selenis SGPS.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, a informação que o próprio CaixaBI dá, segundo a qual, através da Selenis Control SGPS, a Imatosgil controlava 71,5% ou 71,6% da Selenis SGPS, é falsa?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O que lhe estou a perguntar é se a Imatosgil, através da Selenis Control SGPS, e através da participação que tinha diretamente na Selenis SGPS, controlava, ou não controlava, 71,6%

do capital da Selenis SGPS, por sua vez devedora à Caixa e acionista da La Seda.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Só lhe consigo responder que a Selenis ou a IMG tinha 30% ou 33% da Selenis SGPS. Quanto à estrutura que chega lá, não a tenho, não está em meu poder, porque havia mais sociedade acima e eu não a tenho.

Neste momento, a Deputada do BE Mariana Mortágua entregou um documento ao depoente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Está aqui a estrutura.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Tenho de mandar verificar este documento. Não posso falar mais.

Mantenho que a posição da IMG estava em 32% ou 33%. Há aqui documentos que não correspondem. Acima de tudo, começa por dizer que a sociedade, a IMG, de tudo o que está cá, só tinha 84%, nem sequer tinha 100%, portanto, pode ser que o número até seja abaixo daquele que mencionei.

Mas tenho de ver. Estão aqui muitas companhias, tenho de ver as datas, não sei. Não posso dizer mais.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu acho que pode e que sabe, mas não vou...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Estarei, obviamente, disponível para enviar toda a informação correspondente de cada sociedade e de como se chega à estrutura.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Julgo que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai concluir que controlava mesmo a empresa.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Julgo que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai concluir que controlava mesmo a empresa, mas isso, depois, são as nossas conclusões, face àquilo que foi dito e às contradições que encontrarmos.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não, está respondido e o assunto está ultrapassado.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas tenho o direito a falar, não é?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tem, quando eu acabar de falar apenas.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Ah, tudo bem.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Independentemente desta estrutura, queria retomar uma pergunta que foi feita há pouco: mesmo se os rácios de cobertura tivessem sido repostos para chegar aos 135, que é responsabilidade do devedor, não é responsabilidade do credor, os juros têm de ser pagos. E os juros são uma condição independente dos rácios de cobertura. Portanto, eu retomo a pergunta: pagou juros deste empréstimo?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Respondo à Sr.^a Deputada que, tanto quanto é do meu conhecimento, a Selenis SGPS tinha na conta dinheiro disponível para pagar o que fosse necessário de juros. Seguramente, estamos a falar de juros de um primeiro semestre, portanto, tentando fazer uma conta muito rápida, poderemos estar a falar de — em seis meses, 100 milhões —, não sei, se fosse uma taxa de juro de 2%, poderemos estar a falar de 1 milhão, de 1 milhão e meio...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Eram 5%.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Eram 5%? *Ok*, 5%. Em 100 milhões seriam 5% por ano; em seis meses, 2,5%. E esse valor estava lá depositado, portanto, tinha dinheiro suficiente para poder pagar esses mesmos juros.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Está a dizer é que...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A conta serve para tudo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pagou a primeira prestação de juros? Pagou o primeiro vencimento de juros?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Eu não sei, porque eu não geria essas contas. Estou a dizer-lhe que, pela lógica, se o financiamento é de 115 milhões, pelos números que aparecem aqui, se estavam a ser utilizados 95 milhões, significa que 20 milhões estavam lá depositados de alguma forma. Ou porque, até, possivelmente, tivesse havido algum pagamento de

dividendos. É possível que até a própria La Seda pagasse e ficasse lá nessa conta.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Na verdade, não significa, porque ninguém nos garante que tenha havido desembolso desse empréstimo e, mesmo que tenha havido, isso capitalizava juros, mas não substituía os juros. Não pode pagar juros com um novo empréstimo e fingir que não tem de pagar nada ao banco.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, a conta estava lá depositada na Caixa Geral de Depósitos. Se há que pagar juros, é porque eles foram pagos, porque transitou de uma conta para outra, para a conta de juros. Isso é o normal.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não entrou em incumprimento em pagamento de juros?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não foi isso que eu disse. Disse que o normal é que passe de uma conta a outra. Eu não giro as contas, não lhe posso dar a informação de que paguei os juros. Não estou a dizer que paguei, mas também não estou a dizer que não foram pagos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não está a dizer nada, portanto.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Só posso falar de coisas de que sei. Se não sei, não falo, mas também disponibilizarei a esta Comissão a informação necessária porque não a tenho comigo.

Para não dizer nada de incorreto, não vou falar mais.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não sabe dizer quando entrou em incumprimento neste empréstimo da Caixa à Selenis SGPS?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A única coisa que posso informar, isso, sim, vi, e que não chamo de incumprimento, é início de janeiro de 2008, em que digamos, é o *break-even*, ou seja, é o valor do qual a Caixa já deveria ter vendido ações para proteger esse 1,35 de rácio. É em janeiro de 2008. Falo de memória, mas pode ser de 8 a 10 de janeiro, em que se a Caixa também tivesse vendido cobria qualquer valor em dívida.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E, depois, antes mesmo...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas reafirmo também, conforme já expliquei à Sr.^a Deputada — e farei chegar a esta Comissão —, que não fazia parte dos parceiros da Selenis SGPS dar esse tipo de garantias. Mas de dois ou três e recordo-me de Barings, *private equity*, *Paul Capital*, eventualmente, não confirmo, e *Ibersuizas*, em que me ofereceram ativos em garantia. E a própria Selenis SGPS também ofereceu ativos em garantia, alguns deles industriais e localizados em Portalegre. Isso está tudo documentado, está tudo entregue na Caixa Geral de Depósitos.

Portanto, nunca houve falta ou reforço de garantias. Elas foram entregues à Caixa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não houve foi pagamento.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando a Caixa foi executar...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não é correta essa afirmação!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tanto é correta que não houve pagamento. Portanto, pedia-lhe que parasse...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A Sr.^a Deputada está referir-se aos juros, mas como lhe estou a dizer havia 20 milhões.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Repare, nem houve pagamento de juros, nem pagamento de capital. Portanto, vamos falar claro e ser sérios, porque já chega de manigâncias!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, não está.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já chega!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, não!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando a Caixa foi executar a Selenis SGPS, as ações desta empresa já tinham sido vendidas em incumprimento do próprio contrato de financiamento. Só se lembra do que a Caixa fez, não se lembra daquilo que fez em incumprimento dos contratos com a Caixa! É isso?!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sei que os acionistas...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Que era o Grupo de Matos Gil?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Eram vários, havia 11 ou 12! Sentiam-se...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Por favor, diga-me quais eram as percentagens de cada um dos acionistas.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não posso dizer.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ou tem como provar que não era acionista maioritário ou então vou continuar a afirmar que era!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Uns tinham 11%, outros tinham 12%, outros tinham 4%. Sei que havia no mínimo 12.

Poderia fazer-vos chegar, também, a composição dos acionistas da Selenis SGPS. Não os tenho comigo.

Sei que são 12 ou aproximadamente 12.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, mas vendeu esta empresa antes de a Caixa a executar...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Eu não! Os acionistas! Os acionistas que se sentiram prejudicados por não ter sido cumprida a regra de venderem as ações em tempo devido, por não terem aceiteado as garantias adicionais o que é que estariam lá a fazer?! Estamos a falar essencialmente de fundos de investimento.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, há uma ata em que o acionista Matos Gil se opõe a essa decisão porque ela entra em incumprimento com o contrato da Caixa. Imagino!

Já que foram os outros acionistas que quiseram vender, tenho a certeza de que estará registado em ata a sua oposição enquanto acionista minoritário, claramente, a esta decisão.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Estamos a falar de decisões do ano 2009.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não havia atas em 2009?!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não é isso que estou a dizer, a senhora é que está a dizer isso.

Não sei. Não são assuntos que trato. Não trato desses assuntos. Não sei.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas opôs-se à venda?!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — À venda de quê? Não sei, Sr.^a Deputada, não me recordo!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não se recorda se se opôs à venda, mas recorda-se de que os acionistas quiseram vender porque se sentiram ultrajados pela decisão da Caixa?!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A decisão da Caixa é inqualificável.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, não se opôs à decisão de venda da empresa?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não estou a dizer isso, porque tenho de ir ver as atas. Se é que há atas, não sei.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Caso contrário, não se lembra se se opôs, ou não, à decisão da venda de uma empresa que, aliás, era devedora à Caixa com quem tinha um contrato e uma das cláusulas desse contrato impedia a venda dessa empresa a outros acionistas. Não se lembra de ter incumprido neste contrato?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, da forma como está a fazer a pergunta de se me lembro de ter incumprido contratos devo dizer que não é regra minha incumprir. Portanto, seguramente não foi incumprido.

Não tenho o contrato. Não sei. Estamos a falar num contrato, numa participada... Não sei.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — De quem é esta empresa hoje em dia? Esta empresa que deve 97 milhões à Caixa, de quem é?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não sei.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já não lhe interessa. Fez a dívida, não pagou, despachou-a e não é nada consigo.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não. Isso é a Sr.^a Deputada que está a afirmar!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ai estou, estou. Estou precisamente a afirmar isso!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Se o está a afirmar, é a sua afirmação. Não sei. A companhia foi vendida, não está. A Caixa pediu a insolvência, a companhia acabou, não existe!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas antes disso foi vendida a alguém!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Antes de ter acabado, a companhia foi vendida.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — A quem os acionistas da companhia decidiram. Não querem ficar com ela, vendem a companhia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E o Dr. Matos Gil não tem nada a ver com isso? Não é acionista sequer...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É a Sr.^a Deputada que está a dizer...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Aliás, era presidente do conselho de administração,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Já não era!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... mas aparentemente era apenas empregado dos acionistas!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, não era presidente do conselho de administração.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Na altura já não era, tinha sido antes!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Essa companhia, do que me possa recordar, deve ter sido vendida pelo ano 2009. Eu não era presidente do conselho de administração! Resignei ao conselho de administração dessa empresa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — De quem era a companhia depois de ser vendida? A quem?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — São declarações...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Deixe-me pôr as coisas de outra forma: a quem é que a Caixa vai reclamar esta dívida?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não sei!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas quem é que a contraiu?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Se essa dívida fosse reclamada, basicamente tínhamos de ir ver os contratos, porque nos contratos ela não tem de ser reclamada. E, que eu saiba, não foi! Que eu saiba! Repito: que eu saiba, essa dívida não foi reclamada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tanto foi reclamada que a Caixa tentou executar esta empresa, esta SGPS...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sim, mas não é comigo...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Entretanto descobriu que pertencia curiosamente...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não é comigo! Como lhe disse, não sou...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... a outros acionistas!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Estou a dizer-lhe que não estava no conselho dessa companhia nessas datas. Não posso falar por outros. Não sei.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, vai garantir aqui...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Nunca recebi nenhuma carta de execução ou de fecho da companhia. Não tenho nada!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Vai garantir aqui que não era um acionista relevante na estrutura acionista que tomou a decisão de vender a Selenis SGPS?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não lhe posso dizer mais do que já disse.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não se lembra também se era acionista relevante desta empresa?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — De qual empresa? Está a falar da Selenis SGPS?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Desde o início!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Era um acionista. Fui mais relevante no início, estávamos no ano 2002. Sim. Mas gradualmente sempre a vender posição.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E não se lembra de quem é que era o acionista a quem vendeu a posição?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não há um acionista, há um conjunto. Em algum momento, nesta audição, mencionei que havia vários fundos de investimento que foram tomando a companhia Ibersuizas Capital Fund, que tinha vários fundos com nomes de que não tenho noção, não me pergunte. E foram investindo e foram tomando participações nessas sociedades.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E não sabe que o facto...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Só que não sei os nomes. A única coisa que sei é que a IMG desde 2003... Foi fundada em 2002 e, depois, em 2003, 2004 foi sempre reduzindo posição. Sempre.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Apesar de a Caixa dizer que, em 2007, a IMG tinha...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Isso é o que diz a Caixa, não a IMG!

A IMG, isso, sim, posso garantir, porque sei, desde 2003, 2004 foi reduzindo posição. A IMG quis gerar liquidez para outros investimentos e foi reduzindo posição.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, não tenho mais perguntas. Pedia que toda esta documentação fosse enviada à Comissão de Inquérito. Iremos pedir à Caixa Geral de Depósitos a documentação adicional.

Uma certeza deixo aqui: vamos esclarecer de quem era a propriedade desta empresa em 2007, como quem tomou a decisão de a vender posteriormente. Nem que seja através das atas.

Tudo aquilo que foi aqui dito será verificado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles, do CDS-PP.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, voltemos, ou não saíamos, da Selenis SGPS.

Disse-nos, há bocado, «que eu saiba, a dívida nunca foi reclamada pela Caixa». Mas terei sido eu que percebi mal ou tinha-me dito que a insolvência da Selenis SGPS tinha sido requerida pela Caixa?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Isso é público!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então não pode dizer que a dívida nunca foi reclamada. Pois, se a Caixa pediu a insolvência, foi precisamente porque estava a tentar executar...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Está bem, mas...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quando um credor pede a insolvência é no sentido precisamente de tentar recuperar ou ir buscar o dinheiro ao património da empresa. É assim.

A Caixa tentou ir buscar o dinheiro. Muitos anos depois, é verdade, mas tentou.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sim, mas o que lhe estou a dizer é que não sou administrador da empresa, não estou no conselho... Sobre essa informação toda que a Sr.^a Deputada acaba de afirmar, o conhecimento que tenho é público, não tenho mais do que isso.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em julho de 2007, quem era a administração desta empresa?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Seguramente, eu estava na administração.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Com certeza. Foi convidado por quem?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Convidado para?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Diz que não controlava a empresa,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Pelo conjunto!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — ... não detinha a maioria do capital social. Pergunto quem o convidou para administrador da empresa.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Foi o conjunto dos demais investidores da companhia...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Que eram representados por que pessoas físicas? Convites têm de ser feitos por pessoas físicas...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Quem eram as pessoas que me nomearam?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Que representavam estes outros acionistas?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Representavam o Baring Private Equity, Ibersuizas... Há vários nomes... Ibersuizas Capital Funding...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E foram eles que o convidaram?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Se são eles que me convidam? Seguramente confiaram que eu fosse a pessoa para estar na companhia.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Nesta data, quem é que negociou...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, vamos ver, na realidade, a história vem de trás. Há uma companhia criada, a Neotrev, que é, digamos, a génese de tudo isto, em que a IMG começa com 57% e gradualmente aquilo foi o conselho que, basicamente, se foi mantendo o mesmo. Só que fomos perdendo posição.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O senhor é que está aqui a tentar demonstrar que não tinha o controlo desta Selenis SGPS. Para mim, até o nome Selenis, tudo isto me parece razoavelmente evidente, portanto... Só estou a tentar...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe, Sr.^a Deputada, vou explicar, porque não é tão evidente. E vou explicar porquê!

Primeiro, a companhia foi criada com o nome Neotrev, que significava que se comprou uma companhia em Portalegre que se chamava Trevira e tínhamos já uma companhia que se chamava Neoplástica, daí veio o nome. Esse nome foi utilizado... Os advogados montam uma operação para fazer uma aquisição e ficou esse nome que nunca foi usado, sequer, comercialmente. Depois surgiu o nome Selenis.

Nesse momento, digo, confirmo, foi nomeado um conselho de administração em que a IMG detinha, talvez, 57%. A partir daí, a IMG foi diminuindo a sua posição no capital dessa companhia, por posições acima, posições abaixo vai diminuindo.

A IMG foi encontrando para fazer outros investimentos forma de liquidez ou diminuindo a posição a esse mesmo investimento. Foi diminuindo. Isso não significa que, na realidade, o conselho de

administração pudesse... Estavam cá, eram portugueses e manteve-se esse mesmo conselho de administração. Acho, inclusivamente, que não houve muitas alterações no conselho de administração até 2008.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Há mais empresas chamadas Selenis?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Tenho todo o gosto em dar as explicações...

O Sr. **Presidente**: — A pergunta é se há mais empresas chamadas Selenis.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É isso, é isso.

Tenho todo o prazer de explicar porque é importante que fique claro: há mais empresas chamadas Selenis e vou explicar-lhe a história, a cronologia e porque é que houve mudanças de nome.

O nome Selenis foi criado em 2002. Portanto, a Selenis acaba por ser essa Neotrev, a quem foi dado o nome Selenis, face à aquisição. Em 2004, quando estes mesmos acionistas da Neotrev fizeram a aquisição de uma companhia chamada Aussapol, em Itália, cria-se a Selenis SGPS.

Portanto, existe uma companhia em Portugal que se chamará Selenis Portugal, companhia industrial. Inclusivamente existem outras, como a Selenis Ambiente, a Selenis Energia e todas essas companhias têm o nome Selenis.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Posso saber quais são os acionistas comuns a todas essas companhias...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Posso continuar? Não terminei. Se me permite.

Em 2005, no final, com o chamado, desculpe utilizar o termo inglês, *closing* financeiro, feito em 15 de fevereiro de 2006, as companhias passam para debaixo do La Seda.

A La Seda estava a fazer uma série de aquisições e cada companhia, como é normal, algumas eram do mesmo grupo, outras não, decidi utilizar, criar, por acaso a minha intenção era manter o nome Selenis, gostava que ficasse esse, contratando companhias de *marketing* ou o que seja, um novo nome: Artenius. Todas as companhias debaixo do Grupo La Seda, digamos, de visão de PET, inclusivamente a própria Artlant, começou a chamar-se Artenius Sines e depois passou a Artlant.

Fica a La Seda com esse nome, Artenius: Artenius PET, Artenius fábrica de um país, do outro, etc.

Quando nos desligámos da La Seda, em acordo com eles, ficámos com os direitos de utilizar o nome Selenis. Como há a parte industrial que também posso explicar, a partir deste momento, com esse mesmo nome Selenis e é 100% da IMG — aqui está uma diferença —, essa Selenis que são, na realidade, três companhias — uma está em Portugal, outra está em Itália e outra está no Canadá — faz um acordo com as que estão nestes *private equities* que estou a dizer-lhe, nesta companhia cujos acionistas são outros e, por isso, há que pôr outro nome. Portanto, nós queremos usar este nome, pois estamos no mercado com o nome «Selenis», uma companhia industrial que se desenvolveu durante anos e reconhecida no mercado. Esta é a razão pela qual existem nomes como «Selenis». Aliás, está explicado, numa parte da minha introdução, que há «Selenis SGPS», depois chamada «Jupiter». Essa é a única razão. Podia chamar-se Jupiter ou ter outro nome qualquer, mas é um aproveitamento de um *brand* que já existe e, como tal, isso levou à aquisição e, creio, a um fator menos relevante, em que se volta

às histórias da Seda, às Artlant e a todos os falhanços que aqui aconteceram.

Para que entendam bem — pode não ser muito simples, mas se explicar tornar-se-á simples —, em Portalegre existem quatro fábricas, onde, na realidade... A expressão «quatro fábricas» não é bem... Uma não é bem uma fábrica, mas é uma cogeração, por isso chamar «cogeração» a uma fábrica, enfim... Então, havia esses ativos, que era uma parte chamada «imobiliária»; havia outra parte que continuou a ser detida por nós; há outra companhia que se denomina «Evertis», que não tem nada que ver nem com «Sedas», nem com Selenis SGPS, nem com Jupiter, nem como nada.

Como seguramente muitos Srs. Deputados terão conhecimento, a La Seda, pela prática das suas más gestões e por aí fora — acho que não vale a pena detalhar muito mais, mas se quiserem alguma pergunta adicional, poderei responder — decide, no processo negocial, desativar a produção da unidade de Portalegre, levando para o desemprego 70 trabalhadores — não posso precisar este número, podem ser 60 ou 75 — e parar tudo. Então, o grupo IMG — estamos em julho de 2011 — compra a companhia, retoma a atividade, recompra uma companhia que está parada, no processo negocial, retoma a atividade, tem os seus trabalhadores a trabalhar e, à data de hoje, estão a trabalhar lá 350 pessoas. Esta é uma das Selenis, é industrial e está em Portalegre.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Continuo sem sair, ainda, da Selenis SGPS. Vamos à história desde o princípio. Sabe quem negociou com a Caixa o empréstimo dos 115 milhões de euros?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Já mencionei nesta comissão.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já? Não ouvi.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Os nomes que mencionei são: Juan Luiz Ramírez, Nuno Gaioso Ribeiro e... Já mencionei há pouco, mas sinceramente esqueci-me do nome. Já foi aqui mencionado, mas não consigo recordar-me, é espanhol...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Qual era o património da Selenis SGPS nesta data, de julho de 2007?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: —O património da Selenis SGPS, na realidade, é relativamente simples de calcular nessa data. É utilizar o número de ações que tinha da Seda de Barcelona mais alguns pequenos investimentos que tinha, mas posso dizer-lhe que o património estaria na ordem dos... Conforme as variações, creio que, nessa data, poderia ter chegado a 190 milhões de euros. Creio, mas não posso... Há aí uns dias extremamente altos e é pelo mês de julho.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, o património correspondia *grosso modo* às ações que estavam empenhadas na Caixa?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, bastante mais. Claramente mais!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Repare: este empréstimo era até 115 milhões de euros. Portanto, tinha de ter em penhor, na Caixa, ações correspondentes a 135% deste valor. Não é assim? Portanto, está a falar em 190 milhões de euros, o que é um bocadinho acima, mas não é assim muito acima.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas é bem acima! É bem acima! Agora estamos a falar de ações cotadas e as ações cotadas, todos sabemos, como funcionam.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, sei.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Eu acho que é confortável!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu sei que houve dias em que estiveram muito acima. Infelizmente, também houve outros dias em que estiveram muito abaixo, designadamente os subsequentes.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, fez-me uma pergunta em relação a julho de 2006.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já nos disse aqui o seguinte: a Selenis assumiu que as ações deviam estar vendidas desde janeiro.

Gostava de saber se a Selenis comunicou isto à Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Seguramente que sim.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Consegue arranjar cópia dessa comunicação?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não tenho esse tipo de documentos, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Porque esta é a questão essencial! Estamos aqui perante duas coisas diferentes: uma é um empréstimo, uma dívida; outra é a garantia desse empréstimo. O que a Selenis fez foi basicamente impedir um empréstimo e garantir que o pagava através de um penhor. O que aconteceu foi que a Selenis não pagou e o penhor não foi imediatamente executado.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — O quê?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O penhor não foi imediatamente executado, as ações não foram vendidas.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — E porquê?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas isso não significa que a Selenis deixe de ser devedora. O que quero saber é se, em algum momento, como agora nos diz com tanta naturalidade, a Selenis assume que as ações tinham de estar vendidas desde janeiro. Isto foi comunicado à Caixa?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, seguramente, admito que sim. Quero exprimir-me da seguinte maneira: sou convocado para estar aqui e não sei qual é a razão. Eu nem sei... Fala-se da Artlant, da La Seda. Estou focado, sei os assuntos da Artlant, da La Seda; não tenho muitos dados, não tenho muita informação. Não posso estar aqui...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não tem muita informação, mas não acabou de dizer que era administrador da Selenis SGPS? Não tinha estas posições na La Seda, direta ou indiretamente?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, estamos a falar. Desculpe, a informação que tive e sobre a qual falei foi dos documentos que fui ver relacionados com a La Seda, com a Artlant, que foi o que vi na convocatória. Não se fala nada sobre as outras companhias, por isso não sei, não estou preparado, não tenho informação...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas eu não estou a falar de outras companhias! Estou a falar da Selenis SGPS e de um empréstimo de 115 milhões de euros que lhe foi dado para comprar ações da La Seda. Portanto, não estou a falar de outras coisas.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não, desculpe, Sr.^a Deputada. Está a falar agora e eu não estou munido dessa informação. Só posso falar de coisas que estão certas, não vou falar de coisas de que não estou certo.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas era administrador desta empresa, nesta altura?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas estamos a falar de 2007 e a Sr.^a Deputada está a perguntar... Espero que imagine...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não estou, não! Estou a perguntar-lhe entre 2007 e 2008, não estou a sair deste momento temporal.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, pode imaginar que 2007 foi há 12 anos e em 12 anos devo ter assinado muitos documentos e muitas cartas. Lamento pois não vou falar sobre essa em concreto, porque não sei. Não preparei, não sei. Estou aqui, a comunicação é curta, não tem nada de muito detalhado. Estou aqui a pensar e fui olhar e todos os

trabalhos, aliás, toda a apresentação que fiz foi toda focada na Artlant, na La Seda e, na realidade, o grande problema que gerou a este País, que são esses números dos 1000 milhões ou 900 milhões. Não estou preocupado! Se, nesses casos concretos, que acho que são parte dessa mesma gestão...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas tem noção de que esses 1000 milhões vêm todos daqui?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não! Esse número, que é um número muito abrangente, não sei se vem daí ou não. Parto do princípio que, se vem daí, vem erradamente e parto do princípio que ninguém entende, em nenhuma parte...

A Sr.^a Deputada senta qualquer responsável de qualquer banco de investimentos — ou o que seja — vê que tem umas ações e que perde, perde, perde e que, dois anos e meio depois, diz «agora vou vendê-las». Qualquer coisa estranha há aqui! Quer dizer, não há comunicações, não vão pedir, não pedem garantias...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A questão de não haver comunicações...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não há comunicações, não há nada!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos ver, qualquer coisa de estranho poderá haver, mas, para mim, também é um pouco estranho...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É muito estranho!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sem dúvida que sim! Parece-me muito estranho, mas também me parece muito estranho uma empresa endividar-se junto da banca e, depois, pura e simplesmente, não pagar. A regra natural das coisas é, sim, que os bancos executem as garantias e, sim, que os devedores paguem as dívidas. São duas regras naturais.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas isso é noutro tipo de empréstimos, não neste.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas o que está a dizer é que os empréstimos que eram concedidos para pagar ações, basicamente, os devedores não tinham de pagar?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Está lá, tem mecanismos para poder vender.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Começo a julgar que sim! De facto, para o que tenho visto...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, os contratos assim são.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não! Os contratos não são assim, porque eu já vi os contratos. Não responsabilizemos os contratos pelas práticas bancárias e pelas práticas dos devedores.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas não sou eu o devedor.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas era administrador da devedora! Curiosamente, tem relações com várias outras empresas que têm o mesmo nome da Selenis!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Por coincidência, de certeza, não é?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe, Sr.^a Deputada? Não percebi. Importa-se de repetir?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não é o devedor, o devedor é a Selenis SGPS, mas o senhor era administrador da Selenis SGPS, era acionista da Selenis SGPS, assim como era acionista de várias outras empresas chamadas «Selenis». Com certeza, isto não será tudo uma enorme coincidência.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr.^a Deputada, vamos já separar as coisas para sermos absolutamente claros sobre a dívida de que está a falar. O que tenho de muito certo, por um lado, é que esses contratos não são responsabilidade da Selenis SGPS, porque a Caixa deveria ter vendido e deveria ter ressarcido a diferença aos investidores da Selenis SGPS.

Por outro lado, as outras companhias Selenis que são, vamos dizer, recentes, como a Selenis Portugal, criada a julho de 2011, dada a pré-insolvência da Artenius que operava e que deixou 70, 65 ou 80 trabalhadores no desemprego, a IMG retomou a atividade e essa companhia funciona, tem os seus trabalhadores e não é cliente nem tem qualquer relação com a Caixa Geral de Depósitos.

Já agora, para terminar, a outra companhia Selenis em Itália não tem qualquer relação com a Caixa Geral de Depósitos ou com...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não, não! Elas têm é uma relação consigo, não é com a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Ah, comigo, claro!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não foi isso que eu disse!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas eu não nego!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Com certeza!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Qual é o problema de ter uma relação comigo?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não há problema nenhum. O que não percebo é a razão pela qual está aqui a esconder-nos o facto de controlar a Selenis SGPS. É evidente que sim!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não é disso que estamos a falar. Sr.^a Deputada, estou a dizer-lhe que controlo a Selenis Portugal, S.A., controlo a Selenis Canadá — por acaso, neste momento, não controlo porque é 50/50...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só não controla a Selenis SGPS que, por acaso, tem uma dívida de 100 milhões de euros com a Caixa!

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Esse é um comentário da Sr.^a Deputada!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não é um comentário, esta última parte é um facto.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não há facto. Há que entender por que razão existe lá essa dívida, há que entender a razão pela qual a Caixa Geral de Depósitos não vende as ações que estão lá, podendo não só ter beneficiado os acionistas, como a própria Caixa, sem esperar dois anos e meio.

Houve outras razões! Claramente são diferentes do assunto sobre o qual a Sr.^a Deputada está a falar.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não deixarei de fazer essas perguntas à Caixa, como aliás não deixei, mas isso não significa que quem pediu o empréstimo não tenha responsabilidade nenhuma, como é óbvio.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Mas estão lá as ações e as ações vendem-se.

O *break-even* dessas ações estava mais ou menos a 1,70 € ou a 1,80 €. E se fossem a 1,50 €? Então, se as tivessem vendido a 1,50 €, recuperariam 80 ou 90 milhões e acertariam com quem tivessem de acertar, se tivessem de acertar.

Não estou de acordo! Seguramente que todos os acionistas da Selenis SGPS foram lesados pela Caixa por não ter feito essas mesmas operações. Foi isso que se passou.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Todos os portugueses o foram, só que, infelizmente, nós não tivemos nada que ver com este negócio.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Seguramente, até incluindo eu mesmo! Seguramente, eu fui mais lesado. E, como aqui já foi discutido, em algum momento da parte anterior, seguramente houve outras razões que fizeram com que fosse interessante para a Caixa ter essas mesmas ações. Tenho a máxima curiosidade e agradeceria muito que esta Comissão apurasse a razão pela qual estas ações não foram vendidas e por que razão usaram essas ações para criar uma das maiores catástrofes económicas deste País.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Se tivesse tido oportunidade de acompanhar os trabalhos, teria percebido que já fizemos essa pergunta, mas tal não significa que não lhe façamos as mesmas perguntas.

Gostava de saber se mais tarde, em 2009, já depois de tudo o que aconteceu na La Seda, da parte mais catastrófica, digamos assim, ter acontecido, falou-se — e foi também falado em Portugal — da possibilidade de a própria La Seda apresentar uma ação de responsabilidade contra a Caixa Geral de Depósitos e a Imatogil, que poderia estar relacionada com 22 milhões de euros de dívida, que não teriam sido pagos. Hipótese de ação essa que nunca chegou a ser concretizada.

Como já fiz várias questões sobre isto e nunca ninguém me conseguiu esclarecer sobre o que é que se passou aqui, gostava de saber se me consegue esclarecer.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Agradeço-lhe imenso essa pergunta, Sr.^a Deputada. É uma boa oportunidade de esclarecer mais uma das irregularidades cometidas pela gestão da La Seda de Barcelona.

Todos os casos que estão nesse relatório, que creio que é da KPMG, foram para a frente, para os tribunais, menos esse, porque era absolutamente incorreto.

O que se passa é que a gestão fraudulenta da La Seda de Barcelona omitiu acordos e contratos entre as empresas. E daí surgiu esse valor. Se quiser detalhe, eu posso explicar. Se quiser que envie a esta Comissão todos os detalhes em que as contas são absolutamente zero, não há qualquer dívida, e, como tal, é o que a Sr.^a Deputada pretender que eu lhe informe.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só estou interessada em porque é que a Caixa...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — E também do ponto...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só estou interessada em perceber porque é que a Caixa Geral de Depósitos podia ter responsabilidade nesta matéria.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Ai não sei, não faço... Isso são eles que dizem, não sou eu.

Mas, Sr.^a Deputada, o que está claro, e já foi aqui mencionado, é que foi criada uma guerra brutal entre a parte Catalunha e o que eles chamavam de grupo luso, o que é grupo luso, e do qual chegaram a fazer convocações de conferências de imprensa e obrigações para que a Caixa e o Grupo IMG lançassem uma OPA completamente infundada à La Seda de Barcelona.

Digo-lhe mais: todas essas artimanhas, desde que o Presidente da La Seda de Barcelona foi chamado e que esteve em Madrid, reunido com o senhor, creio, Alcides Aguiar, do CaixaBI, e o outro senhor, que, creio, se chamava Carrilho, a pedido do Dr. Jorge Tomé — e, refiro, muitíssimo bem —, foram para retirar o Presidente da La Seda de Barcelona, nesse momento. Como retaliação, chamaram todos, inclusivamente os que eram os seus antigos inimigos, para um «vamos ver como se trama o grupo português». O grupo português é o que eles designam de Matos e Caixa, o grupo luso. E foram, então, buscar documentos não corretos, que é exatamente esse dos 22. Não há nenhum caso em tribunal. Todos os outros estão em tribunal, estiveram, e foram condenados. Esse nem a tribunal foi. Estava toda a documentação.

Se esta Comissão Parlamentar quiser toda a documentação de como todo esse acordo foi fechado, onde estão as demonstrações entre as partes, fá-lo-ei chegar. Mas posso garantir-lhe que o número em cima da mesa é zero.

Sr.^a Deputada, agradeço-lhe imenso essa pergunta, que me deu a oportunidade de esclarecer mais uma falsidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Matos Gil, voltando à questão da Selenis, disse, na sua intervenção inicial, e já foi aqui falado durante todas estas horas, que as ações deixaram de garantir o rácio de cobertura de 135%, facto notificado, a 9 de janeiro de 2008, por carta do CaixaBI.

Portanto, o CaixaBI notifica a Selenis SGPS a dizer que não estava a cobrir os 135%. Em face disto, também já disse aqui que enviou uma proposta de reforço de garantias à Caixa, e que não obteve resposta.

Assim, a minha pergunta é: o CaixaBI notifica a dizer que já está abaixo dos 135% e depois não responde à vossa proposta de reforço de garantias?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Eu não tenho, e como...

Sr. Deputado, agradeço-lhe a pergunta, mas não tenho essa informação, porque não estou preparado para falar sobre essa companhia. Mas o que lhe posso dizer — e isso sim, tenho essas informações — é que a Selenis SGPS ofereceu várias garantias. E não tenho... Em nenhum *dossier* foi encontrada qualquer resposta da Caixa Geral de Depósitos a dizer que não aceitava essas mesmas garantias.

A Caixa Geral de Depósitos, no meu entender, nunca quis aceitar nenhum tipo de garantias, a Caixa Geral de Depósitos queria manter essas ações para ter o poder efetivo na La Seda de Barcelona.

Essa é a minha resposta e não consigo entender outra. E, Sr. Presidente, se me permite, poderei enviar, se é que existe, alguma carta da Caixa Geral de Depósitos. Não só enviarei a esta Comissão as que são enviadas pela Selenis SGPS, mas, se houver, alguma da Caixa a dizer «aceito, não aceito, quero desta forma».

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — É que há pouco,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Eu desconheço qualquer carta.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — ... numa resposta que deu, disse que não tinha sido enviada qualquer carta.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Desculpe?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Há pouco, pareceu-me ter dito que não tinha havido qualquer carta de resposta da parte da Caixa.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Tanto quanto é do meu conhecimento, não há nenhuma carta da Caixa Geral de Depósitos a dizer «ponha aqui mais isto, ou dê mais aquilo». Não a conheço.

Conheço cartas no sentido contrário, isso sim. E mais do que uma.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — No sentido contrário, como assim?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Dos acionistas da Selenis SGPS a darem garantia, a reforçarem as garantias à Caixa Geral de Depósitos. Isso, sim, conheço, e não é uma, conheço várias. E não são só da IMG. São da IMG e são dos partícipes dos fundos que, em nenhuma condição — teórica, porque, na realidade, acabaram por dar, teoricamente, não dão, mas deram... E recordo-me, inclusivamente, de algumas companhias que estavam como reforço de garantias.

Portanto, no sentido Selenis SGPS — Caixa, sim, no sentido Caixa — reservo-me o direito de ver e comunicar a esta Comissão sobre se existe ou não existe. Se elas não existirem, informamos que elas não existem. Tanto quanto é do meu conhecimento, não existem.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — É que esta situação é um pouco estranha, porque o senhor diz-nos que a Caixa não queria nem executar, portanto, vender as ações, nem parecia querer um reforço de garantias.

É que os senhores até enviaram propostas de reforço de garantias e não obtiveram resposta. No entanto, em janeiro há uma carta do CaixaBI a notificar que o rácio de cobertura já estava abaixo de 135%. Porque é que eles mandaram essa carta, se não...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — As cartas de que estou a falar são posteriores a essa data.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim, mas então que sentido é que faz o CaixaBI notificar a dizer que está abaixo de 135%,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — É a única que há.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E, depois, os senhores fazem propostas, não há contrapropostas por parte da Caixa, portanto, aquela carta do CaixaBI a notificar que estava abaixo dos 135% não teve qualquer consequência.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Não nego que haja uma carta do CaixaBI no dia em que as ações tiveram, digamos, o *break-even*.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O *break-even*?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Exato. Isso existe.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim, disse-o no início.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — O que estou a dizer, e tanto quanto é do meu conhecimento — e reservo-me o direito de verificar —, é que não

sei se existe qualquer carta posterior, porque, a partir daí, há, chamar-lhe-emos, um processo negocial: «olhe, está cá, reforce garantias. Está cá a garantia *A, B, C, D*». E, tanto quanto é de minha memória, há seis ou sete garantias que são fortes, são companhias, são diversos tipos de ativos, inclusivamente há a execução de posições financeiras noutras companhias. Há um conjunto de...

Mas creio que não interessa falar muito mais neste ponto, porque não posso ser preciso, não tenho esse dossiê, mas poderei fazer chegar a esta comissão as informações corretas e totalmente precisas.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, aquilo que percebemos é que há uma carta do CaixaBI a notificar que está abaixo dos 135% e depois...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Confirma, aliás, disse isso na sua intervenção inicial.

E depois parece não ter havido um processo de negociação sobre o reforço de garantias...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Houve.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Houve? Não. Houve da vossa parte, mas não houve contra negociação da outra parte.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Em algum momento...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Pelo menos, não foi algo muito presente.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Em algum momento, mas, obviamente, como tudo...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Deixe-me só concluir o meu raciocínio, para ver se o mesmo faz algum sentido.

O senhor, há pouco, disse que, em determinada altura, em 2008 — que é logo a seguir a este processo —, houve uma alteração da postura da Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente com a comunicação do Dr. Faria de Oliveira, em que assumiu uma postura de não confronto com a direção da La Seda. Ou seja, se, de alguma forma o Caixa BI...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Deixe-me só concluir.

O CaixaBI notifica a dizer que há ali um rácio de cobertura que está a ser utilizado. Depois, vocês enviam propostas, mas não há negociação da outra parte. E isto bate, mais ou menos, com a altura em que parece haver aqui uma postura, da direção da Caixa, no sentido de não confrontar a direção da La Seda.

Portanto, há pouco disse que havia outros objetivos da parte da Caixa, outras razões para não quererem vender as ações e isso terá que ver com a posição na La Seda de Barcelona.

Há pouco, já ficámos a perceber que a La Seda era uma empresa que, na Catalunha, tinha fortes ligações políticas. O senhor referiu algumas ligações a dirigentes da *Generalitat* da Catalunha e ficámos a perceber que havia essa ligação política.

Aquilo que quero perceber é de que forma é que a decisão da Caixa, de não vender as ações que tinha na Selenis e, por consequência, a posição na La Seda, tem alguma relação com este relacionamento com uma empresa tão politicamente conotada na Catalunha, na perspetiva em que estava lá, estava dentro destes processos que negociava.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Eu, querendo fazer claro o que estou a dizer, politicamente, é que, efetivamente, houve... Incluindo o Presidente da *Generalitat* — não sei se ele foi presidente em algum momento, mas foi administrador da La Seda de Barcelona, isso são factos. Mas há uma parte da sua pergunta que acho que lhe vou pedir que...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Vou terminar já, porque a audição já vai longa,...

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Pois e eu queria responder-lhe, mas queria estar absolutamente claro.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — ... mas, no fundo, o que lhe quero perguntar é se a posição da Caixa, em relação à La Seda de Barcelona, e também em relação à participação via Selenis SGPS, foi determinada por interesse próprio, da Caixa, por interesse nacional, ou por um interesse relativo a ligações à La Seda e às relações políticas que tinha na La Seda.

Era esta a pergunta que lhe queria fazer, para que deixasse a sua perspetiva e para que possamos depois confrontar com a perspetiva de outros.

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Creio que é uma pergunta que não é fácil de responder, no sentido em que acho que nem me devia ser

dirigida, na verdade. As decisões... Para mim, a coisa que lhe posso dizer é que me parece tudo estranho.

A certeza que tenho é a de que a Caixa quis que eu lá estivesse no dia 13; certo é que, no dia 11 — e tenho esse documento, inclusivamente, é possível que esteja cá —, dizemos que há situações graves na companhia. Eu estava mal disposto, não quis vir. Pediram-me para vir, portanto, significa que a Caixa queria que eu cá estivesse, depreendo isso — se perguntar a outra pessoa, pode ser que depreenda algo diferente. Mas o que é certo é que me desloquei de um país para vir cá, porque me pediram para estar cá. Estas são as coisas que lhe posso dizer.

E também lhe posso dizer que cheguei cá, essa é uma verdade, e disse: «a primeira razão... Eu não vou lá, não tenho nenhum problema com o Eng.º Faria de Oliveira, o Sr. Jorge Tomé, fantástico, está no mesmo caminho que eu, quer alterar, quer mudar o que está a parecer incorreto na gestão, a má *governance* da La Seda de Barcelona, está na mesma linha, isto é, estamos em linha...»

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas o Dr. Faria de Oliveira estava numa linha diferente da sua e da do Dr. Jorge Tomé?

O Sr. Dr. **Manuel Matos Gil**: — Posso ser eu a explicar? É melhor que fique o meu registo do que...

Portanto, eu cheguei cá e acedi a ir à cerimónia de lançamento da primeira pedra, embora contrariado.

Mais contrariado não por avançar com o investimento na Artlant — não era por isso que estava contrariado —, mas sim por estar na fotografia com pessoas às quais estava completamente oposto, e estou a referir-me às pessoas da La Seda de Barcelona, não estou a referir o Dr. Jorge Tomé, que, creio, não esteve no lançamento da primeira pedra. Nem me estou a

referir a primeiro-ministro, ministro da economia... Não é disso que estou a falar.

Estou a referir-me, única e simplesmente, à Presidente, e ao, naquele momento, como é denominado em Espanha, *Consejero Delegado*, que se chamava — e, por acaso, já faleceu a pessoa, há pouco — Aurelio González Isla. E era exatamente com essas pessoas que não queria estar. Não queria ser parte... e, aliás, por isso pedi a reunião em separado.

Sobre a posição do Dr. Faria de Oliveira, nem foi durante a cerimónia, porque ele até se sentou ao meu lado, deu uma entrevista e tudo isso. Para mim, aí, ia tudo normal. Ele disse: «se o Dr. Jorge Tomé é a pessoa da Caixa que está nesta mesma linha, que é a linha que entendo e que...» — está provado hoje que era a correta —, «... se tinha de mudar...», na realidade fiquei de boca aberta com as outras opiniões ou, mais bem dito, com a outra opinião. Isso é o que posso dizer... Quando digo a outra opinião refiro-me a Fernando Faria de Oliveira, para que não haja mal entendidos, porque também havia outras pessoas.

O Sr. **Presidente**: — Concluimos, assim, a segunda ronda.

Pergunto se alguma Sr.^a Deputada ou Sr. Deputado quer intervir na terceira ronda.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, encerramos, então, aqui esta audição.

Agradeço, mais uma vez, ao Dr. Manuel Matos Gil a sua presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Retomamos os trabalhos às 16 horas, para uma nova audição.

Está encerrada a reunião.

Eram 15 horas e 20 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.